



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Campus de Presidente Prudente

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

---

ANDERSON ANTONIO DA SILVA

**MULTIDIMENSIONALIDADES DOS ASSENTAMENTOS  
RURAIS DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO**

Presidente Prudente  
2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDERSON ANTONIO DA SILVA

**MULTIDIMENSIONALIDADES DOS ASSENTAMENTOS  
RURAIS DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente  
2008

ANDERSON ANTONIO DA SILVA

**MULTIDIMENSIONALIDADES DAS UNIDADES  
TERRITORIAIS CAMPONESAS DO MUNICÍPIO DE  
TEODORO SAMPAIO**

**COMISSÃO JULGADORA**

Dissertação para Obtenção do Grau de Mestre em Geografia

**Presidente e Co-orientador:** Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

**Orientador:** Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

**2º Examinador:** Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior (FCT/UNESP)

**3º Examinador:** Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

Presidente Prudente, 10 de novembro de 2008.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho aos cinco pilares da minha vida. Meu avô Alcides Faustino da Silva **in memoriam**, a minha mãe Maria que na sua simplicidade e humildade sempre me incentivou a chegar até aqui, ao meu pai Abadio e ao meu irmão Éderson pessoas de quem sinto muitas saudades e a Senhora Lílian Maria dos Santos, minha namorada, amiga e companheira de todas as horas.*

## AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Bernardo Mançano Fernandes, com quem sem nenhuma sombra de dúvidas ao longo destes quase nove anos de convivência recebi inúmeros ensinamentos. Ao meu co-orientador e amigo pessoal, professor Clifford Andrew Welch, pessoa imprescindível para que eu retomasse a esperança perdida necessária a conclusão desta dissertação.

As contribuições dos membros da banca de qualificação, ao professor Luis Antonio Baroni e ao professor Antonio Thomaz Junior que me ajudaram a refletir novos rumos para meu trabalho.

A todos aqueles que, de algum modo, cooperaram com o levantamento de dados e informações que deram origem a esta dissertação. As famílias assentadas que gentilmente responderam aos questionários, muitas das vezes tendo que interromper os seus afazeres.

As lideranças do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aos técnicos da CCA – Central de Cooperativas dos Assentados, à direção do Centro de Direitos Humanos “Evandro Lins e Silva” e aos servidores da Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Planejamento, parceiros imprescindíveis, sempre dispostos a colaborar.

Agradeço a todos meus professores da FCT/UNESP da graduação e Pós-Graduação. Sem nenhuma dúvida hoje posso dizer que o acesso a universidade mudou a minha vida.

Aos meus amigos de trabalho da FATEC, Haydée, Favarin (vulgo Cherél), a Dona Caviqui, a Camila, ao Ari, ao nosso grande Paulo Mexerica, ao Fino, ao João César, ao Celsinho, ao Edio e Paulo Gargantini.

Aos amigos Bruno e Hugo companheiros para todas as horas. Aos amigos do NERA Matuza e Girardi. Aos meus eternos irmão Nelson Pedon e Adriano Oliveira.

A Coordenadoria de Ensino e Aperfeiçoamento no Ensino Superior – CAPES da qual fomos bolsista durante 12 meses.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema central o estudo das multidimensionalidades do território dos dezenove assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio. O estudo das multidimensionalidades dos assentamentos é conduzido a partir da análise dos dados secundários dos livros do RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais e do CPDA - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tomamos como ponto de partida o estudo da luta pela terra e do desenvolvimento rural na região do Pontal do Paranapanema, com objetivo de entender quais foram os impactos socioterritoriais causados com a implantação dos assentamentos. Buscamos entender as questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos rurais, verificando as principais teorias e metodologias utilizadas nas pesquisas desenvolvidas no Brasil. Estudamos a importância do espaço, do território, dos processos e das multidimensionalidades que envolvem os territórios dos assentamentos. Apresentamos a caracterização dos assentamentos. Nesta parte discutimos entre outros a distribuição geográfica dos assentamentos dentro do município, a distribuição espacial interna dos assentamentos, os tipos de uso do espaço interno dos assentamentos. Por fim realizamos a análise de seis dimensões da realidade: educação, infra-estrutura, tecnologia, comercialização, produção e renda. Finalizamos com uma análise sobre as multidimensionalidades do território.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, impactos socioterritoriais, dimensão, multidimensionalidade.

## ABSTRACT

This thesis has as central theme of the study multidimensionality of the territory of nineteen rural settlements in the municipality of Teodoro Sampaio. The study of multiple dimensions of the settlements is led from the data analysis side of the books of Ristar - Report on Impacts Socioterritoriais and the CPDA - the Postgraduate Program of Social Sciences in Development, Agriculture and Rural Society, Federal University of Rio de Janeiro . We take as a starting point for the study of the struggle for land and rural development in the region of Pontal do Paranapanema, in order to understand what the impacts were caused socioterritoriais with the deployment of settlements. We seek to understand the theoretical and methodological issues of geographical research on rural settlements, noting the main theories and methodologies used in research activities in Brazil. We studied the importance of space, the territory, procedures and multidimensional involving the territories of the settlements. We report the characterization of settlements. In this part we discuss among others the geographical distribution of settlements within the municipality, the spatial distribution of domestic settlements, the types of use of internal space of the settlements. Finally we conducted an analysis of Landrun dimensions of reality: education, infrastructure, technology, marketing, production and income. Conclude with an analysis on the multiple dimensions of the territory.

**Key words:** rural settlements, impactos socioterritoriais, size, multidimensionality

## INTRODUÇÃO

Apresentamos na presente dissertação de mestrado uma análise multidimensional do território dos dezenove assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio. A construção dessa leitura encontra-se dividida em oito partes. Na primeira parte apresentamos a gênese do Relatório de Impactos Socioterritoriais – RIST, projeto desenvolvido desde 2001 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e que tem como objetivo desenvolver procedimentos metodológicos de pesquisa em assentamentos de reforma agrária.

Na segunda parte apresentamos discussão sobre a luta pela terra e desenvolvimento territorial rural no Pontal do Paranapanema, tendo em vistas chamar atenção para os impactos socioterritoriais causados pela implantação dos assentamentos rurais a partir das ocupações de terras. Como indicativo destes impactos são apresentados nesta parte dados sobre população rural e urbana, Índice de Gini, estrutura fundiária regional e do município de Teodoro Sampaio.

Na terceira parte debatemos as questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos rurais. Destacamos quais são as principais metodologias e teorias utilizadas no desenvolvimento das pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil.

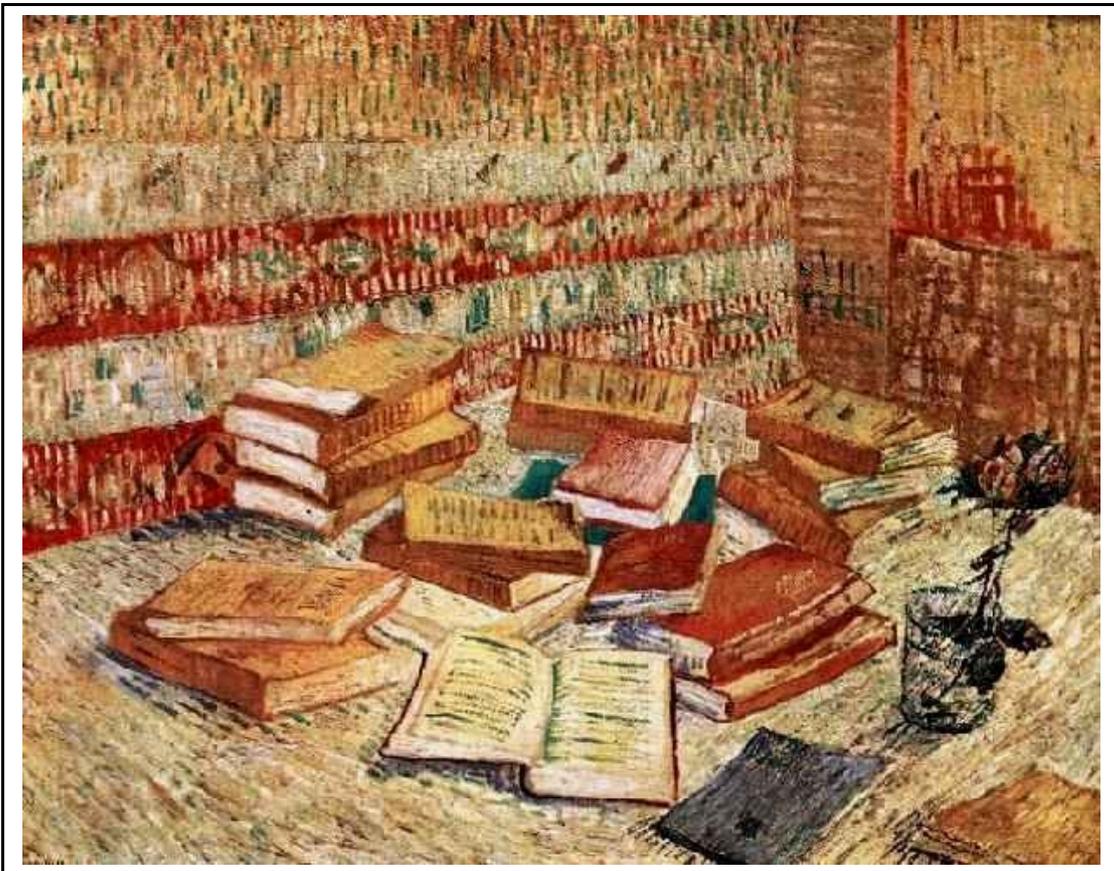
A quarta parte é constituída de um ensaio-teórico sobre espaço, processos geográficos, dimensões e multidimensionalidade. Nesta parte tentamos conceituar o que são dimensões e as multidimensionalidades. Na quinta parte, descrevemos quais foram os procedimentos metodológicos utilizados na compilação dos dados do livro do RIST que utilizamos na análise das dimensões da realidade dos assentamentos.

Na sexta parte com base nas cartas do IBGE 1:250.000, edições 1979/80 atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997) apresentamos a descrição de algumas informações sobre a geografia física do município e região com objetivo de auxiliar na elaboração de projetos de políticas públicas. Na sétima parte fazemos uma caracterização detalhada dos dezenove projetos de assentamentos do município de Teodoro Sampaio e na

seqüência na oitava e última parte analisamos as dimensões educação, infraestrutura, tecnologia, comercialização, produção, renda e por fim analisamos as multidimensionalidades do território. Aguardando as considerações da banca no texto que se segue não são apresentados o índice e as considerações finais que serão elaboradas após a defesa.

# 2

## HISTÓRICO DO RIST



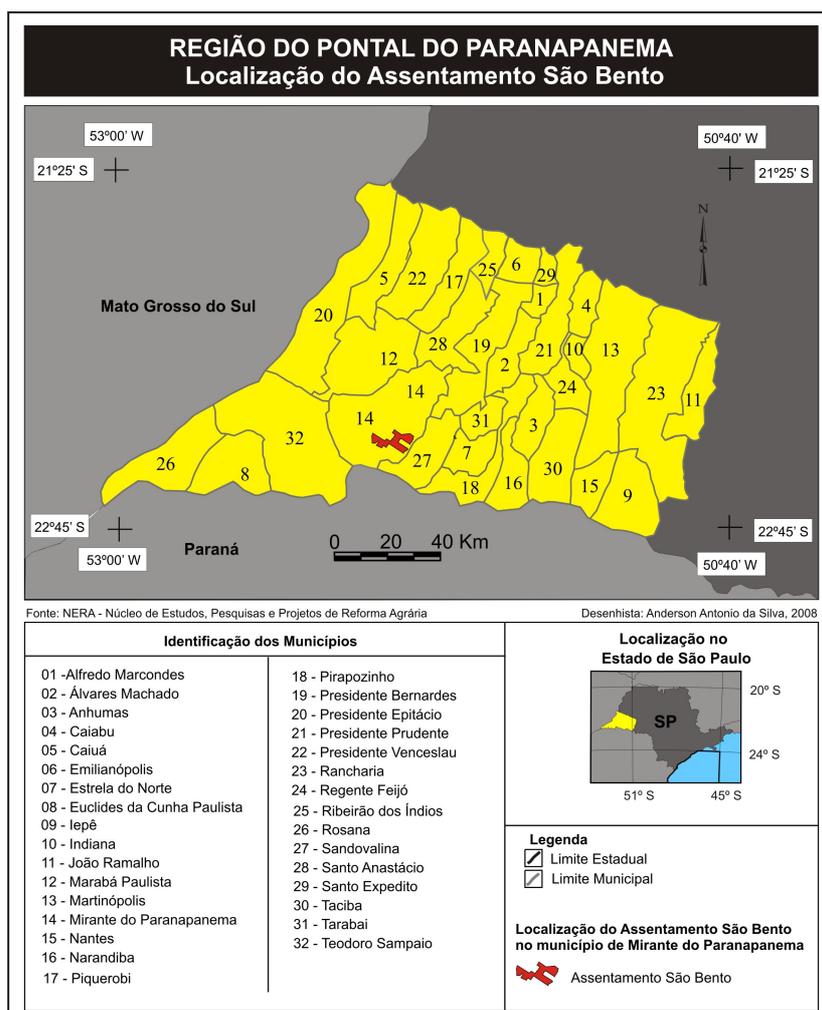
*Still Life with French Novels and a Rose, 1887*

## 2. HISTÓRICO DO RIST - RELATÓRIO DE IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS

### 2.1. Gênese

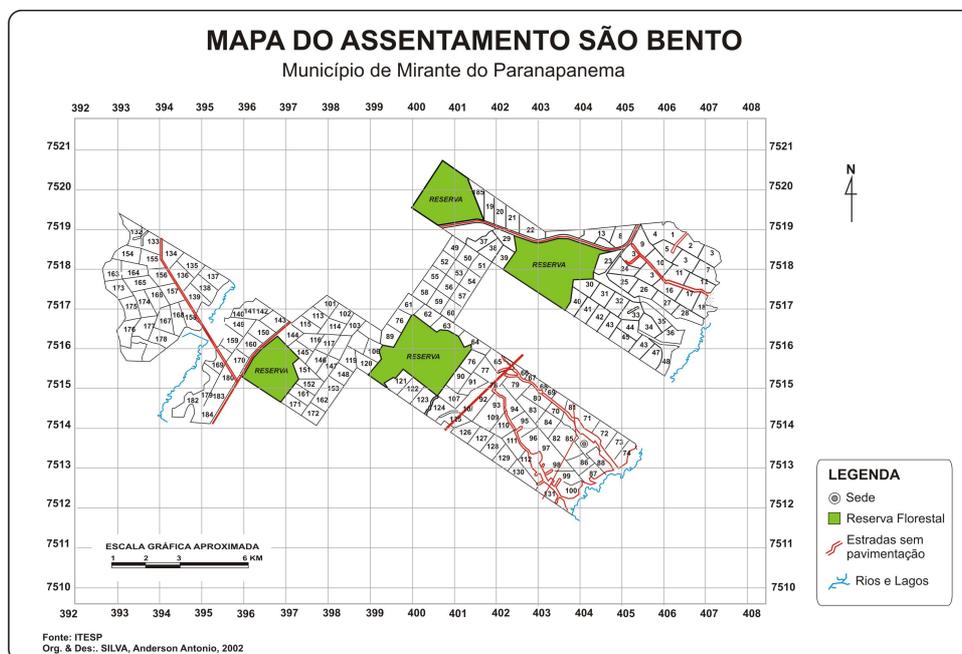
O Relatório de Impactos Socioterritoriais – RIST é fruto do empenho da FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente e da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema), sediada na cidade de Teodoro Sampaio, que interessada em melhor conhecer a qualidade de vida das famílias do assentamento São Bento, localizado no município de Mirante do Paranapanema - SP, composto por 184 lotes, distribuídos em uma área de aproximadamente 3.864 ha, celebraram convênio, ver figuras 1 e 2.

**Figura 1 – Mapa de Localização do Assentamento São Bento na Região do Pontal do Paranapanema**



Naquele momento a FCT/UNESP interessada em promover estágios de bacharelado, ficou responsável pela realização desta pesquisa, que foi desenvolvida com o apoio dos assentados.

**Figura 2 - Mapa do Assentamento São Bento**



Para sua realização, foi criado um grupo de pesquisadores, composto por 10 alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em geografia, que passaram a reunir-se semanalmente para, junto com os coordenadores da pesquisa discutir quais seriam as variáveis a serem mensuradas necessárias portanto ao estudo dos fenômenos de nosso interesse.

A parceria entre a Universidade e a COCAMP foi importante tanto para a cooperativa quanto para a academia. Para cooperativa produziu informações importantes sobre o processo de desenvolvimento do assentamento São Bento<sup>1</sup>, recolocando em pauta a relevância da sua participação no processo de desenvolvimento dos mais de 100 PA's que existem atualmente na região e para a academia demonstrou quanto desafiador é a construção de procedimentos que nos ajudem a compreender a dinâmica dos assentamentos. Neste sentido, as primeiras propostas metodológica apresentadas sobre o RIST resultam das experiências vivenciadas na realização da pesquisa

<sup>1</sup> O RIST do assentamento São Bento pode ser acessado em [www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

censitária no assentamento São Bento, localizado no município de Mirante do Paranapanema no período de maio de 2001 a maio de 2002.

Uma questão muito debatida na elaboração dos primeiros RIST's foi às possíveis formas de estruturação do questionário, pois os questionários até então utilizados pelas pesquisas em assentamentos desenvolvidas pelo NERA não atendiam ao rigor metodológico necessário para sistematização desses dados eletronicamente, ponto fundamental de todas as pesquisas que pretendam trabalhar com grandes volumes de informações. Para isso realizamos inúmeras reuniões no intuito de decidir quais seriam as averiguações realizadas em campo e como deveria ser a estrutura do questionário onde seria registrado o conteúdo destas averiguações. De maneira geral foram tomando como referência os problemas conhecidos, que elaboramos as primeiras versões dos questionários do RIST.

Todavia, as alterações finais do questionário foram efetuadas após a realização de uma amostragem piloto. Esta amostragem, além de demarcar falhas na estrutura do questionário, também indicou qual tipo de questão, diferentes das já existentes deveriam ser acrescentadas.

## **2.2. Gênese dos primeiros bancos de dados: sistematização**

Encerrada a fase de campo, deu-se início a fase de sistematização dos dados. Para tanto naquela época desenvolvemos um planilhamento eletrônico, onde foram descarregados as informações de campo. Com vistas a facilitar ao máximo, a sistematização destes dados, foi gerado 19 planilhas no programa *Microsoft Excel*. O *layout* destas planilhas foi adaptado de forma, que os 184 lotes visitados em campo tivessem, uma formatação padrão que permitisse fazer a entrada desses dados, lote a lote. Essa formatação incluía o número e perguntas referente a cada lote visitado.

Nas linhas subsequentes, as perguntas, cada uma delas tinha uma caixa vinculo, onde estava contida todas as respostas podendo ser acionadas com um clique do mouse para abrir e com um segundo clique para escolher a opção de resposta, que correponderia a um número que seria lançado num segundo arquivo também composto por um planilhamento, que poderia ser consultado pela ferramenta alto filtro. Neste planilhamento eram necessários

ser digitados apenas as área em ha dos lotes, o total da produção, nome da escola onde os agregados do titular ou ele próprio estava estudando, enfim, dados referentes as chamadas questões abertas, e que no **RIST**, foram implementadas de modo que sua sistematização pudesse, ser feita automaticamente.

Ao final da sistematização destes dados, sentimos a necessidade de um programa mais robusto, que nos possibilitasse fazer a entrada dos dados, ao passo que esses já fossem automaticamente sendo transformados em gráficos e tabelas. Incertos dos caminhos mais viáveis a serem adotados para alcançar tal tipo de resultado, agendamos uma reunião com dois especialistas no assunto, que a principio nos aconselhou a utilizar o programa *Microsoft Access*. Após tomarem conhecimento do volume de informações com as quais nós trabalhávamos, relacionado a outros problemas como qualificação de recurso humanos para operar o sistema além dos cortes que nosso questionário precisaria sofrer, para se adequar ao programa, seus pareceres a respeito da adoção do *Software* tomou outros rumos. A conclusão tirada dessa reunião é que ao contrário do que eles pensavam, nós não trabalhávamos apenas com cadastros, mas sim com um "banco de dados", referente à vida de cada assentado.

Neste momento, refletimos em conjunto, com esses profissionais, quais seriam as possíveis vantagens da utilização do *Software Microsoft Excel*, em relação à utilização do *Software Microsoft Access*, não perdendo de vista nossas reais necessidades, que tinham como objetivo principal a não realização de nenhum tipo de alteração na estrutura do questionário.

Concluimos que quanto a sua acessibilidade ambos os *Software*, podem ser considerados acessíveis, visto que fazem parte do pacote do *Office*, encontrado em todas as universidades. Fazer a utilização do *Software Microsoft Access*, implicaria em cortes do nosso questionário ao contrario do *Software Microsoft Excel*, que permitiria a conservação da sua estrutura original.

Neste sentido, como esta pesquisa fez parte de um convênio, onde os participantes que integravam a equipe são em sua maioria alunos dos cursos de graduação, a utilização do *Excel*, visto da perspectiva de treinamento de

recursos humanos, dispensaria grandes investimentos na capacitação destes pesquisadores para operar o programa.

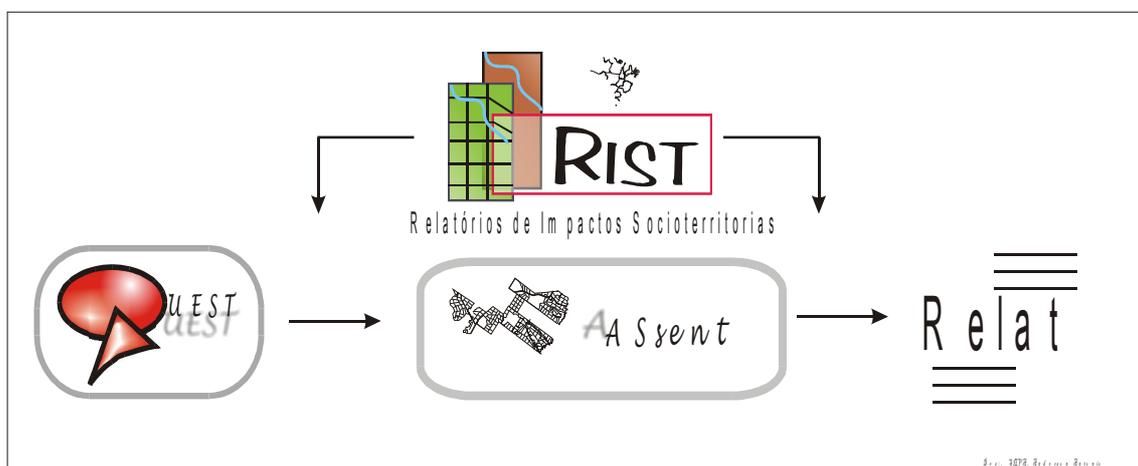
Enfim, com o devido tratamento, que demos as planilhas eletrônicas do *Software Microsoft Excel*, conseguimos atingir um estado de arte, que desencadeou na elaboração de uma metodologia de pesquisa, acessada via *CR ROM* chamada **RIST** - Relatórios de Impactos Socioterritoriais.

Neste *CR ROM*, tratamos dos procedimentos metodológicos referentes ao Relatório de Impactos Socioterritoriais - **RIST**, desde a aplicação de questionário de campo e sistematização de dados coletados por meio de planilhamento eletrônico gerado no *Software Microsoft Excel*, a elaboração do relatório final.

Ao contrário, do primeiro planilhamento elaborado apenas para receber a entrada dos dados coletados em campo, esta nova versão do **RIST**, a medida que ia sendo alimentado, gerava gráficos e tabelas referentes a pergunta que esta sendo respondida. Além disso estas informações eram automaticamente lanchadas no programa *Microsoft Word*. Quanto a esta ultima opção, em caso de alterações dos valores do gráficos e tabelas no *Excel*, os mesmos eram atualizados em tempo real, de acordo com as alterações realizadas.

Atualmente não utilizamos mais essa plataforma, pois embora bastante funcional esta estrutura não nos possibilitava realizar o cruzamento entre as informações coletadas em campo. Desde então, no processo de aprimoramento dos procedimento de sistematização do RIST, foram desenvolvidos cinco tipos diferentes de planilhamento eletrônico, conforme apresentamos nas figuras que se seguem.

**FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO PRIMEIRO CD ROM DO RIST**



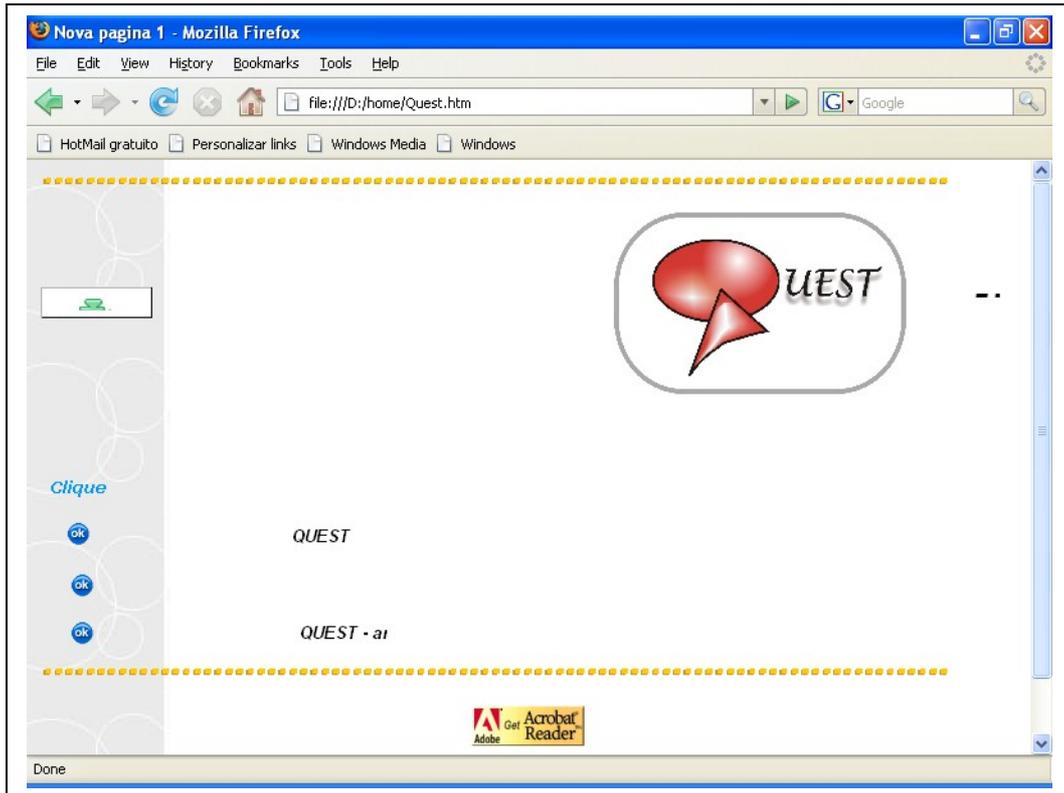
**FIGURA 2 – PLANILHAMENTO DE DADOS - VERSÃO 1**

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
	NO LOTE	O.P.T LOTE	O.P.	SOBREVIVÊNCIA	S	NÃO AGRICOLAS	AT	DIGITAR O VALOR	ASSALARIADO	ASS	R.DOS					
1	1	1. UMA PESSOA	1	1. SIM	1	4. NÃO OBTÉM OUTRO TIPO DE RENDA	1	4	R\$	1	1	5. NÃO	1	1	5. NÃO	
2	2	2. DUAS PESSOAS	2	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	2	1	R\$	2	1	4. SIM/ 3 PESSOAS	2	4	4. + DE	
3	3	3. TRÊS PESSOAS	3	3. NÃO	2	2. PEQUENO COMÉRCIO	3	2	R\$	3	2	3. SIM/ 2 PESSOAS	3	3	4. + DE	
4	4	4. QUATRO OU + PESSOAS	4	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	4	1	R\$	4	1	1. NÃO	4	1	4. + DE	
5	5	1. UMA PESSOA	1	1. SIM	1	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	5	1	4. + DE	
6	6	2. DUAS PESSOAS	2	1. SIM	1	3. OUTROS	3	1	R\$	3	1	4. SIM/ 3 PESSOAS	4	4	4. + DE	
7	7	3. TRÊS PESSOAS	3	1. SIM	1	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
8	8	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
9	9	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	2. SIM/ 1 PESSOA	2	4	4. + DE	
10	10	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
11	11	2. DUAS PESSOAS	2	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	5	5. NÃO	
12	12	1. UMA PESSOA	1	1. SIM	1	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
13	13	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	4. SIM/ 3 PESSOAS	4	4	4. + DE	
14	14	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	4. NÃO OBTÉM OUTRO TIPO DE RENDA	4	1	R\$	4	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
15	15	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
16	16	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
17	17	1. UMA PESSOA	1	1. SIM	1	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
18	18	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	3. SIM/ 2 PESSOAS	3	4	4. + DE	
19	19	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	4	4. + DE	
20	20	1. UMA PESSOA	1	2. NÃO	2	1. ARTESANATO	1	1	R\$	1	1	1. NÃO	1	5	5. NÃO	

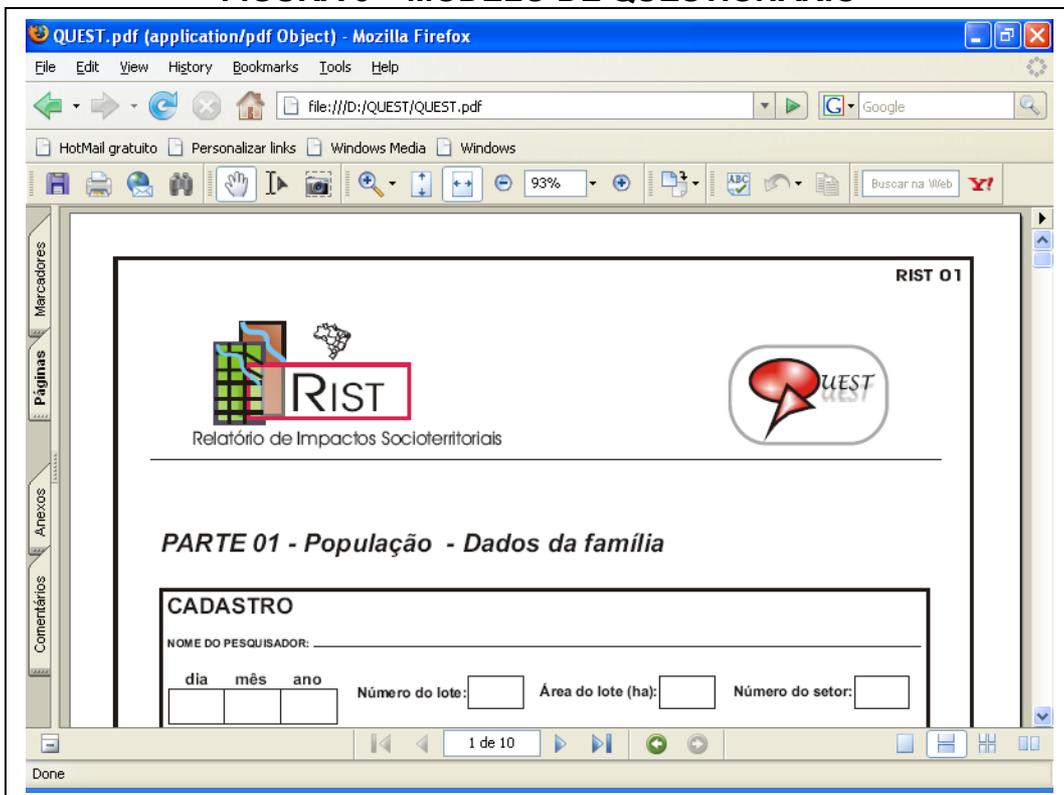
**FIGURA 3 – TELA DE ENTRADA DO CD ROM DO RIST**



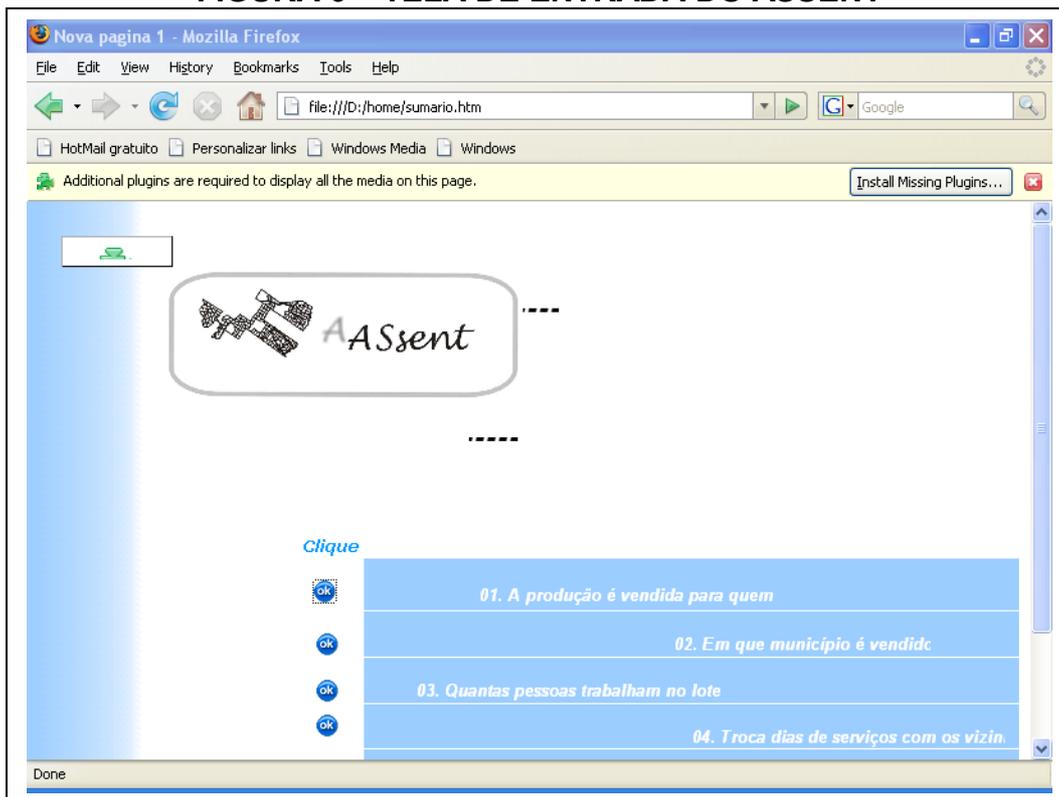
**FIGURA 4 – TELA DE ENTRADA DO QUEST**



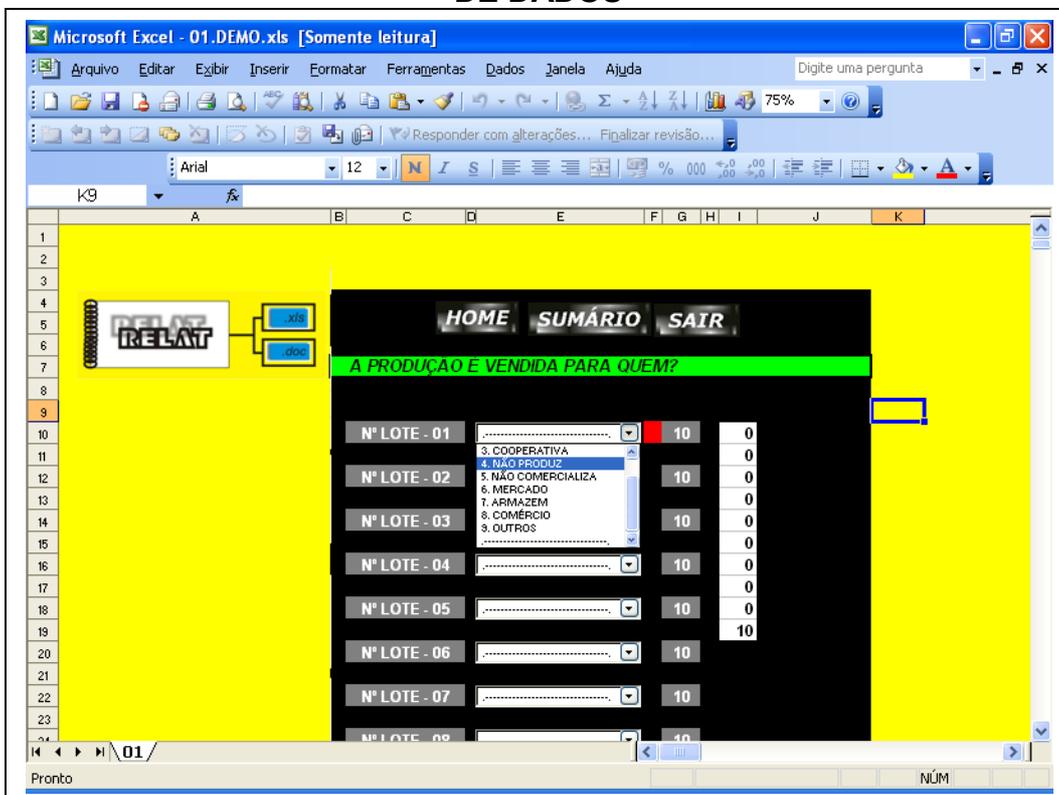
**FIGURA 5 – MODELO DE QUESTIONÁRIO**



**FIGURA 6 – TELA DE ENTRADA DO ASSENT**



**FIGURA 7 – ASSENT - PLANILHAMENTO ELETRÔNICO DE ENTRADA DE DADOS**

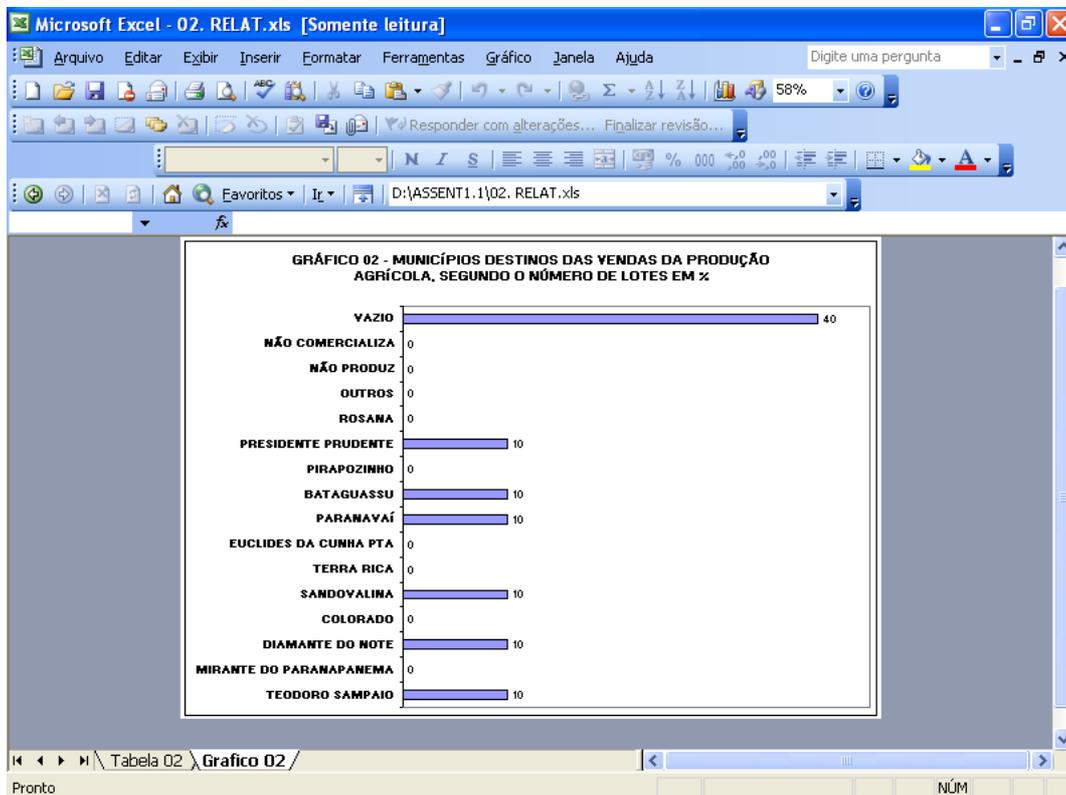


**FIGURA 8 – SISTEMATIZAÇÃO ELETRÔNICA DOS DADOS LANÇADOS NO ASSENT NA FORMA DE TABELA**

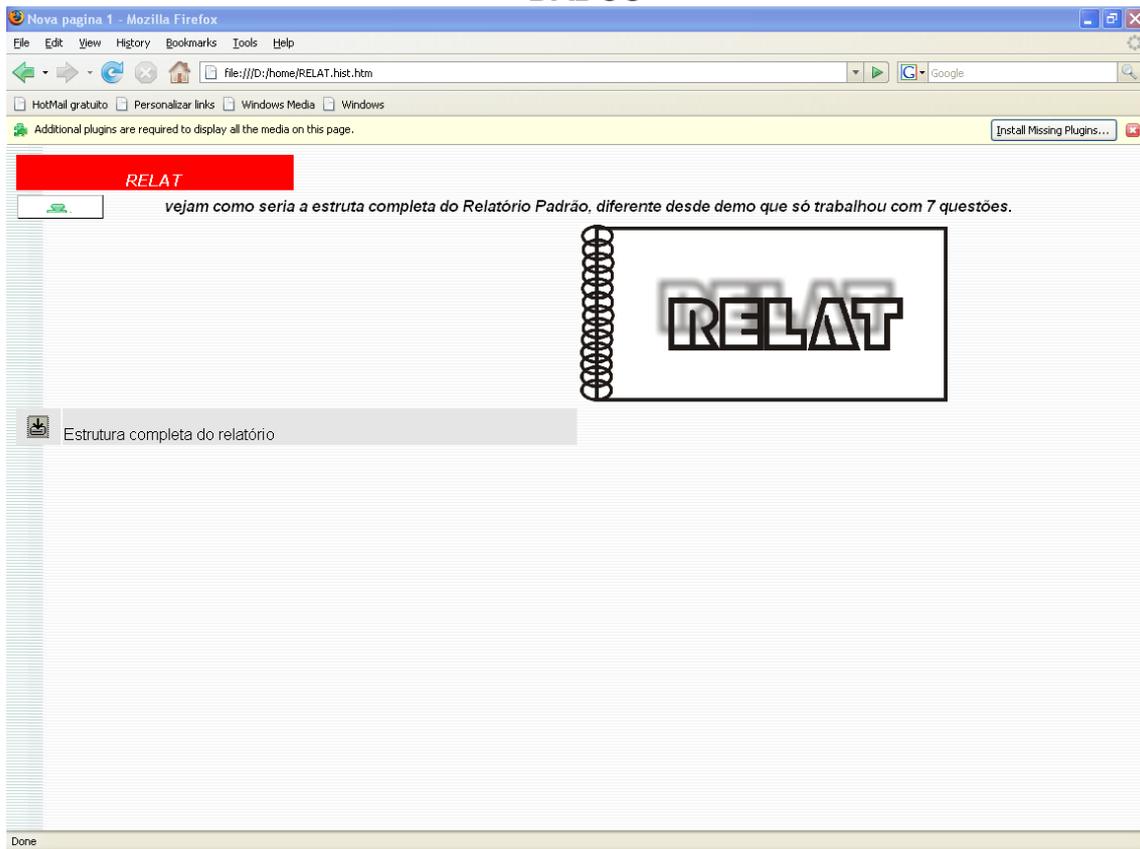
The screenshot shows a Microsoft Excel spreadsheet with the following table:

MUNICÍPIOS	DESTINO DAS VENDAS	Nº	%
TEODORO SAMPAIO		1	10
MIRANTE DO PARANAPANEMA		0	0
DIAMANTE DO NOTE		1	10
COLORADO		0	0
SANDOVALINA		1	10
TERRA RICA		0	0
EUCLIDES DA CUNHA PTA		0	0
PARANAVÁ		1	10
BATAGUASSU		1	10
PIRAPOZINHO		0	0
PRESIDENTE PRUDENTE		1	10
ROSANA		0	0
OUTROS		0	0
NÃO PRODUZ		0	0
NÃO COMERCIALIZA		0	0
VAZIO		4	40
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>	<b>100</b>

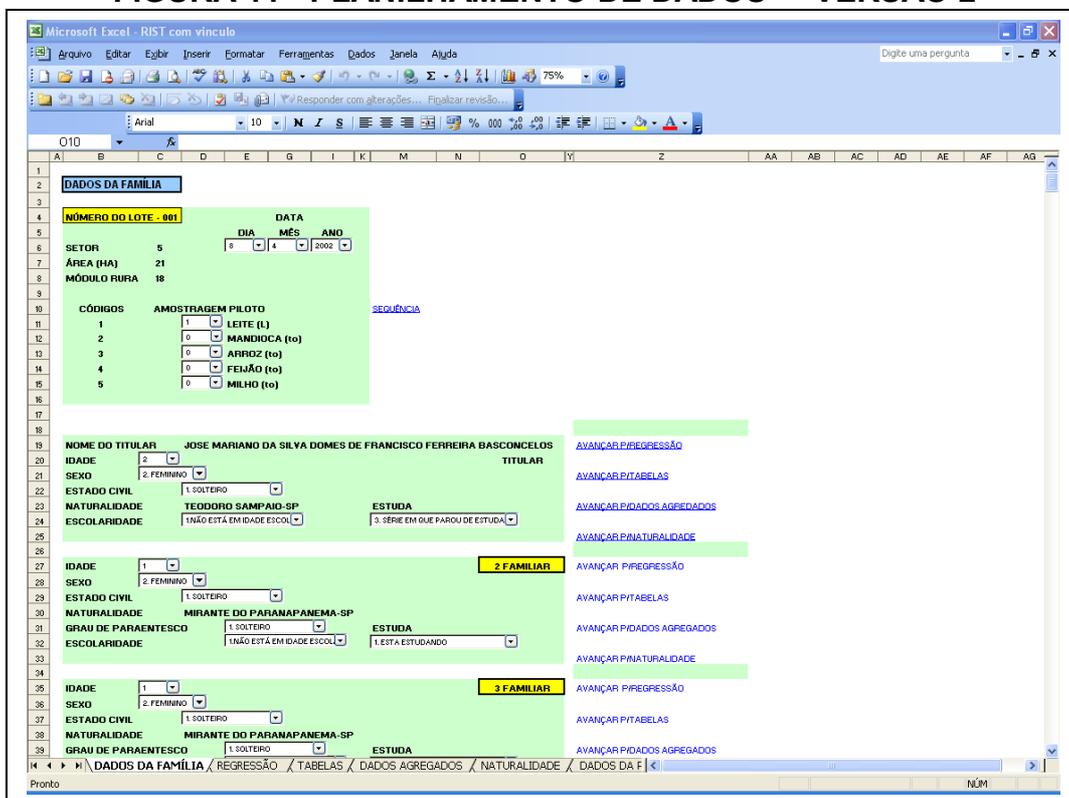
**FIGURA 9 – SISTEMATIZAÇÃO ELETRÔNICA DOS DADOS LANÇADOS NO ASSENT NA FORMA DE GRÁFICO**



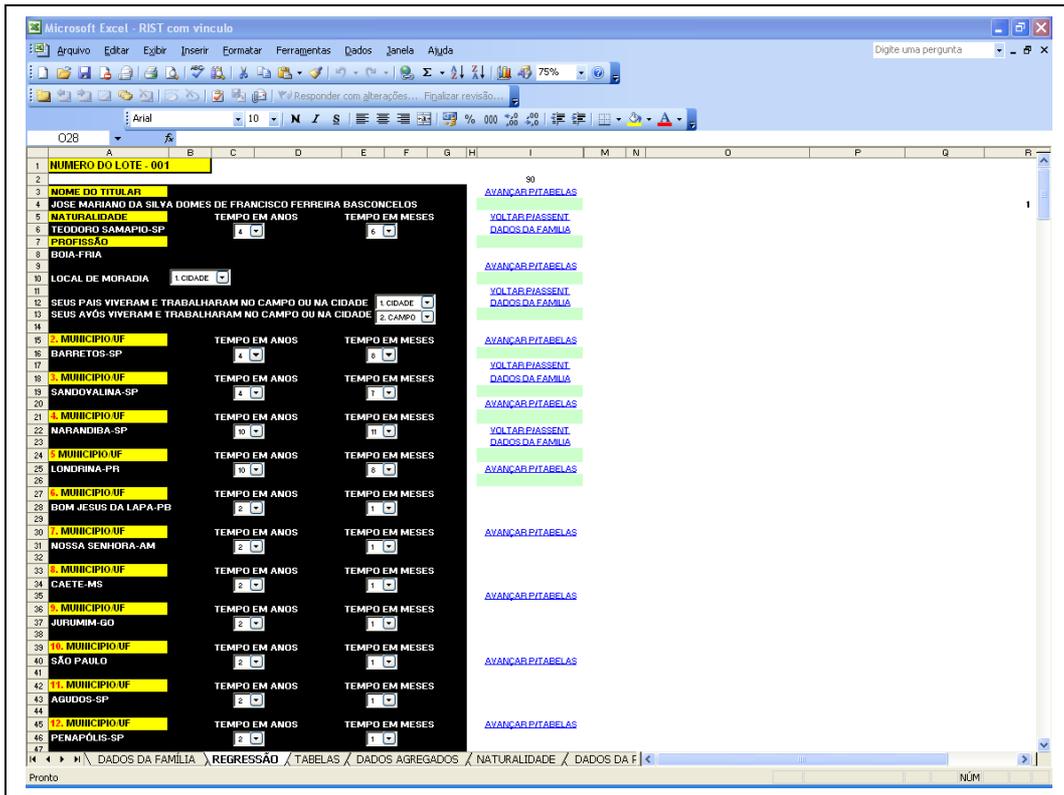
## FIGURA 10 – RELAT – ESTRUTURA PADRÃO DE RELATÓRIO DE DADOS



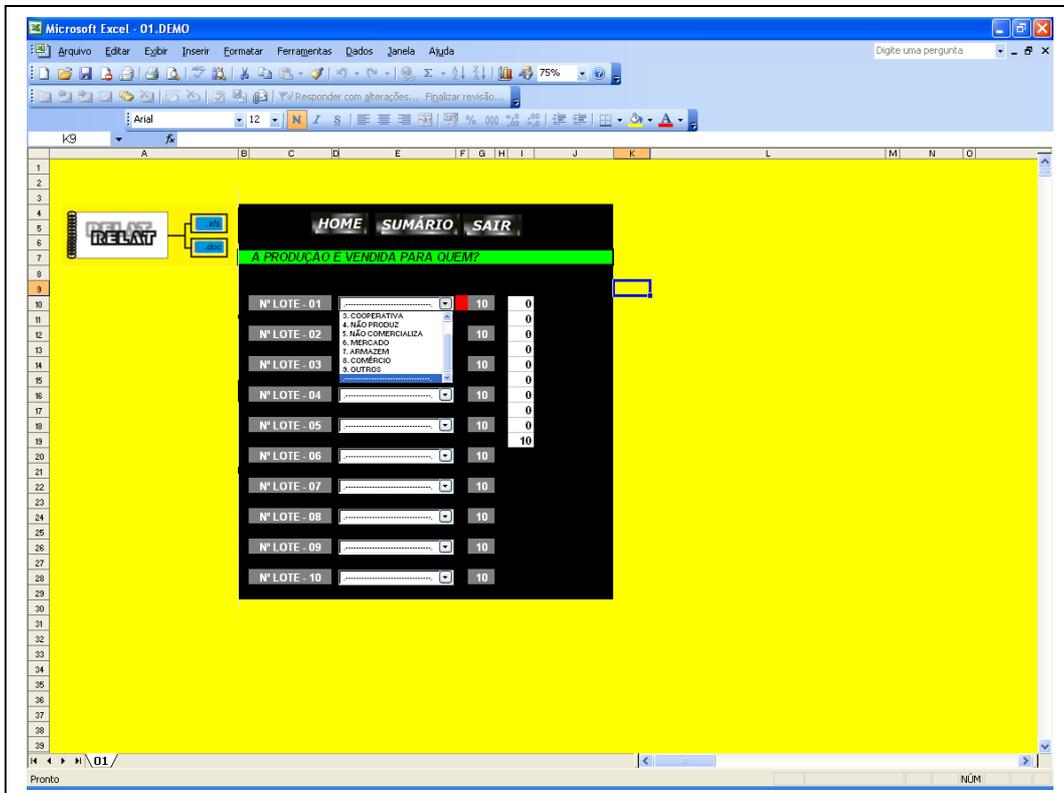
## FIGURA 11 - PLANILHAMENTO DE DADOS - VERSÃO 2



**FIGURA 12 - PLANILHAMENTO DE DADOS - VERSÃO 3**



**FIGURA 13 - PLANILHAMENTO DE DADOS - VERSÃO 4**



**FIGURA 14 - PLANILHAMENTO DE DADOS - VERSÃO 5**

**RELATÓRIO DE IMPACTOS SOCIOTERRITORIAIS**  
**SITUACÃO EDUCACIONAL**  
 Número de assentamentos visitados: 19  
 Total de lotes: 819  
 PLANO AMOSTRAL ADOTADO 50%  
 Número de entrevistas realizadas: 414

Nº	NOME DO PA	Nº LOTE	Pesq.	Código	Parentesco	Sexo
12	1º Água Branca I	29	1		2=1=3	2=1=1
13	2º Água Branca I	27	5		2=1=3=4	2=1=1=2
14	3º Água Branca I	26	6		1=2=3	1=2=1
15	4º Água Branca I	25	1		1=2	1=2
16	5º Água Branca I	24	1		1=2	1=2
17	6º Água Branca I	23	7		3=16=12=12	1=2=2=2
18	7º Água Branca I	22	4		1=2=3	2=1=1
19	8º Água Branca I	21	5		1=3	2=1
20	9º Água Branca I	19	1		1=2	1=2
21	10º Água Branca I	18	3		1=2	1=2
22	11º Água Branca I	17	3		1=2=4=3=4=4	2=1=2=1=2=2
23	12º Água Branca I	11	5		24=1=24	1=1=1
24	13º Água Branca I	8	6		1=2=3=4=4=12=15	1=2=1=2=2=2=1
25	14º Água Branca I	4	5		1=2=3	1=2=2
26	15º Água Branca I	1	1		1=4=15	1=2=1
27	1º Água Sumida	118	1		1=2=4=4=4	1=2=2=2=2
28	2º Água Sumida	117	1		1=2=4=11	1=2=2=1
29	3º Água Sumida	116	4		1=2=3=4	2=1=1=2
30	4º Água Sumida	115	6		1=2=11	1=2=1
31	5º Água Sumida	114	7		1=7	1=1
32	6º Água Sumida	112	3		3=1=3=3=4=2=16	1=2=1=1=2=1=2
33	7º Água Sumida	110	4		1=2=3	1=2=1

**Tabela de Códigos:**

1.	Titular do lote
2.	Cônjuge do titular/companheiro (a)
3.	Filho
4.	Filha
5.	Pai
6.	Mãe
7.	Imônio
8.	Imã
9.	Avô
10.	Avó
11.	Neto
12.	Neta
13.	Sogra
14.	Sogra
15.	Genro
16.	Nora
17.	Tio
18.	Tia
19.	Sobrinho
20.	Sobrinha
21.	Cunhado
22.	Cunhada
23.	Outro parente
24.	Agregado

### 2.3. Origem metodológica do RIST: Assentamento São Bento

Vale destacar neste momento inicial de amadurecimento de idéias e procedimentos a participação de alguns colegas que fizeram parte deste período de gestação metodológica do RIST. Os pesquisadores Gilberto Vieira dos Santos do (NERA) o Giba e Edvaldo Carlos de Lima do (CEGET) o Lima foram os coordenadores de campo da pesquisa censitária do Assentamento São Bento.

Ainda com relação à origem metodológica do RIST, ele também contou com as contribuições geradas pelas dissertações de mestrado de Ramalho (2001) e Leal (2003) ex-membros do NERA que estudaram os assentamentos dos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio respectivamente.

Podemos dizer que a origem metodológica do RIST busca inicialmente dar resposta a duas questões. A primeira delas de caráter mais prático e a segunda de caráter mais acadêmico. Com relação à de caráter prático ela é

oriunda da formalização da parceria entre a FCT/UNESP e a COCAMP com objetivo de realizar o levantamento censitário do assentamento São Bento.

A segunda de caráter acadêmico buscou promover o fortalecimento do tripé: ensino, pesquisa e extensão, formando profissionais capazes de entender a dinâmica dos assentamentos da região.

Para tanto, após a formalização da parceria entre a FCT/UNESP e a COCAMP foi agendada a primeira reunião para discussão dos procedimentos metodológicos que seriam adotados na realização do levantamento censitário<sup>2</sup> do assentamento São Bento.

Este primeiro encontro aconteceu no ano de 2000 no mês de setembro. Na ocasião a convite do Professor Bernardo Mançano Fernandes, coordenador do NERA e que futuramente veio a ser nosso orientador, participei na sala do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho – CEGET desse espaço de socialização de informações que tinha o objetivo de debater o conjunto das variáveis que iriam fazer parte da estrutura do questionário utilizado na realização do levantamento censitário do assentamento São Bento.

Na época o Professor Bernardo contou com apoio dos colegas do CEGET para o desenvolvimento deste trabalho e por essa razão uma das primeiras discussões metodológicas do RIST aconteceu na sala do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho. Naquele momento o NERA e o CEGET tinham elaborado recentemente a pedido do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, PDA - Nova Conquista no município de Rancharia – SP e, portanto possuíam algum acúmulo de experiência em trabalhar juntos com pesquisas destinadas a estudar projetos de assentamentos rurais.

Participaram desta reunião alunos de graduação e pós-graduação<sup>3</sup> do NERA e do CEGET, uma mestranda da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ que na época desenvolvia estágio no NERA, representantes do MST e da COCAMP.

Sempre com essa composição outras reuniões foram realizadas. Ao findar de um mês de discussões tínhamos em mãos um conjunto de questões

---

<sup>2</sup> Usamos o termo pesquisa censitária, pois durante a fase de campo deste levantamento a sigla RIST ainda não havia sido cunhada. O surgimento e adoção da sigla só foram adotados mais tarde na fase de sistematização dos dados.

<sup>3</sup>

de pesquisas que já ultrapassavam 30 páginas de questionário. Temerosos com o tamanho da primeira versão do questionário, depois de realizados alguns ajustes em sua estrutura e na tentativa de verificar sua consistência fizemos nossa primeira amostragem piloto. Foi a partir destas reuniões que nasceu o primeiro questionário do RIST.

Com relação aos financiamentos entre os anos de 2001 a 2003 trabalhamos no desenvolvimento dos procedimentos metodológicos do RIST como bolsista da Pró-Reitoria de Extensão Universitária - PROEX e posteriormente como Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

É com base no levantamento de uma série de questões ao longo de nossa iniciação científica que construímos algumas das hipóteses que foram apresentadas em nosso Pré-Projeto de Pesquisas para ingressar no mestrado e que são apresentadas neste texto final na forma de dissertação de mestrado.

#### **2.4. Mas afinal o que é o RIST?**

O RIST é uma metodologia de pesquisa e extensão utilizada para compreensão das mudanças ocorridas nos territórios a partir dos impactos socioterritoriais gerados pela transformação de latifúndios em assentamentos rurais.

Também pode ser utilizada no estudo da compreensão de transformações territoriais geradas por outros tipos de impactos, como as transformações territoriais provocadas pelos impactos da implantação de Usinas Hidrelétricas ou da implantação de uma rodovia<sup>4</sup>. Todavia, até o momento foi aplicada apenas no estudo de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema.

Para explicar melhor o que é o RIST do ponto de vista prático, vamos fazer uso da analogia entre as aplicações do RIST e do EIA/RIMA, visto que no EIA/RIMA também é trabalhado a noção de impacto a partir da perspectiva ambiental. Portanto, destaquemos que o Estudo e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA são dois documentos distintos, que servem

---

<sup>4</sup> Sobre a implantação de rodovias ver a obra de: OLIVEIRA, A. U. . BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Torres, Mauricio. (Org.). Amazônia Revelada - Os descaminhos ao longo da BR-163. 1ª ed. Brasília: CNPq, 2005, v., p. 67-183

como instrumento de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, parte integrante do processo de licenciamento ambiental. No EIA são apresentados o detalhamento de todos os levantamentos técnicos, e no RIMA é apresentado a conclusão do estudo, em linguagem acessível, para facilitar a análise por parte do público interessado.

No RIST reunimos informações numéricas sobre a educação, produção, produtividade, comercialização e infra-estrutura. Enfim, sobre as diferentes dimensões do assentamento. Neste sentido, em termos estruturais a diferença do RIST para o EIMA/RIMA é que no RIST não fazemos distinção entre o relatório técnico de dados e a análise que é feita dos dados técnicos e estatísticos que são levantados.

Todavia, a exemplo do EIA/RIMA também atentamos para a apresentação da interpretação desses dados em linguagem acessível. Outros diferenciais metodológicos do RIST em relação ao EIA/RIMA são o de que as informações técnicas das dimensões da realidade são analisadas a partir de uma perspectiva teórica que tem o conceito de território, de multidimensionalidade, intencionalidade e conflitualidade, como conceitos chave na análise que fazemos sobre os impactos socioterritoriais. Conceitos estes que se conjugados durante a elaboração de um EIA/RIMA, acreditamos que inviabilizariam inúmeros licenciamentos ambientais.

O segundo diferencial é que no RIST são feitas sugestões de políticas públicas, tendo em vistas contribuir com o processo de desenvolvimento dos projetos de assentamentos estudados, o que faz do RIST um estudo teórico, metodológico propositivo, ao contrário do RIMA que é um estudo técnico.

## **2.5. A importância estratégica do RIST**

Até pouco tempo os assentamento rurais não se constituíam em setores censitários “específicos” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Com isso, não se sabe em qual medida dados sobre a realidade dos assentamentos comparecem nos levantamentos da Produção Agrícola Municipal – PAM e da Produção Pecuária Municipal – PPM, dos Censos Agropecuários, do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária - LUPA e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNDA. O que se

sabe é que a falta de informações sobre os assentamentos tem causado dificuldade na elaboração de políticas e gerado questões que os gestores não conseguem responder como: os assentamentos estão recebendo o apoio técnico de que necessitam e a quem tem direito? A renda obtida no lote tem permitido que os assentados vivam com dignidade? Os jovens dos assentamentos em idade escolar estão estudando?

Responder a essas perguntas, sobretudo com base em dados confiáveis tem sido um dos principais desafios na elaboração de políticas pelos gestores públicos das diferentes escalas de governo. Neste sentido, o RIST constituiu-se tanto em uma ferramenta de pesquisa e extensão quanto de apoio aos gestores públicos.

## **2.6. Trajetória do RIST: debate com a academia**

Em 2002 no Encontro Nacional de Geógrafos – ENG, realizado na cidade de João Pessoa Paraíba, publicamos nosso primeiro resumo expandido sobre as primeiras experiências do RIST. Tendo em vistas abrir o diálogo com a comunidade geográfica para além do texto publicado nos Anais do Evento, também oferecemos um Mini-Curso, juntamente do orientador, no sentido de receber críticas e contribuições sobre o estado de arte dos procedimentos teórico-metodológicos do RIST daquele momento.

Ainda no ano de 2002 o RIST foi apresentado no espaço de diálogo do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Petrolina – PE e no XIV Congresso de Iniciação Científica da UNESP realizado em Presidente Prudente. Neste mesmo ano também participamos da IV Semana de Geografia da FCT/UNESP onde novamente oferecemos Mini-Curso e da I Mostra de Tecnologia da Unesp, realizado no Centro de Eventos na cidade de São Paulo Capital.

Em 2003 apresentamos no IV Fórum de Ciências da FCT/UNESP realizado em Presidente Prudente uma nova versão do relatório. Essa nova versão foi elaborada a partir do levantamento censitário realizado no assentamento Antonio Conselheiro, também localizado no município de Mirante do Paranapanema.

Em 2004 participamos da Feira-agrocomercial Industrial da Região de Araraquara – FACIRA. Na ocasião fizemos a apresentação do RIST ao Reitor de Pro-Extensão em exercício, Prof. Dr. Marcos Macari. Em 2006 participamos da VII Semana da Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia. Neste ano já havíamos ingressado no mestrado com o projeto do RIST e ministramos novo Mini-Curso, tendo em vista debater os avanços metodológicos do projeto.

Ao fim desses anos de reflexão e amadurecimento metodológico inauguramos novas etapas de pesquisa voltadas a construção de procedimentos metodológicos que contribuíssem com a compreensão da multidimensionalidade dos assentamentos. A publicação do livro do RIST é o resultado mais amplo de toda essa trajetória metodológica.

## **2.7. Simbologia do RIST**

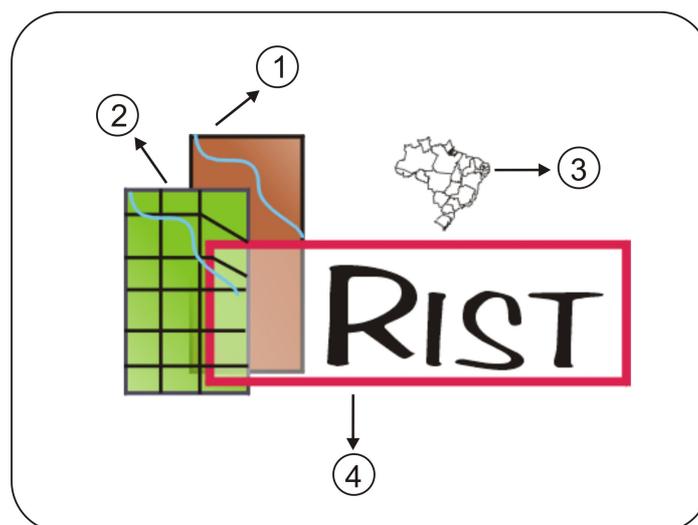
No NERA sempre buscamos criar logotipos<sup>5</sup> que expressassem correlação entre a realidade estudada e nossa opção teórica sobre o estudo dessa realidade. E desta combinação que nasceu a identidade visual do próprio logotipo do NERA, do DATALUTA e do RIST.

Neste sentido, Na concepção do logotipo do RIST tentamos articular formas geométricas que transmitissem a idéia de que sua metodologia tem como objetivo estudar a transformação de latifúndios em assentamentos rurais. O número 1 na figura simboliza latifúndios e a figura 2 assentamentos rurais. O mapa do Brasil como assento da letra (i) da sigla RIST significa que ele pode ser realizado em qualquer parte do território nacional.

---

<sup>5</sup> Visitar página do NERA no [www.prudente.unesp.br/nera](http://www.prudente.unesp.br/nera)

**FIGURA 15 – LOGOTIPO DO RIST**



**Desenho:** SILVA, Anderson Antonio

Com relação às cores marrom (1), verde (2) e vermelho (4) simbolizam respectivamente: o latifúndio e o assentamento, sendo que o vermelho tem como objetivo chamar atenção para a luta política envolvida no processo de transformação do latifúndio em assentamento. O verde simboliza a vida, a esperança que é alcançada por meio da ressocialização das famílias assentadas com a conquista da terra.

Enfim, tentamos criar um símbolo que representasse tanto a realidade estudada quanto nossa opção teórica pelo estudo desta realidade. E deste misto que nasce a sigla RIST.

# 3

## LUTA PELA TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PONTAL



*Outskirts of Paris: Road with Peasant Shouldering a Spade, 1887*

### 3. LUTA PELA TERRA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP

Nos estudos sobre o desenvolvimento rural têm-se destacado, principalmente, as análises das dimensões econômicas através de políticas setoriais. Neste sentido, à noção de desenvolvimento rural estão associados o crescimento da agricultura capitalista, a expropriação dos pequenos produtores e o êxodo rural. Nesse processo são gerados conflitos sociais, nos quais são construídas experiências populares de resistência a determinadas políticas econômicas, e que são rechaçadas por instituições e pesquisadores. A luta pela terra é um exemplo desta importante forma de ressocialização dos sem-terra, que é vista, muitas vezes, como condição de impedimento ao desenvolvimento. Esse tipo de leitura do desenvolvimento desconsidera as demais dimensões envolvidas no processo de desenvolvimento. Segundo Fernandes (2005, p. 2) há uma leitura predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento.

A postura de parte dos políticos, das instituições governamentais e de pesquisadores da questão agrária é a de não reconhecer a ocupação como importante forma de acesso a terra. Nas discussões que se seguem pretendemos contribuir no debate a respeito do desenvolvimento rural, analisando a importância da luta pela terra como condição para implantação dos 107 assentamentos onde atualmente vivem cerca de 5.564 mil famílias.

O Estado é a instituição competente pela elaboração de uma política de reforma agrária, mas não tem conseguido efetivá-la e com isso a estrutura fundiária brasileira continua intocada. Neste sentido, a atuação dos 68 movimentos socioterritoriais<sup>6</sup> que realizam ocupações de terras em todo Brasil tem produzido nas últimas décadas evidências irrefutáveis que a luta pela terra tem impulsionado as políticas compensatórias<sup>7</sup> de implantação de assentamentos rurais.

---

<sup>6</sup> Ver Silva (2007, p. 2) Compreendendo os diferentes movimentos camponeses e as ocupações de terra no Brasil 2000 – 2006. Texto apresentado no CADID - Canadian Association for the Study of International development Association canadienne d'études du développement international de 31 maio a 2 de junho de 2007 na University of Saskatchewan, Saskatoon – Canadá.

<sup>7</sup> Sobre políticas compensatórias ver dissertação de mestrado de Mazzini (2006).

Tento em vistas discutir a importância da luta pela terra na criação dos assentamentos da região e do município de Teodoro Sampaio, dividimos a discussão que se segue em quatro partes. Na primeira, fazemos uma breve caracterização sobre a Questão Agrária no Pontal do Paranapanema, o processo de ocupação da região e de formação do município de Teodoro Sampaio. Na segunda, demonstramos a importância da ocupação de terra no desentranhamento do processo de grilagem da região do Pontal do Paranapanema em tabelas e em mapas. Nos mapas correlacionamos o número de famílias em ocupações com o número de famílias assentadas.

Na terceira parte, analisamos dados da população rural e urbana, índice de gini e estrutura fundiária. Utilizamos os IBGE como fonte secundária na organização dos dados de população, índice de gini, estrutura fundiária. Para os dados de ocupações e assentamentos utilizamos como fonte o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA. Com base nos dados apresentados nas partes anteriores, na quarta parte destacamos a importância das ocupações para a promoção dos impactos socioterritoriais a partir da implantação dos assentamentos rurais.

Os mapas apresentados foram elaborados a partir do uso do *software* de cartografia temática *Philcarto de Waniez* (2003), utilizando dados sobre as dimensões citadas. Na elaboração dos mapas adotamos a delimitação territorial da UNIPONTAL. Todavia, por conta da base cartográfica adotada, na elaboração dos mapas não foi possível representar as informações referentes aos municípios de Nantes e Iepê que também fazem parte da região do Pontal do Paranapanema.

Com objetivo de auxiliar na leitura das informações dos mapas os municípios foram numerados e na referência no texto que fazemos sobre estes municípios citamos seus números.

### **3.1. Definição de Pontal do Paranapanema**

A região do Pontal do Paranapanema localiza-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, na fronteira com os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Considerada uma das regiões brasileiras com maior número de conflitos por terra o Pontal do Paranapanema ficou conhecido

nacionalmente. Contudo, as diferentes definições de Pontal não são tão conhecidas e ao fazer referência à região são comuns os equívocos, pois em algumas situações não se sabe ao certo quais das delimitações geográficas de Pontal esta sendo usada como referência. Cada uma das definições de Pontal possui sua própria delimitação geográfica.

Em nossa dissertação adotamos a definição de Pontal da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema - UNIPONTAL. Esta definição abrange todas as 32 prefeituras da região e pode ser considerada uma das classificações mais amplas. Com relação à UNIPONTAL, ainda que suas ações não representem algum tipo de repercussão significativa para o processo de desenvolvimento da região, a associação tem como objetivo a discussão do desenvolvimento mediante a participação de todas as prefeituras. Ao garantir esta condição em estatuto, a definição da UNIPONTAL quando comparada com as demais definições, denota uma preocupação com a totalidade do território, o que nem sempre é levado em consideração pelas demais entidades que atuam na perspectiva de promover o desenvolvimento regional.

No Atlas interativo<sup>8</sup>: uma contribuição à educação ambiental do Pontal do Paranapanema, desenvolvido no ano de 2003, com tese e livre docência, pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Arlete Aparecida Correia Meneguette do Campus da Unesp de Presidente Prudente, é possível tomar conhecimento sobre as diferentes denominações de Pontal.

Para fins de consulta, sem nenhuma dúvida o ATLAS é uma das fontes de pesquisa mais importantes e completadas sobre as diferentes denominações da região. Todavia, em 2005 foi fundada no município de Mirante do Paranapanema a Associação dos Municípios com Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema - AMASP, tornando-se uma referência mais específica para o estudo dos assentamentos na região. Essa classificação não esta entre as definições que são abordadas no Atlas.

A criação da AMASP destaca-se por priorizar o fortalecimento da agricultura camponesa representada pelas 5.564 mil famílias que vivem em 107 assentamentos implantados em 16 dos 32 municípios da região (ver tabela X). Para UNIPONTAL a totalidade do território é dada pela inclusão de todos os

---

<sup>8</sup> O ATLAS INTERATIVO do Pontal do Paranapanema pode ser acessado em: <http://www.multimidia.prudente.unesp.br/mapoteca.htm>

32 municípios da região, ao passo que para a AMASP a totalidade do território é dada pelos municípios com projetos de assentamentos rurais. Ou seja, em sua classificação a AMASP trabalha a noção de desenvolvimento a partir de uma leitura territorial onde o critério para constituição deste território sejam as famílias assentadas.

### **3.3. Questão agrária no Pontal do Paranapanema: processo de ocupação da região**

Para entendermos quais são os elementos que contribuíram para a formação da realidade atual dos projetos de assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio, temos que retroceder na história, tendo em vista entender o problema agrário da região como um resultado do seu processo de ocupação.

No ano de 1981 o Geógrafo e Professor da FCT/UNESP José Ferrari Leite, publicou sua tese de livre docência “A ocupação do Pontal do Paranapanema”. Ferrari Leite é considerado um dos pioneiros no estudo e análise da ocupação do oeste paulista. Sua obra sucede a tríade composta pelas obras de Pierre Monbeig em *Pioneiros e Fazenderios do Estado de São Paulo* e Cláudio Branco Vasques, *a Evolução da Ocupação no Município de Teodoro Sampaio*. A obra de Leite (1981) faz parte da coleção das grandes obras que são referências para compreensão da ocupação do espaço geográfico do Estado de São Paulo, juntamente com os trabalhos de Pasquale Petrone - *A Baixada do Ribeira*; Antônio Candido – *Os Parceiros do Rio Bonito* e o José de Souza Martins com a obra *O cativo da Terra*.

Outras referências importantes para o estudo da região e do município de Teodoro Sampaio podem ser encontradas nas obras de Antônio Pereira Antônio em *Movimentos Sociais e Organização do Espaço Rural nos Assentamentos Populacionais Dirigidos pelo Estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990*; em João Cleps em *o Pontal do Paranapanema: a incorporação regional da periferia do café*; em Rosemeire Aparecida de Almeida *A Conquista da Terra pelo MST: as ocupações da fazenda São Bento e Santa Clara* e em Bernardo Mançano Fernandes com o livro *MST: formação e territorialização no Estado de São Paulo*. É a partir da

obra desses autores que contextualizaremos a questão agrária do Pontal do Paranapanema e o histórico da criação do município de Teodoro Sampaio.

Em meados do século XIX, o território do oeste paulista, correspondente a atual região do Pontal do Paranapanema era desconhecido e despovoado. Sua área era habitada por agrupamentos indígenas na sua maior parte de origem tupi-guarani. As notas de caráter científico, mais antigas que se possui sobre o Vale do Paranapanema, são do Engenheiro Theodoro Sampaio, que como membro da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, explorou, em 1886, o rio Paranapanema desde a sua nascente até a foz do rio Paraná. A leitura da obra de Leite (1981) deixa evidências irrefutáveis de a ocupação da região do Pontal do Paranapanema aconteceu a partir de um intenso processo de grilagem do seu início ao fim.

Entenda-se por grilagem de terra o processo de falsificação de documentos das propriedades fundiárias. O termo nasceu do dito popular e foi utilizado por pesquisadores e escritores da época. Segundo a explicação do escritor Monteiro Lobato, grilagem é a técnica de se envelhecer papéis usando grilos: os papéis são colocados em gavetas com centenas de grilos, estas são trancadas e assim que os insetos morrem, apodrecem liberando resinas que mancham os papéis, dando-lhes assim o aspecto de velho, Fernandes (1996).

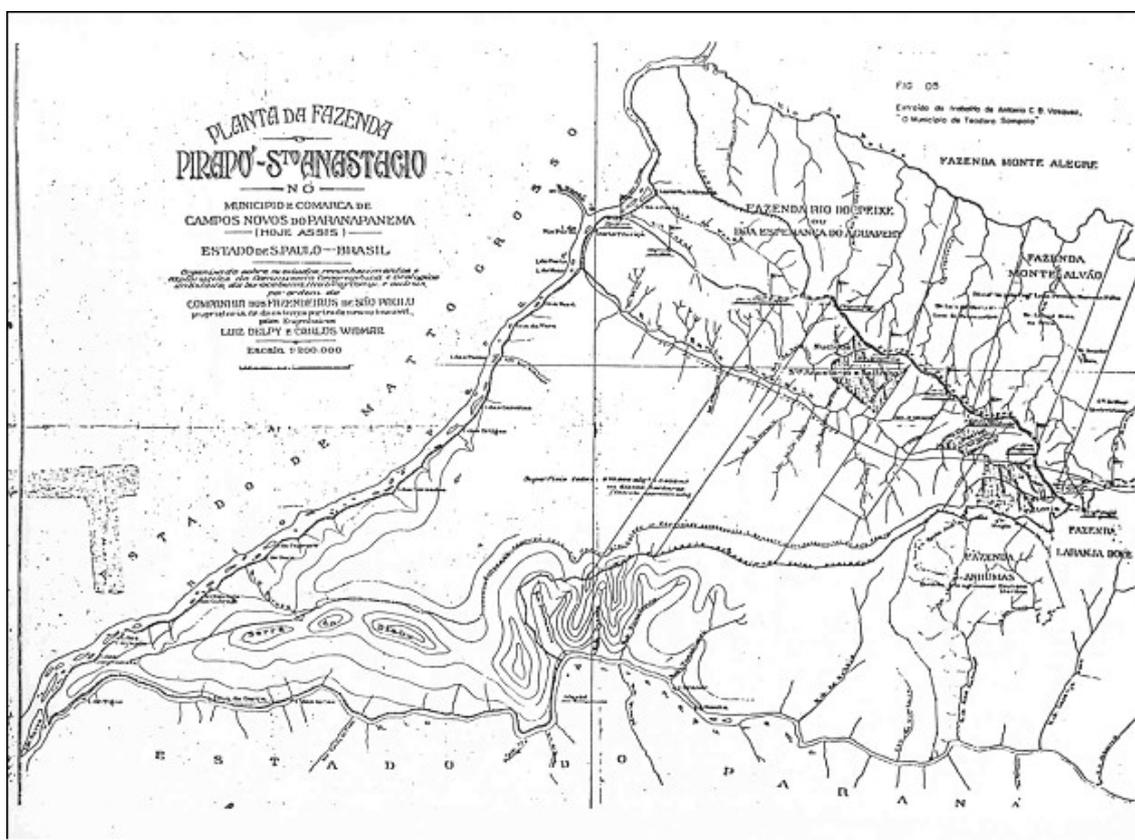
Segundo Leite (1981) a história de grilagem de terras do Pontal do Paranapanema tem seu início em maio de 1856, quando Antônio José Gouvêa, chega à região e extrai uma imensa gleba de terras, denominada de Fazenda Pirapó Santo Anastácio, junto à Paróquia de São João Batista do Rio Verde, como pode ser visualizado na figura 2.

A descrição do grilo realizado por Antônio José Gouvêa é a seguinte: os limites da fazenda vão desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo por 10 léguas o rio Paraná acima e voltando-se para leste pelas vertentes do rio Pirapó, até encontrar-se de novo com o rio Paranapanema.

Na mesma época, outro grileiro, José Teodoro de Souza, obtém semelhante registro paroquial de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Aguapehy. De acordo com as divisas constantes do termo de posse, esta gleba era ainda mais extensa que a Pirapó Santo Anastácio, pois tinha origem nas barrancas do rio Turvo, cujas nascentes estão nos municípios de Agudos e Bauru.

Essas falsificações ocorreram, visto que os “proprietários” deveriam legitimar as suas posses com base na lei nº. 601, de 1850, conhecida como lei de terras. A lei de terras determinava o fim das declarações de posse por meio dos registros paroquiais e permitia apenas a legitimação de terras ocupadas até 1856, proibindo assim a ocupação de terras devolutas. Igualmente determinava que a aquisição de terras feitas por meio da compra e que não fossem devidamente regulamentadas, também seriam consideradas devolutas.

**Figura 2 – Planta do Grilo Mãe da Fazenda Pirapó Santo Anastácio**



Fonte: LEITE, José Ferrari, 1981.

No ano de 1861, Antônio José Gouveia vendeu sua posse a Joaquim Alves de Lima. Com o falecimento deste último, quem assume a Pirapó-Santo Anastácio é seu filho João Evangelista de Lima. Evangelista, na tentativa de legitimar a posse de suas terras, comete no processo de medição das mesmas uma série de erros de caráter tanto técnicos quanto jurídicos. Isso fez com que o Governador da época Prudente de Moraes, considerasse imprestável e nula a medição apresentada. Mesmo antes de sair à sentença sobre a fazenda

Pirapó-Santo Anastácio, Evangelista e Manuel Pereira Goulart (que também solicitou registro paroquial da Fazenda rio do Peixe) realizaram uma permuta entre as glebas griladas.

Manuel Goulart necessitava do reconhecimento oficial de “suas” terras. Para tanto, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura da época, solicitando permissão para receber colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio. Obtendo resposta favorável, autorizando a contratação de imigrantes para sua fazenda, a partir de então, Goulart vendeu, trocou e doou terras.

Em 1917, aproveitando-se da construção da ferrovia em direção ao Vale do Paranapanema, chegaram muitos imigrantes na busca de terras para plantação de café. Os pequenos povoados que ali existiam, acolhiam pessoas de toda espécie: comerciantes e especuladores de terras, aventureiros, foragidos da justiça ou ocupantes de terras.

Como algumas propriedades eram adquiridas, porém, não ocupadas, estas acabaram sendo invadidas por intrusos que até apresentavam o “título de propriedade” falso. Houve conflitos entre os grileiros que queriam as mesmas terras e esses ocupantes. A área da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, apesar de extensa com área calculada em cerca de 60 mil hectares, tornou-se pequena em vista do número de transcrições que se passaram. Eram necessárias a medição e a divisão dessa imensa gleba, dando início a um dos mais volumosos processos de litígio de terras do Estado de São Paulo.

Em 1930, o governo do Estado de São Paulo negou a partilha da Pirapó-Santo Anastácio, alegando ser nulo o processo divisório, já que os títulos originais da posse e domínio dos particulares sobre as terras da aludida fazenda foram falsificados criminosamente, lesando o patrimônio do Estado. Assim, todos os títulos referentes ao imóvel, desde o registro paroquial de 14 de maio de 1856 até a permuta feita em janeiro de 1890, entre João Evangelista de Lima e Manuel Pereira Goulart, eram falsos ou nulos e sem valor jurídico. Nestas condições, essas terras eram de domínio do Estado, por serem devolutas.

Em 1932 a Secretaria da Agricultura do Estado divulga uma nota oficial comunicando ser perigosa à compra de terras no Pontal do Paranapanema por

serem devolutas. Mesmo assim os negócios continuaram. Os compradores que se deslocavam para o Oeste Paulista queriam comprar terras e os grileiros queriam vender. Para assegurar o procedimento dessas atividades eles apelavam incansavelmente contra as decisões judiciais do Estado. No decorrer da história, as terras devolutas do Pontal do Paranapanema estiveram em poder de nomes conhecidos da política e do meio financeiro, como as famílias Melão Nogueira, Cesarino dos Santos, Gonçalves Foz, Antônio Silva, Ênio Pipino e Justino de Andrade, todos do partido do então governador Adhemar de Barros.

Em 1935, Alfredo Marcondes transfere 2/3 da gleba grilada a Xavier Pereira e Homero de Barros Veiga. No ano seguinte, Marcondes funda, na capital da República da época Rio de Janeiro, a Companhia Imobiliária e Agrícola Sul-Americana e três meses depois, readquire daqueles mesmos compradores a totalidade das terras que havia transferido um ano antes. O Coronel, servindo-se da recém criada Companhia, lançou-se a vender lotes no Pontal.

Na década de 40, o governador Fernando Costa criou as reservas florestais: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a Grande Reserva do Pontal, somando 297.400 hectares. Por outro lado, como as levas de migrantes atraídas pelos grileiros não paravam de crescer, acabaram tornando sem efeito o decreto do governador para a preservação destas áreas. Em 10 anos a população da região cresceu de 275.000 para 416.000 pessoas.

Em 1950, com a morte de Alfredo Marcondes, em Presidente Epitácio, parte de seu patrimônio foi tomado por grileiros com significativo poder político e econômico, enquanto uma outra parte considerável fica com seus herdeiros. Novos grileiros ocuparam a região. Um deles é Sebastião Camargo, dono da empreiteira Camargo Correia, em sociedade com a família de Adhemar de Barros. Esse laço político leva o Estado a incumbir à empresa à construção do ramal ferroviário de Dourados, o qual passaria por dentro da reserva florestal do Pontal. De posse dessa informação e do percurso da ferrovia, os donos da empresa começam a comprar grandes extensões de terras (cerca de 15.000 hectares), todas pertencentes ao grilo Pirapó-Santo Anastácio. No final da linha dos trilhos, os donos da empresa decidiram fundar a cidade de Rosana, nome

da filha de Sebastião Camargo e assim foram surgindo outros povoados que, posteriormente, se consolidaram como municípios.

Em 1954, a Imobiliária e Colonizadora Camargo Correia, lançou um edital de loteamento da recém fundada cidade de Rosana. O Estado embargou o loteamento na justiça, por se tratar de terras públicas. O dono da empresa não esperou a sentença e começou a vender os lotes.

Neste mesmo ano, na Assembléia Legislativa, começou a batalha parlamentar a respeito da peleja do Pontal: de um lado existiam os deputados simpáticos aos grileiros que queriam revogar os decretos das reservas florestais e, de outro, os deputados que defendiam a manutenção daquelas áreas, em nome do interesse público. Começa então a batalha em torno do projeto do deputado Cunha Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que propôs a extinção das reservas sobre o argumento de que o Estado falhou em sua missão de conservar as matas. Este projeto foi aprovado pelo plenário em primeira votação e rejeitado pela comissão de Agricultura da Assembléia Legislativas, que o considerou lesivo ao interesse público. Surgiram outros projetos que previam a liberação de apenas parte da reserva. Estes também não foram aprovados Leite (1981).

Na metade dos anos 50 Jânio Quadros assumiu o governo do Estado e mandou demitir, suspender e transferir funcionários públicos acusados de envolvimento em ilegalidades com terras. São publicados três decretos declarando de utilidade pública as Terras das reservas florestais estabelecidas por Fernando Costa em 1941, proibindo a retirada de madeira da região e encaminhando ações de discriminação de terras a justiça.

Em 1963, Adhemar de Barros voltou ao governo, impulsionando a construção do ramal ferroviário que se encontrava em um ritmo lento de desenvolvimento no governo de Jânio Quadros e Carvalho Pinto. As ações judiciais são esquecidas e conclui-se a venda de lotes da cidade de Rosana.

Esses acontecimentos históricos são exemplos reais da instalação de um complexo grilento no Pontal do Paranapanema, Ramalho (2001). Com exceção de alguns acordos políticos realizados entre grileiros e o Estado, as terras do Pontal encontram-se até hoje sem solução jurídica. Ainda no final dos anos sessenta e começo dos anos setenta, como nos mostra (Antonio, 1990), aconteceram os conflitos por terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito.

*(...) a origem do conflito está relacionado ao processo de apropriação dessas terras e deu-se do seguinte modo: os supostos proprietários das fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito para legitimarem e justificarem sua posse arrendaram “suas terras” a médios e grandes arrendatários. Estes, por sua vez, fazendo o papel de testas de ferro desses latifúndios, subarrendavam a camponeses que derrubavam a mata, reserva florestal do pontal e cultivavam-na, pagando aos subarrendatários uma determinada renda. Se com esse mecanismo os latifundiários não conseguiram legitimar suas posses, pelo menos arrolaram a questão judicial até os dias atuais. Atualmente, 1983-1990, os governos do Estado de São Paulo, através do Departamento Regularização Fundiária, vêm realizando acordos com os latifundiários supostos proprietários e com os camponeses para resolver definitivamente esse conflito. A proposta principal que permeia o acordo é resgatar 25% das terras de cada fazenda e assentar, nessas, os camponeses e abandonar as ações discriminatórias contra os fazendeiros, permitindo a eles legitimidade dos 75% das terras de cada fazenda envolvida no acordo (ANTONIO, 1990, p. 41-3).*

Em 1991, a CPT impetrou uma Ação Popular processo nº. 1.083/91, impossibilitando assim, a realização desse tipo de acordo. Além das lutas de resistências dos posseiros, no início da década de oitenta, emerge, também no Pontal do Paranapanema, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, excluído, marginalizado, que faz parte da reserva de mão de obra à disposição do capital, que no movimento da luta foi se denominando de trabalhador sem-terra Fernandes (1996).

Enfim, é em meio a esse processo de grilagem com exploração predatória dos recursos naturais da região (substituição de florestas pelas monoculturas do café e do algodão), transportados a partir do ramal ferroviário de Dourados, que nascem os municípios que compõem atualmente a região do Pontal do Paranapanema. É em meio a este contexto, que surge a município de Teodoro Sampaio. Sendo assim, vejamos então como se deu o processo de formação do município de Teodoro Sampaio.

### **3.3. Expansão da cafeicultura na região**

A expansão da cafeicultura no oeste do Estado de São Paulo também contribuiu para a ocupação do Pontal do Paranapanema, com a construção da Estrada de Ferro Alta Sorocabana para transportar a produção cafeeira para o porto de Santos. O café foi importante no povoamento da Alta Sorocabana, por isso a marcha do café ultrapassou as manchas de terras roxas chegando aos solos de arenito Bauru.

O desenvolvimento inicial da cultura cafeeira no Brasil ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, mas essa cultura se expandiu atingindo os Estado de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, permitindo o povoamento dessas regiões, dentre elas, o oeste do Estado de São Paulo.

De acordo com Mombeig (1984, p. 197), os trilhos da ferrovia chegaram a Quatá, em 1916, a Presidente Prudente, em 1920 e Presidente Epitácio, em 1922. É no contexto, da marcha do café nos espigões do extremo oeste do Estado de São Paulo que surge os municípios do Pontal. O avanço da linha ferroviária Alta Sorocabana coincide com a chegada dos imigrantes japoneses, italianos e espanhóis desenvolvendo, o que foi na região, um dos primeiros registros de propriedades caracterizadas pelo cultivo da policultura ao lado das grandes fazendas.

A queda dos preços do café em 1929 gerou conseqüências para os fazendeiros que estavam em vias de aumentar as plantações. Assim, registrou-se um recuo na produção e na qualidade do produto no Estado de São Paulo.

A cafeicultura e a ferrovia desempenharam papel importante na ocupação do Pontal do Paranapanema, permitindo a formação de alguns povoamentos que se elevaram à categoria de municípios e, atualmente desempenham funções importantes na prestação de serviços para região do Pontal do Paranapanema.

### **3.4. Formação do município de Teodoro Sampaio**

Com a instalação dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, intensificou-se a procura por terras para o plantio do café, dando seqüência à formação dos municípios. Assim, do território que constituía o município de Presidente Venceslau, formaram-se os municípios de Presidente Epitácio (1944), Marabá Paulista (1958) e Teodoro Sampaio (1964).

Na formação dos municípios do Pontal do Paranapanema, o poder público associado ao poder privado, caracterizou o coronelismo, em que há uma relação de compromisso entre as duas partes. Em Presidente Prudente, por exemplo, esse sistema foi explícito, principalmente com as disputas pelo poder municipal entre os coronéis Francisco de Paula Goulart (dono de terras) e José Soares Marcondes (empresário no setor de imóveis).

No coronelismo, os elementos centrais estão caracterizados na subordinação, no favorecimento e na compaternidade das decisões a serem tomadas e, por isso, dependem das vontades do coronel mandonismo local e das trocas de favores. Um dos exemplos do coronelismo são as atitudes tomadas por alguns políticos no Pontal do Paranapanema, como a utilização de equipamentos públicos municipais de acordo com seus interesses. Esses elementos permanecem à formação dos municípios do Pontal do Paranapanema, contribuindo com a disputa de poder na sociedade civil.

A origem do nome Teodoro Sampaio foi uma homenagem ao engenheiro cartógrafo e geógrafo Theodoro Fernandes Sampaio. O município localiza-se nos extremos do oeste do Estado de São Paulo, na microrregião de Presidente Prudente que, por sua vez, integra o Planalto Paulista.

A área do município de Teodoro Sampaio foi parte da antiga fazenda Cuiabá de origem litigiosa por meio de grilagem de terras. Esse grilo constituiu parte da fazenda Pirapó Santo Anastácio, ou seja, a primeira grande propriedade grilada no Pontal do Paranapanema.

A sede da fazenda Cuiabá localiza-se no atual distrito de Cuiabá Paulista, pertencente ao município de Mirante do Paranapanema. A fazenda foi negociada entre grileiros, surgindo várias propriedades menores e, após sucessivas vendas, a fazenda foi dividida em três partes, idealizando em 7 de

janeiro de 1952 a formação do povoado que mais tarde daria origem ao município de Teodoro Sampaio.

A formação de Teodoro Sampaio permitiu a aglutinação de pessoas vindas de varias localidades do país. Nos seus primeiros anos de existência a população rural de Teodoro teve predominância sobre a urbana, visto que, a maior parte das famílias residia em grandes fazendas. Como a maior parte dos assentamentos da região foi criada após 1995, ou seja, um ano depois da realização do Censo, as populações dos assentamentos não foram contabilizadas pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Neste sentido, as populações rurais dos municípios do Pontal, sobretudo do município de Teodoro Sampaio, são maiores que as estatísticas publicadas pelo IBGE. A dinâmica demográfica do Pontal do Paranapanema apresenta diferentes períodos conforme ressalta Alegre (1982), a primeira delas se dá com construção das ferrovias da Alta Sorocabana, depois pelos latifúndios cafeeiros, da pecuária extensiva, da construção civil usinas hidrelétricas e dos assentamentos de trabalhadores rurais, após 1990.

O aumento da população rural faz crescer em termos absolutos a importância da agricultura do município como elemento propulsor dos desequilíbrios necessários para dinamização do desenvolvimento territorial do município.

De acordo com a apresentação do processo de ocupação da região do Pontal do Paranapanema, verifica-se que ainda estão presentes no município de Teodoro Sampaio, marcas deixadas por esse predatório processo de colonização derrubadas das florestas pelas madeireiras, monocultura do café realizando o empobrecimento dos já enfraquecidos solos da região, criando assim, graves problemas para o setor agrícola na atualidade.

A seguir, de acordo com Leal (2003), apresentamos no **quadro 1**, as principais escalas dos impactos provocados no município de Teodoro Sampaio.

### Quadro 1 – Etapas e escalas dos principais impactos provocados no município de Teodoro Sampaio

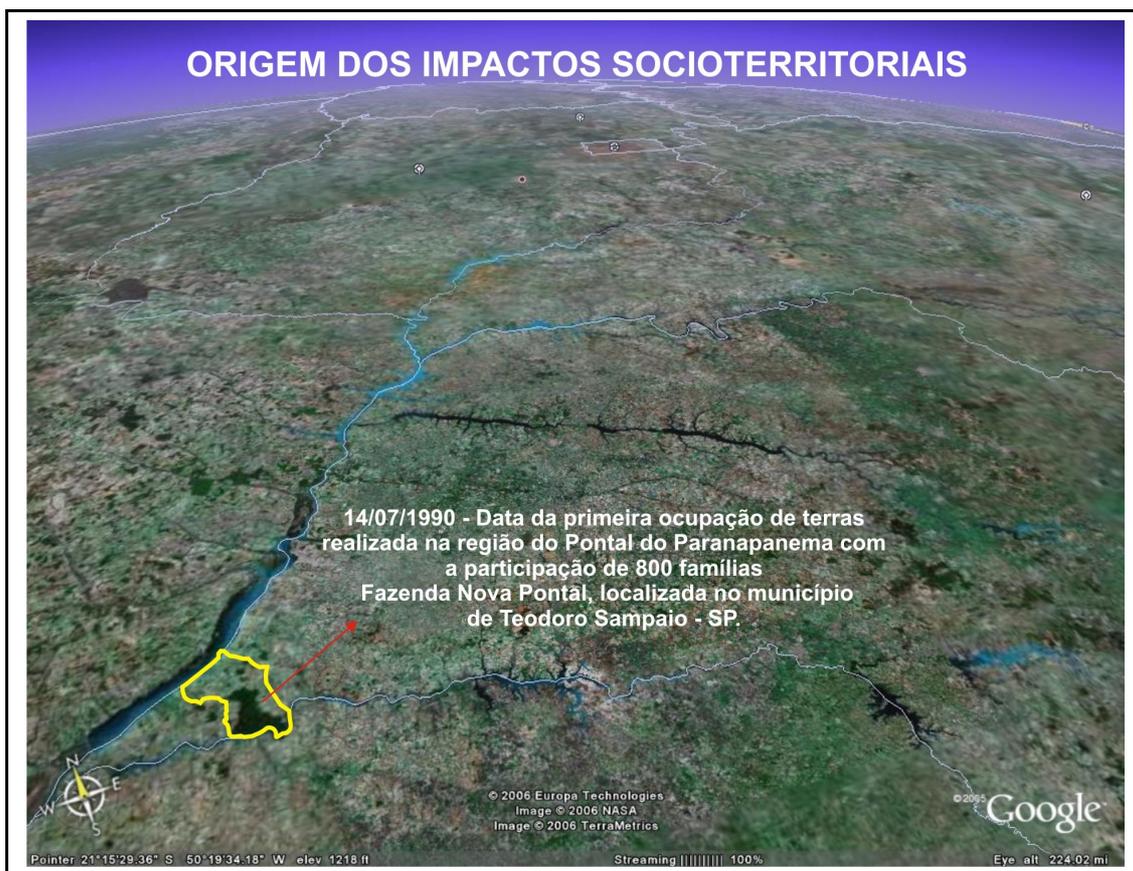
<b>Etapas</b>	<b>Principais escalas dos impactos provocados no município de Teodoro Sampaio</b>
1856	Antonio José de Gouvêa procurou retirar o registro Paroquial da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio
1886	Tentativa de legitimação da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio por João Evangelista de Lima sendo um dos sucessores das terras griladas
1890	Permuta entre os sucessores das Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Boa Esperança do Aguapehy
1932	Foi divulgado em nota oficial da imprensa originária da Secretaria da Agricultura do Estado, comunicando ser perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana
1940	Ocupação da fazenda Cuiabá que deu origem à cidade de Teodoro Sampaio
1942	Formação das Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema, inclusive a Reserva do Parque Estadual Morro do Diabo
1950	Organização e construção da ferrovia (Ramal de Dourados)
1954	Os jornais (A Voz do Povo), (A Tribuna), notificaram os primeiros casos de destruição das reservas do Pontal principalmente, o Parque Estadual Morro
1964	Emancipação política do município de Teodoro Sampaio
1970	Intensificação e constituição do programa Próalcool por meio da formação da Destilaria de Alcool Alcídia
1980	Início dos projetos para a construção das Usinas Hidrelétricas: Taquaruçu, Rosana e Sérgio Motta
1984	Formação do assentamento populacional dirigido pelo Estado – Gleba XV de Novembro
1990	Primeira ocupação de terra organizada pelo MST no latifúndio Nova Pontal
1992	Emancipação política dos distritos de Euclides da Cunha Paulista e Rosana
1995	Término de alguns canteiros (montagem, terraplanagem, concreto) das obras das usinas hidrelétricas e organização dos movimentos socioterritoriais envolvidos na luta pela terra (MST)
1998	Intensificação das ocupações de terras e conquista de assentamentos rurais
2000	Paralisação no processo de regularização fundiária, bem como na implantação de assentamentos rurais
2001	Aumento de famílias acampadas e da violência no campo
2002	Perseguição política das lideranças dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra
2003	Elaboração do Projeto de regularização fundiária para áreas com até 500 ha

Fonte: LEAL, Gleison Moreira, 2003

### 3.5. Ocupações de terras no Pontal: luta e desenvolvimento

De acordo com o DATALUTA a primeira ocupação de terras da região do Pontal do Paranapanema foi realizada no dia 14/07/1990 na Fazenda Nova Pontal e contou com a participação de 800 famílias, ver figura 1.

**Figura 1 - Origem dos impactos socioterritoriais: primeira ocupação de terras realizada na região do Pontal do Paranapanema**



Essa ocupação é considerada histórica. É a partir dela que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST dá início ao processo de territorialização de sua luta pela terra na região, causando desde então significativos impactos socioterritoriais.

Conforme pode ser verificado na tabela 1 no período de 1990-2007, por meio do trabalho de base, foram realizadas na região pelo MST cerca de 675 ocupações envolvendo 104.035 mil famílias. Essas ocupações pressionaram o Estado para que retomasse as terras devolutas do Pontal.

**TABELA 1 - OCUPAÇÕES DE TERRAS NO PONTAL DO PARANAPANEMA 1990 - 2007**

<b>Ano</b>	<b>Nº. de ocupações</b>	<b>Nº. Famílias</b>
<b>1990</b>	1	800
<b>1991</b>	5	870
<b>1992</b>	13	2.850
<b>1993</b>	27	1.800
<b>1994</b>	46	3.180
<b>1995</b>	50	19.135
<b>1996</b>	67	12.917
<b>1997</b>	55	13.073
<b>1998</b>	96	10.202
<b>1999</b>	35	3.277
<b>2000</b>	21	6.209
<b>2001</b>	17	7.467
<b>2002</b>	33	4.225
<b>2003</b>	8	722
<b>2004</b>	42	6.091
<b>2005</b>	46	4.402
<b>2006</b>	73	3.816
<b>2007</b>	40	2.999
<b>Total</b>	<b>675</b>	<b>104.035</b>

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007

Estima-se que durante quase um século foram grilados no Pontal um milhão de hectares. De 1990 a 2007 os sem-terra executaram 675 ocupações conquistando o equivalente a 137.953 mil hectares, contribuindo com desentranhamento de um dos grilos mais famosos do Estado de São Paulo.

Esse confronto entre latifúndios e sem-terra transformou o Pontal na década de 90 em umas das regiões com maior número de conflitos por terra do Brasil. Foi por meio das ocupações que o MST pressionou o governo estadual para desapropriar as áreas ocupadas e desafiou os latifúndios. A luta dos sem-terra não teve ressonância imediata. Durante os governos Quéricia e Fleury que trataram as ocupações de terra como questão de política o número de ocupações dobrou.

Neste período, conforme pode ser verificado na tabela 2, os MST intensificou suas ações no município de Mirante do Paranapanema, cujas terras, desde 1947 já tinham sido julgadas devolutas, mas continuavam sobre poder dos grileiros.

Conforme pode ser verificado na tabela 2, entre 1990 e 2007 o número de ocupações cresceu com a espacialização da luta pela terra pra 21 municípios da região. A intensificação da luta foi acompanhada de repressão pelos latifúndios e pelo poder judiciários. Inúmeras pessoas foram feridas e presas acusadas de formação de quadrilha neste período. As ocupações resultaram em um importante ganho político para os sem-terra. Em 1995, com o então Governador Mário Covas, deu-se início por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP na arrecadação das terras julgadas devolutas. Concomitante a arrecadação das terras foi elaborado um plano de ações discriminatórias para identificar as terras devolutas no Pontal em áreas com mais de 500 hectares.

Sem dúvida, a luta política do MST causou importantes impactos socioterritoriais no Pontal com a implantação dos assentamentos, contribuindo com a dinamização econômica da região e com aumento do crescimento populacional dos municípios, conforme veremos a seguir.

TABELA 2 - PONTAL DO PARANAPANEMA: OCUPAÇÕES DE TERRAS NO POR MUNICÍPIO 1990 - 2007

Ano		90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	Total
1º	Álvares Machado								2							1				3
2º	Caiuá								12	4	9			5		2	4	6	1	43
3º	Euclides da Cunha Paulista				3			4	10	7	2	3	5			1		5	11	51
4º	Iepê									3								1		4
5º	João Ramalho																	2		2
6º	Marabá Paulista								1		1		3			4		3		12
7º	Martinópolis					10	2	5	8	2							7	1	1	36
8º	Mirante do Paranapanema		5	10	24	32	31	11	4	23	1	1	2			1	8	14	4	171
9º	Nantes									2	1									3
10º	Narandiba									1						4				5
11º	Piquerobi									1	1					1			4	7
12º	Pirapozinho														1			1		2
13º	Presidente Bernardes							3		10	2		1	3		1	4	9	5	38
14º	Presidente Epitácio			3			2	10	1	6	6	5		9	5	13	2	3	4	69
15º	Presidente Prudente								1				1				2			4
16º	Presidente Venceslau							16	4	3	4			3		2	3	7	6	48
17º	Rancharia					1	10	1	4	5	1						1	3		26
18º	Ribeirão dos Índios										2									2
19º	Rosana					1		1	2	14		1		3	1			1	1	25
20º	Sandovalina						3	14	1	3	2			4		9	3	1	1	41
21º	Santo Anastácio							1	1	2	1					1	2	3		11
22º	Taciba									2										2
23º	Tarabai									1										1
24º	Teodoro Sampaio	1				2	2	1	3	8	2	11	5	6	1	2	10	12	3	69
<b>Total</b>		<b>1</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>27</b>	<b>46</b>	<b>50</b>	<b>67</b>	<b>54</b>	<b>97</b>	<b>35</b>	<b>21</b>	<b>17</b>	<b>33</b>	<b>8</b>	<b>42</b>	<b>46</b>	<b>72</b>	<b>41</b>	<b>675</b>

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007

### 3.6. Geografia das Ocupações de Terra e Assentamentos Rurais

Durante o período de 1990 – 2008, foram realizadas no Pontal do Paranapanema 631 ocupações com 110.542 famílias em ocupações. Conforme pode ser verificado no mapa 15, o número de famílias que ocupam terra é muito menor do que o número de famílias que são assentadas, ver tabela 3.

Entre os 30 municípios da região, mais da metade das ocupações 55% foram realizadas nos municípios de Mirante do Paranapanema (26%), Teodoro Sampaio (11%), Presidente Epitácio (10%) e Sandovalina (8%).

**TABELA 3 - OCUPAÇÕES DE TERRAS, SEGUNDO NÚMERO DE FAMÍLIAS**

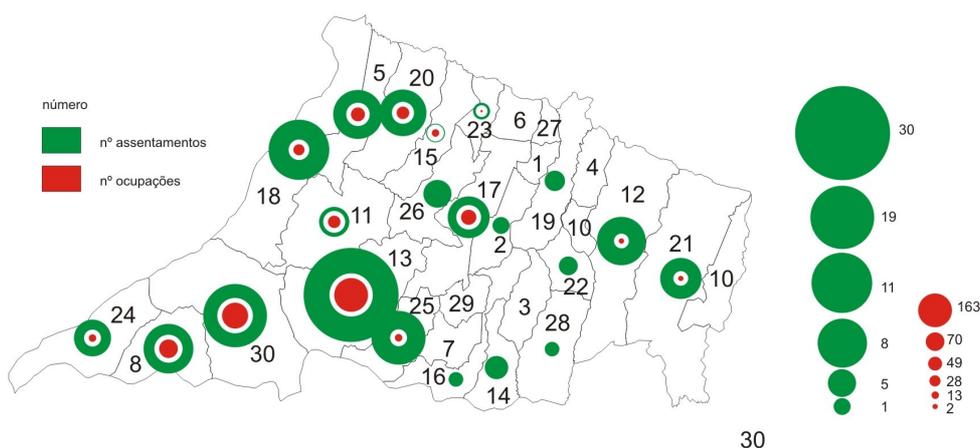
Nome do municípios	Número	
	Ocupações	Famílias
Álvares Machado	3	130
Caiuá	40	5.662
Euclides da Cunha Paulista	41	9.490
Marabá Paulista	13	3.250
Martinópolis	39	2.054
Mirante do Paranapanema	163	32.343
Narandiba	7	455
Piquerobi	4	344
Pirapozinho	2	220
Pres. Bernardes	28	2.261
Presidente Epitácio	63	6.933
Presidente Prudente	5	820
Presidente Venceslau	36	4.839
Rancharia	27	5.304
Regente Feijó	4	69
Ribeirão dos Índios	3	200
Rosana	21	1.972
Sandovalina	49	17.814
Santo Anastácio	11	1.756
Taciba	2	190
Teodoro Sampaio	70	14.436
<b>Total</b>	<b>561</b>	<b>96.106</b>

Fonte: DATALUTA, 2008

Os municípios de Caiuá (6,3%), Euclides da Cunha Paulista (6,5%), Martinópolis (6,2%) e Presidente Venceslau (5,7%) são responsáveis por 25% das ocupações. Presidente Bernardes e Rancharia ambos com (4%) são responsáveis por 8% das ocupações.

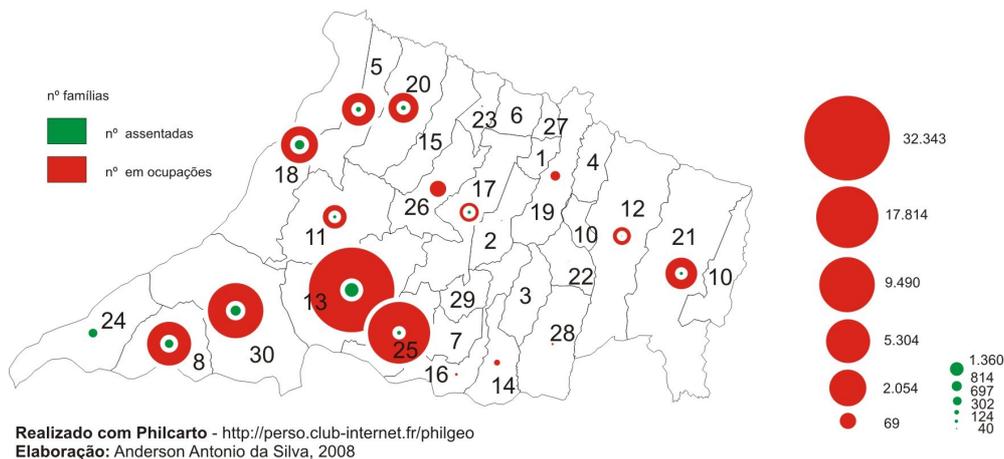
### Mapa 01 - Geografia das Ocupações de Terras e Assentamentos Rurais

(Número de ocupações e assentamentos)



### Mapa 02 - Geografia das Famílias em Ocupações e das Famílias Assentadas

(Número de famílias em ocupações e assentamentos)



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>  
Elaboração: Anderson Antonio da Silva, 2008

O município de Rosana é responsável por (3%) das ocupações. Marabá Paulista e Santo Anastácio são responsáveis por (4%) ambos com (2%) cada. Narandiba com (1,1%), Piquerobi com (0,63%), Presidente Prudente com (0,79%) e Regente Feijó com (0,63) são responsáveis por (3%) das ocupações.

Comparando-se os mapas 1 e 2, verificamos que dos 22 municípios onde ocorreram ocupações de terras, em 14 foram implantados assentamentos, confirmando a tese de Fernandes (1996), de que as ocupações são uma importante forma de acesso a terra.

Assim, podemos verificar que os municípios onde ocorreu maior intensificação do número de ocupações, Mirante do Paranapanema (13), Euclides da Cunha Paulista (8), Presidente Bernardes (17) e Teodoro Sampaio (30), também são os municípios com maior número de projetos de assentamentos implantados, reafirmando a tese de Fernandes (2001) de que as ocupações são um importante instrumento de acesso a terra, ver tabela 4.

**TABELA 4 - ASSENTAMENTOS RURAIS, SEGUNDO NÚMERO DE FAMÍLIAS**

MUNICÍPIO	Número	
	Assentamentos	Famílias
Caiuá	7	384
<b>Euclides da Cunha Paulista</b>	<b>11</b>	<b>697</b>
Marabá Paulista	6	258
Martinópolis	2	124
<b>Mirante do Paranapanema</b>	<b>30</b>	<b>1.360</b>
Piquerobi	3	84
<b>Presidente Bernardes</b>	<b>8</b>	<b>266</b>
Presidente Epitácio	5	807
Presidente Venceslau	6	356
Rancharia	2	249
Ribeirão dos índios	1	40
Rosana	3	727
Sandovalina	3	302
<b>Teodoro Sampaio</b>	<b>19</b>	<b>814</b>
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>	<b>6.468</b>

Fonte: DATALUTA, 2008

Do ponto de vista populacional, os assentamentos rurais na região embora não sejam em número suficiente para promover a ampliação da população rural dos municípios da região, pelo menos tem sido eficiente na contribuição da sua estabilização, evitando seu decréscimo. Como já demonstramos anteriormente o crescimento da população urbana de 11 municípios da região estão associadas à implantação dos assentamentos. O decréscimo populacional nos municípios onde não foram implantados assentamentos foi bem maior.

Na década de 1990 o percentual de decréscimo da população na região foi de apenas 2,2 negativos. Este percentual ao contrário do que muitos pesquisadores e prefeitos da região afirmam não está relacionado à “modernização da agricultura”. Pelo contrário, “modernização da agricultura” na região tem sido um dos principais elementos no processo de expropriação das famílias trabalhadoras rurais, uma vez que o uso de novas tecnologias não é realizado de maneira homogênea pelos agricultores. A razão da diminuição desse percentual tem haver com as ocupações de terras e com a implantação dos assentamentos que possibilitaram o retorno de milhares de famílias ao campo. Sem a criação dos assentamentos rurais este percentual negativo seria diferente e estaria mais próximo dos índices das décadas passadas, ver quadro 1.

#### **QUADRO 1 - DECRÉSCIMO DA POPULAÇÃO RURAL E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA**

<b>Censo</b>	<b>População Rural</b>	<b>%</b>	<b>População Urbana</b>	<b>%</b>	<b>População total</b>
1970	185.571	-	230.081	-	415.652
1980	107.075	-73	312.690	35.9	419.765
1991	82.241	-30	415.419	32.8	497.660
2000	80.402	-2.2	473.177	13.9	553.579

**Fonte:** IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000

Mesmo sendo a região do Estado de São Paulo com maior concentração de projetos de assentamentos e famílias assentadas, ainda assim, com exceção do município de Mirante do Paranapanema, o número de desapropriações ainda não conseguiu surtir efeito na alteração da estrutura fundiária da região (ver mapas 10, 11, 12 e 13).

Analisando os mapas de estrutura e os (mapas 14 e 15) de assentamentos, nota-se que os municípios de Martinópolis (12), Mirante do Paranapanema (13), Piquerobi (15), Presidente Bernardes (17), Presidente Epitácio (18), Presidente Venceslau (20) e Rancharia (21), podem ter contribuído com uma maior participação relativa entre o número de imóveis, segundo área em hectares no sentido da desconcentração da estrutura fundiária destes municípios. Neste sentido, as ocupações de terra também

cumprem um papel importante, visto que sem as ocupações muitos destes assentamentos não existiriam.

Em termos de geração de renda estima-se que a receita anual gerada pelos assentamentos seja de 44 milhões de reais/ano. Conforme veremos na análise das dimensões destes assentamentos, ao longo do texto de nossa dissertação, são inúmeras as dificuldades que as famílias assentadas encontram para produzir. Ainda assim a renda produzida a partir da exploração agrícola e pecuária destes assentamentos tem assumido importante papel na dinamização da economia regional. Essas informações denotam o enorme e pouco conhecido potencial que os assentamentos rurais assumem dentro do contexto do desenvolvimento rural da região.

Os impactos socioterritoriais causados pela implantação dos assentamentos têm melhorado a qualidade de vida das famílias assentadas, sobretudo se compararmos a condição anterior das famílias nos acampamentos com sua situação atual. Se devidamente assistidos por projetos de políticas públicas, podem se transformar numa das principais regiões produtoras de alimentos do país, melhorando a qualidade de vida da população não só do município de Teodoro Sampaio, mas de toda a região.

Existem atualmente na região cerca de 5 mil famílias assentadas. Estas famílias na sua quase que totalidade enfrenta problemas para produzir e comercializar sua produção dada à ausência de políticas públicas de produção e comercialização.

Da mesma maneira que os municípios de Sinop, Sorriso e Nova Mutum, no Estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, são consideradas capital do agronegócio brasileiro, havendo vontade política a região do Pontal do Paranapanema também pode ser transformada na capital brasileira da agricultura camponesa. O funcionamento da COCAMP tem papel decisivo na conquista desta condição. A renda produzida pelas famílias assentadas é um fortíssimo indicativo de que os assentamentos da região têm potencial para tal intento.

Observando os mapas da estrutura fundiária e do índice de gini, nota-se que tanto a desconcentração da estrutura fundiária como a implantação dos assentamentos, quanto o aumento da renda e da circulação de mercadorias e

serviços, alavancada pela produção dos assentamentos contribuíram com a evolução do índice de gini dos municípios do Pontal.

Comparando os dados de população total, nota-se um êxodo intenso da área rural dos municípios da região do Pontal do Paranapanema. Do conjunto dos 14 municípios da região onde ocorreram à implantação de projetos de assentamentos, apenas os municípios de Presidente Bernardes (17), Presidente Epitácio (18) e Ribeirão dos Índios (23) fazem parte da relação dos municípios com registro da evolução do índice de gini.

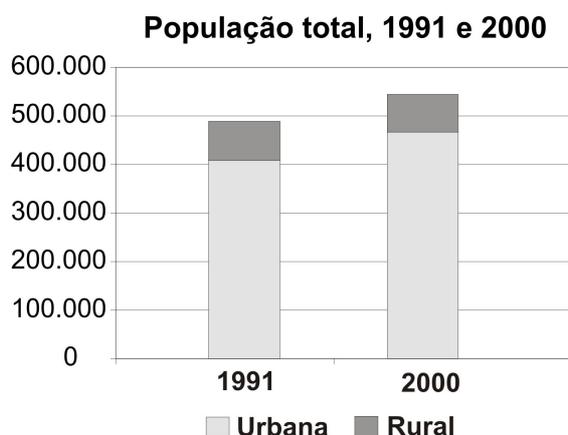
### População total

Na década de 1990 o percentual de decréscimo da população na região foi de apenas 2,2% negativos **ver tabela x**. De fato não foi a “modernização da agricultura” a responsável pela diminuição deste percentual. As ocupações de terras e a criação dos assentamentos possibilitou o retorno de milhares de famílias ao campo.

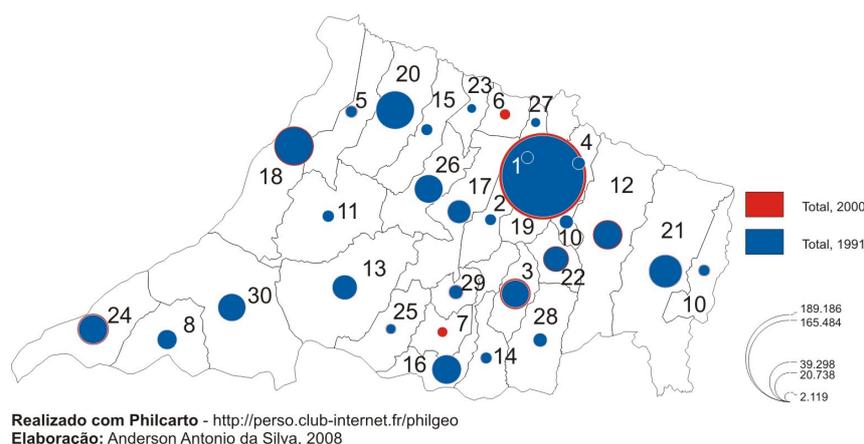
### População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000

	1991	2000
<b>Total</b>	489.040	544.215
Urbana	409.498	465.701
Rural	79.542	78.514

Fonte: IBGE, 1991, 2000



## População Total, 1991- 2000



Comparando a tabela (População por Situação de Domicílio, 1991 e 2000) com os **mapas 3, 4, 5 e 6** pode-se verificar quais foram os municípios que contribuíram para que a população do Pontal do Paranapanema tivesse uma taxa média de crescimento anual de 1,2%, passando de 489.040 em 1991 para 544.215 em 2000. Nota-se que os seis municípios com maior crescimento populacional no período 1991-2000 foram, Caiuá (5), João Ramalho (10), Sandovalina (25), Anhumas (3) e Rosana (24), Tarabai (29).

### Municípios com Maior Crescimento Populacional Total

Município	1991	2000
Caiuá (5)	3.341	4.192
João Ramalho (10)	3.053	3.842
Sandovalina (25)	2.403	3.089
Anhumas (3)	18.865	22.661
Rosana (24)	20.738	24.229
Tarabai (29)	4.714	24.229

Fonte: IBGE, 1991, 2000

Em 2000 a população da região representava 1,5% da população do Estado, e 0,2% da população do País. Utilizando a representação de círculos concêntricos, no **mapa 3**, representamos as informações contidas na **tabela e no gráfico**. Assim, com o objetivo de compreender alguns dos motivos que levaram estes seis municípios a apresentar maior crescimento de sua população total, a seguir analisaremos a situação da população rural e urbana.

### 3.7. População urbana e rural

De acordo com o **mapa 3** (população urbana, 1991- 2000) os seis municípios da região que apresentaram maior crescimento da população urbana foram João Ramalho (10), Álvares Machado (2), Anhumas (3), Caiabu (4), Taciba (28) e Tarabai (29).

#### Municípios com Maior Crescimento da Populacional Urbana

Município	1991	2000
João Ramalho (10)	1.989	3.075
Álvares Machado (2)	1.882	2.507
Anhumas (3)	15.387	20.096
Caiabu (4)	2.396	3.115
Taciba (28)	3.311	4.242
Tarabai (29)	3.931	5.227

Fonte: IBGE, 1991, 2000

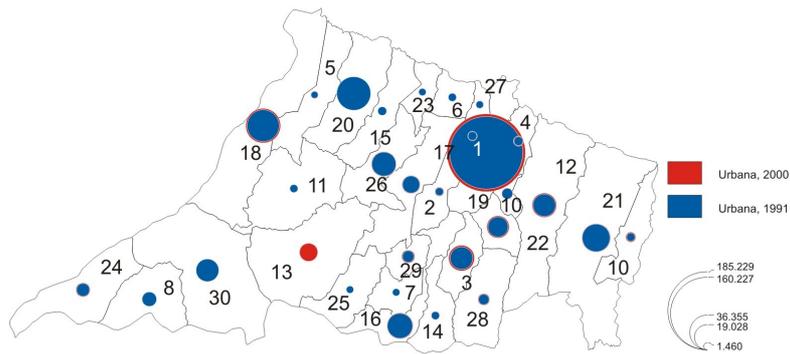
Mirante do Paranapanema foi o município com menor crescimento populacional urbano, seguida pelos municípios de Euclides da Cunha Paulista, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio. A estabilização do crescimento populacional urbano do município esta relacionado à implantação dos assentamentos rurais.

Em dezenove dos trinta municípios que compõem a região tivemos decréscimo da população rural. Este decréscimo foi mais acentuado nos municípios de Presidente Prudente (19) passando de 5.257 habitantes para 3.957, Presidente Epitácio (18) passando de 4.124 para 2.943 e, Regente Feijó (22) passando de 2.670 para 1.732. Como demonstraremos no item (item 4) o crescimento da população rural em 11 destes municípios está relacionada à implantação de projetos de assentamentos rurais na região.

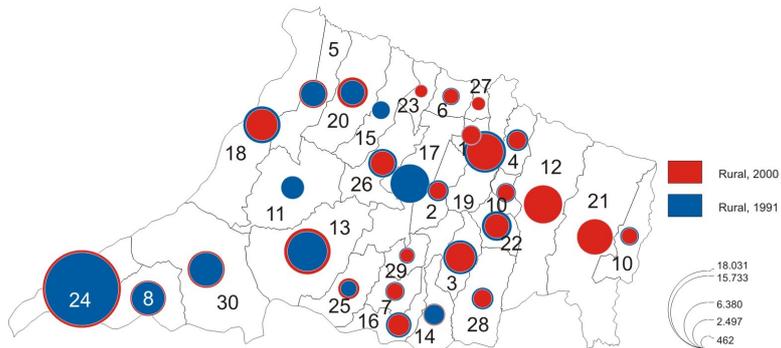
Comparando-se as informações dos mapas 5 e 6, nota-se que os municípios de Álvares Machado (2), Caiuá (5), Estrela do Norte (7), Marabá Paulista (11), Narandiba (14) e Sandovalina (25) são os que apresentam no período de 1991 – 2000 à menor diferença entre a população rural e urbana. Os municípios de Presidente Epitácio (18), Presidente Prudente (19),

Presidente Venceslau (20) e Rancharia (21) são os que apresentam maior diferença entre os valores da população rural e urbana.

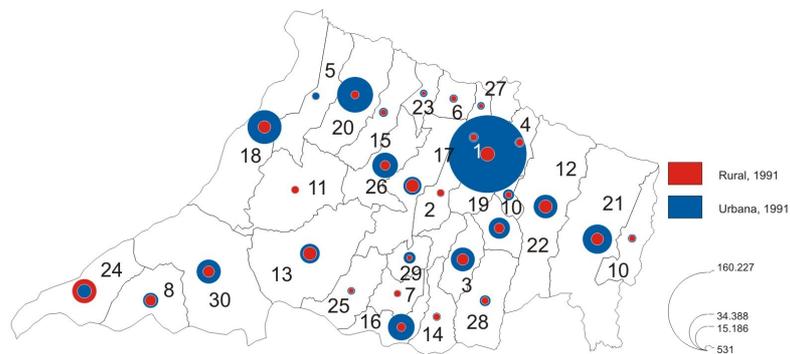
**Mapa 03 - População Urbana, 1991 - 2000**



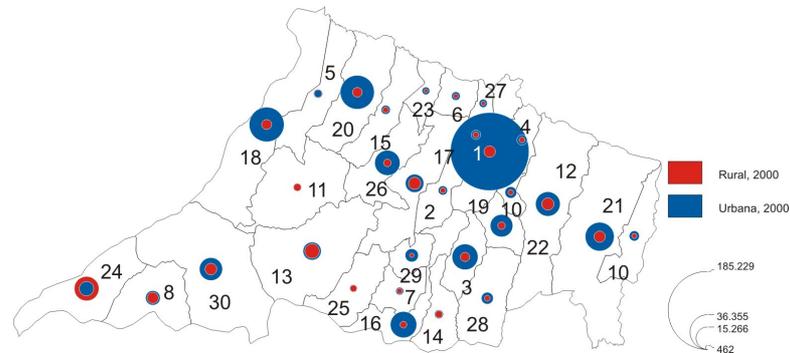
**Mapa 04 - População Rural, 1991 - 2000**



**Mapa 05 - População Rural e Urbana - 1991**



**Mapa 06 - População Rural e Urbana - 2000**



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>  
Elaboração: Anderson Antonio da Silva, 2008

### 3.8. Índice de Gini

De acordo com o mapa 10, dez dos trinta municípios da região entre o período de 1991 a 2000 apresentaram evolução no índice de gini. São eles: Alfredo Marcondes (1), Álvares Machado (2), Martinópolis (12), Presidente Bernardes (17), Presidente Epitácio (18), Presidente Venceslau (20), Ribeirão dos Índios (23), Santo Anastácio (26), Santo Expedito (27), Tarabai (29).

Os municípios com maior concentração fundiária são: Anhumas (3), Emilianópolis (6), Indiana (9), Mirante do Paranapanema (13), Narandiba (14), Pirapozinho (16), Presidente Prudente (19), Regente Feijó (22), Rosana (24), Taciba (28) e Teodoro Sampaio (30). O índice de gini destes municípios no período 1991-2000 regrediu. No mapa 10 e no quadro (Regressão Gini) é possível visualizar quais são os municípios que regrediram em relação ao índice de gini.

#### Evolução Gini

Município	1991	2000
Alfredo Marcondes (1)	0,54	0,53
Álvares Machado (2)	0,48	0,5
Martinópolis (12)	0,59	0,55
Presidente Bernardes (17)	0,58	0,54
Presidente Epitácio (18)	0,59	0,58
Presidente Venceslau (20)	0,55	0,6
Ribeirão dos Índios (23)	0,54	0,49
Santo Anastácio (26)	0,58	0,54
Santo Expedito (27)	0,55	0,53
Tarabai (29)	0,49	0,5

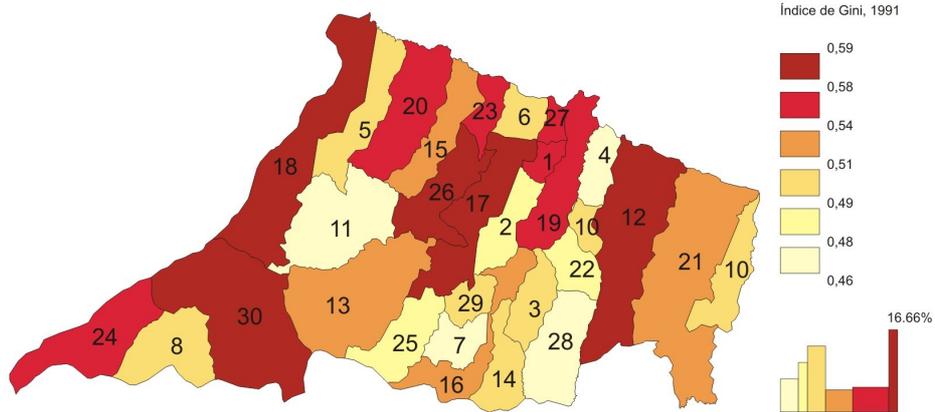
Fonte: IBGE, 1991, 2000

#### Regressão Gini

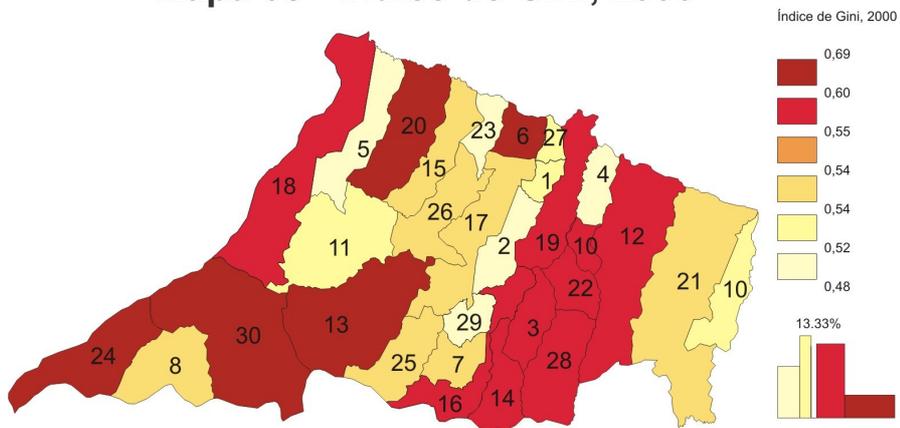
Município	1991	2000
Anhumas (3)	0,49	0,55
Emilianópolis (6)	0,5	0,67
Indiana (9)	0,49	0,55
Mirante do Paranap.	0,51	0,61
Narandiba (14)	0,49	0,55
Pirapozinho (16)	0,53	0,55
Presidente Prudente (19)	0,56	0,59
Regente Feijó (22)	0,48	0,55
Rosana (24)	0,55	0,61
Taciba (28)	0,47	0,55
Teodoro Sampaio (30)	0,59	0,69

Fonte: IBGE, 1991, 2000

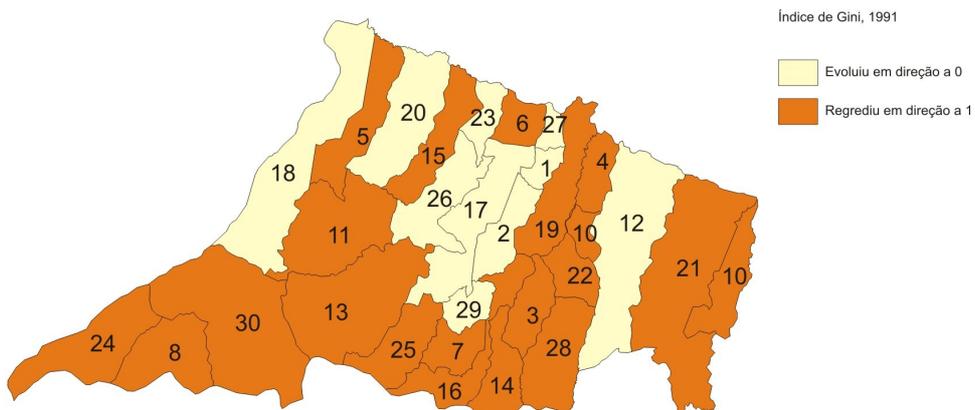
**Mapa 07 - Índice de Gini, 1991**



**Mapa 08 - Índice de Gini, 2000**



**Mapa 09 - Evolução e Regressão do Índice de Gini, 1991**



Realizado com Philcarto - <http://perso.club-internet.fr/philgeo>  
 Elaboração: Anderson Antonio da Silva, 2008

### 3.9. Estrutura fundiária regional

De acordo com os mapas 11, 12 e 13, comparando-se o nº. de imóveis, segundo área em (há) nota-se a concentração da estrutura fundiária nos municípios de Caiabu (4), Estrela do Norte (7), Euclides da Cunha Paulista, Indiana, Marabá Paulista (8), Presidente Epitácio (18) e Rosana (24). O município de Teodoro Sampaio (30) é o município de maior concentração.

Todos os demais municípios apresentaram ligeiros sinais de desconcentração. O município de Narandiba (14), juntamente dos municípios de Mirante do Paranapanema (13), Regente Feijó (22) e Taciba (28) são os que apresentam maior participação relativa entre o número de imóveis, segundo área em hectares do ponto de vista da desconcentração.

**TABELA X - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA**

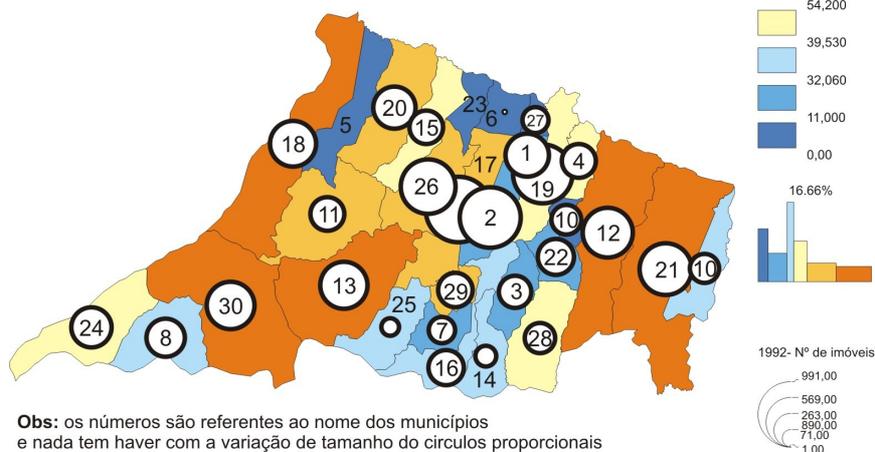
Nome dos municípios	Aumento em (%)	
	Nº. Imóveis	Área
Alfredo Marcondes	14	12
Álvares Machado	14	12
Anhumas	15	11
Caiabu	8	11
Caiuá	-	-
Emilianópolis	1290	93
Estrela do Norte	13	13
Euclides da C. Pta	7	12
Indiana	13	13
João Ramalho	13	12
Marabá Paulista	11	12
Martinópolis	15	13
Mirante do Paranap.	16	12
Narandiba	25	7
Piquerobi	13	12
Pirapozinho	14	11
Pres. Bernardes	13	11
Pres. Epitácio	8	11
Pres. Prudente	17	13
Pres. Venceslau	13	11
Rancharia	13	12
Regente Feijó	17	13
Ribeirão dos Índios	-	-
Rosana	6	15
Sandovalina	16	13

Santo Anastácio	13	12
Santo Expedito	13	11
Taciba	16	11
Tarabai	7	4
Teodoro Sampaio	11	21

**Fonte:** DATALUTA, 2008

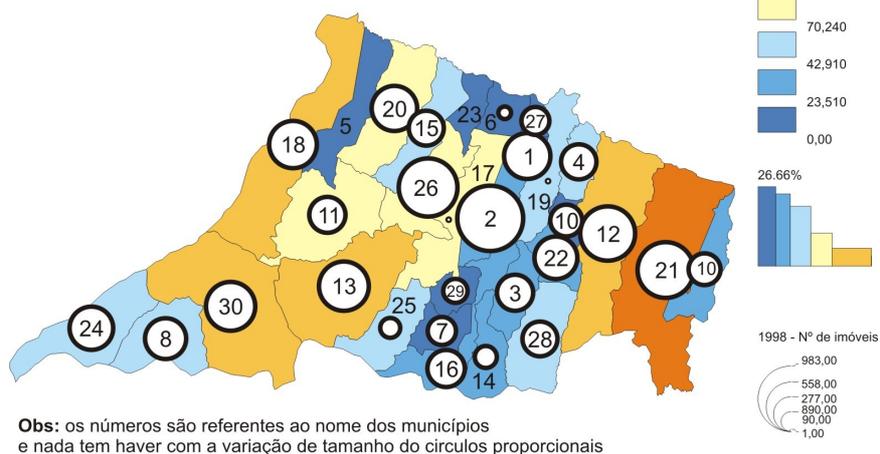
### Mapa 10 - Estrutura Fundiária, 1992

nº de imóveis, segundo área em (ha)



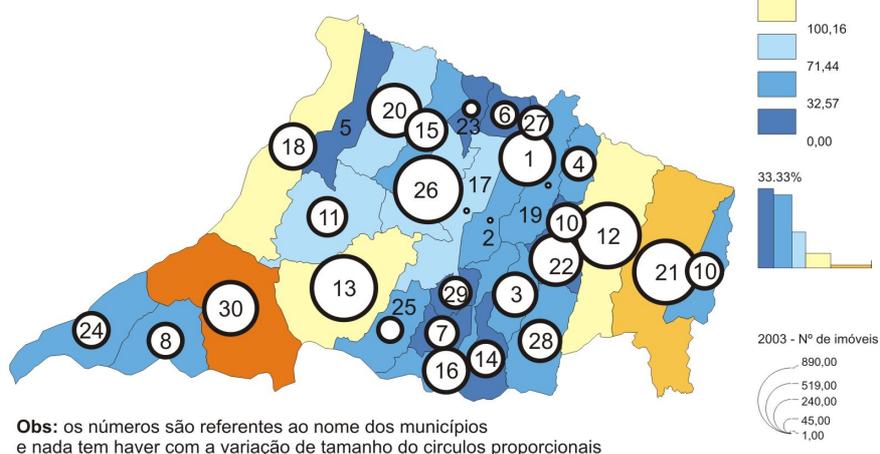
### Mapa 11 - Estrutura Fundiária, 1998

nº de imóveis, segundo área em (ha)



### Mapa 12 - Estrutura Fundiária, 2003

nº de imóveis, segundo área em (ha)



### 3.10. Estrutura fundiária do município de Teodoro Sampaio

Embora os assentamentos tenham conseguido diversificar a pauta produtiva local, a quantidade de famílias assentadas no município não foi em número suficiente para realizar a desconcentração da estrutura fundiária de Teodoro Sampaio, como demonstrado nas **tabelas 1, 2 e 3**. A seguir criamos quatro classes de área a partir das quais realizamos o agrupamento dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio. Foi nossa intenção a partir destas classes verificar sobre quais delas as desapropriações que resultaram em projetos de assentamentos incidiram. Na **tabela 6**, é possível visualizar a área real de cada projeto de assentamento, bem como a área média dos lotes.

**TABELA 1 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO – 1980**

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA HECTARES	%
MENOS DE 20	760	72	4.837	2
20 a 50	117	11	3.861	1
50 a 100	40	4	2.921	1
100 a 1000	71	7	26.453	10
MAIS DE 1000	66	6	230.406	86
<b>TOTAL</b>	<b>1.054</b>	<b>100</b>	<b>268.478</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1980

**TABELA 2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO – 1985**

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA HECTARES	%
MENOS DE 20	1137	77	9.194	4
<b>20 a 50</b>	<b>145</b>	<b>10</b>	<b>4.801</b>	<b>2</b>
50 a 100	44	3	3.280	1
<b>100 a 1000</b>	<b>88</b>	<b>6</b>	<b>34.372</b>	<b>14</b>
MAIS DE 1000	59	4	201.168	80
<b>TOTAL</b>	<b>1.473</b>	<b>100</b>	<b>252.815</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1985

**TABELA 3 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO – 1996**

GRUPOS DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS	%	ÁREA HECTARES	%
MENOS DE 20	359	53	2.147	2
<b>20 a 50</b>	<b>186</b>	<b>27</b>	<b>3.874</b>	<b>4</b>
50 a 100	29	4	1.942	2
<b>100 a 1000</b>	<b>73</b>	<b>11</b>	<b>28.413</b>	<b>26</b>
MAIS DE 1000	34	5	71.904	66
<b>TOTAL</b>	<b>681</b>	<b>100</b>	<b>108.280</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE, 1996

**QUADRO 1 – ÁREA DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO - AGRUPADO POR CLASSE DE ÁREA**

<p>✓ <b>Classe nº. 1</b> = Menos de 500: PA Córrego Azul, PE Alcídia da Gata e PE Santo Antônio dos Coqueiros.</p> <p align="center"><b>Soma da área desapropriada = 1.174 ha</b></p>
<p>✓ <b>Classe nº. 2</b> = De 500 a 900 hectares: PE Água Branca I, PE Vô Tônico, PE Haidéia, PE Cachoeira do Estreito, PE Santa Rita da Serra, PA Santa Cruz da Alcídia; PE Santa Vitória; PE Santa Edwirges.</p> <p align="center"><b>Soma da área desapropriada = 5.666 ha</b></p>
<p>✓ <b>Classe nº. 3</b> = De 1000 a 1600 hectares: PA Laudenor de Souza, PA Santa Terezinha da Alcídia, Pa Santa Terezinha da Água Sumida, PE Vale Verde; PE Fusquinha/Porto X.</p> <p align="center"><b>Soma da área desapropriada = 6.328 ha</b></p>
<p>✓ <b>Classe nº. 4</b> = De 2000 a 4300 hectares: PA Água Sumida, PE Santa Zélia e o PA São Pedro da Alcídia/Padre Josimo.</p> <p align="center"><b>Soma da área desapropriada = 9.158 ha</b></p>

Fonte: Livro do RIST, 2006

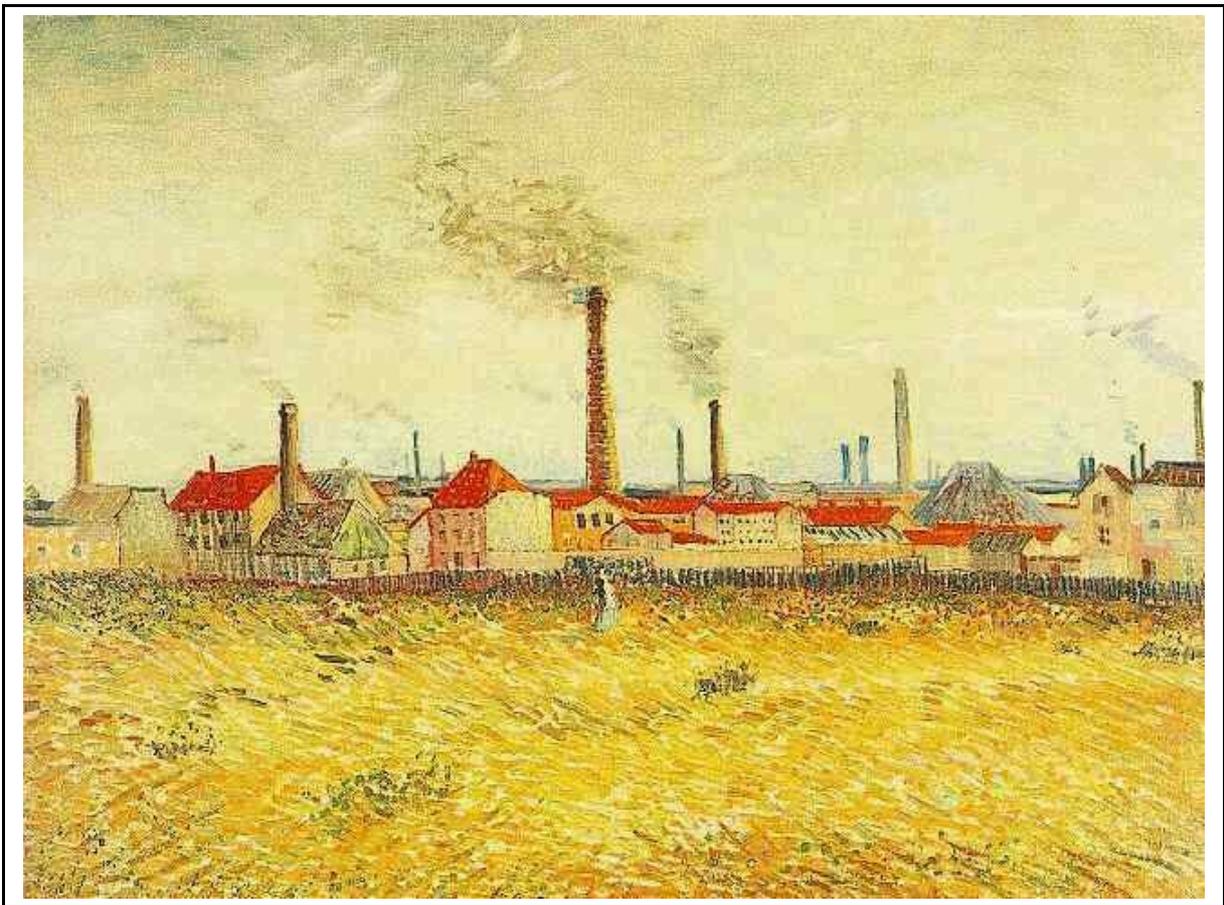
Com relação ao agrupamento é possível inferir que a grande maioria dos assentamentos implantados no município de Teodoro Sampaio, encontra-se na classe nº. 2, **quadro 1**. Como seria de se esperar os assentamentos maiores absorvem uma maior quantidade de famílias, ou seja, a classe de área nº 4 da qual fazem parte apenas três assentamentos absorvem sozinhos em uma área de 42%, (39% das famílias) de todos os assentamentos, conforme demonstramos no **quadro 2**.

Retomando a análise das **tabelas 1, 2 e 3** nota-se um aumento de 2% nos grupos de área de 20 a 50 hectares e de 12% nos grupos de área de 100 a 1000 hectares entre os anos de 1985 a 1996. Observando-se os **quadros 1 e 2** é possível inferir que o aumento do valor do grupo de área de 20 a 50 hectares pode ter tido como contribuição a implantação dos projetos de assentamentos. Entretanto, se compararmos o aumento de 2% das áreas dos estabelecimentos de 20 a 50 hectares com o aumento dos 12% dos estabelecimentos de 100 a 1000, tem-se uma diferença de 10%, fato que passa a idéia de que o movimento de concentração foi maior do que o de desconcentração.



# 4

## QUESTÕES TEÓRICO METODOLÓGICAS DA PESQUISA GEOGRÁFICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS



*Factories at Asnières Seen from the Quai de Clichy, 1887*

## **4. QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA GEOGRÁFICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

### **4.1. Metodologias e teorias**

Desde a década de 1990, as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado. Todavia ainda que toda pesquisa represente de alguma forma um avanço no estudo do tema, seja ela, de iniciação científica, trabalho monográfico, dissertação de mestrado ou doutorado, pode-se dizer que em termos de metodologia, muito pouco se avançou com relação aos procedimentos adotados para o estudo desta realidade.

Ainda notamos nos trabalhos uma dificuldade enorme referente à construção de procedimentos metodológicos importantes para o estudo de processos constituídos por diferentes etapas. Estamos nos referindo ao tripé ocupações de terras, assentamentos rurais e dinamização econômica. Na literatura o que encontramos até o momento são trabalhos que verificaram cerca de dinamização econômica em áreas com implantação de projetos de assentamentos. Todavia não se sabe ainda ao certo o que essa dinamização trás de fato em termos de melhoria de vida e distribuição de renda para as áreas do entorno dos projetos de assentamentos.

Embora a opção pelo procedimento utilizado seja uma escolha particular de cada pesquisador, partimos do princípio que a construção da multidimensionalidade começa no processo de planejamento do trabalho de campo. Acreditamos que só é possível realizar uma análise multidimensional da realidade se durante o processo de codificação da realidade adotarmos procedimentos metodológicos multidimensionais. Não há como pensarmos a realidade de maneira multidimensional se não dispomos de informações multidimensionais para realização deste tipo de análise.

De acordo com Silva e Fernandes (2006), as principais diferenças das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, em que a maioria é de estudos de caso e poucos em escala regional ou nacional.

Estudos de caso raramente têm como objetivo trabalhar com a totalidade da realidade e por isso elegem apenas uma dimensão da realidade. Mesmo que a dimensão eleita não seja a econômica o que também é comum, a partir de uma única dimensão eu não consigo explicar a realidade na sua plenitude, na sua totalidade.

Embora o alcance da totalidade na pesquisa seja uma abstração, pois a totalidade plena não é possível de ser alcançada. Ao correlacionarmos dimensões como: a social, política, econômica, cultural e ambiental nos aproximamos mais de uma leitura mais próxima da realidade e que, portanto consiga explicar melhor os processos analisados.

Neste sentido, a criação de procedimentos metodológicos que tenham como preocupação o estudo do espaço e do território como totalidade, talvez tenha sido uma das principais dificuldades metodológicas que a Geografia Agrária tem encontrando nos trabalhos dedicados ao estudo do tema: assentamentos rurais.

Ao trabalharmos com a idéia de socioterritorial, estamos tentando dar nossa contribuição na lapidação de um conceito capaz de correlacionar partes distintas de um mesmo processo, como por exemplo, o conflito e o desenvolvimento, o econômico e o social, o político e o ambiental e assim por diante.

O conceito de socioterritorial busca abranger o conjunto das transformações dos latifúndios em assentamentos, envolvendo desde a luta política (conflito pela terra desenvolvida pelos movimentos socioterritoriais) até o momento em que conquistam a terra, nela plantam e começam a produzir (provocando alterações socioeconômicas) tanto de suas próprias realidades, a medida que passam gerar renda de auto-consumo, quanto na dinâmica dos municípios onde se encontram inseridos pela geração de renda monetária.

Segundo Fernandes (2005), comumente a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade, ou seja, são os interesses econômicos e políticos que vão determinar todo corpo metodológico da pesquisa, pois os resultados obtidos em campo precisam corroborar as intencionalidades dos grupos de interesse representados pelo segmento político e econômico.

Estudos pautados por este tipo de interesse não tem o compromisso com a criação de procedimentos que se aproximem dos fatos, pois na maioria das vezes a sua intenção é ocultar alguma problemática que esta contida na realidade.

Uma forma muito auspiciosa de camuflar o resultado de estudos desta natureza esta na troca do significado entre o todo e a parte. Na tentativa de minimizar conflitos ao invés de entendê-los em muitas pesquisas a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte.

Em outras palavras isso significa dizer de acordo com Fernandes (2005) que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Neste texto estamos tentando chamar a atenção para a criação de procedimentos metodológicos sobre o estudo dos assentamentos rurais, capazes de produzir informações que possam ser relacionadas com o restante da realidade na qual ele encontra-se inserido. Estamos investindo na criação de totalidades abertas e não de totalidades fechadas.

#### **4.2. Considerações sobre a pesquisa em assentamentos no Brasil**

Desde a década de 1990, as pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária têm se multiplicado, contribuindo com melhores compreensões dessa nova realidade de criação e recriação do campesinato e, ao mesmo tempo, de reflexão sobre teorias, métodos, metodologias e técnicas de pesquisa. Em duas décadas, diversas teses, dissertações, monografias, relatórios, livros e artigos foram elaborados e publicados possibilitando diferentes e amplas visões das distintas realidades dos assentamentos de reforma agrária. Estas obras abriram novos espaços para debates e construção de perspectivas de novos procedimentos para maior aprofundamento nas pesquisa e nos estudos de assentamentos.

Conforme já fora dito anteriormente com base em Silva e Fernandes (2006) a principal diferença das metodologias de pesquisa em assentamentos de reforma agrária estão nas escalas geográficas, em que a maioria é de estudos de caso e poucos em escalas regionais ou nacionais. Em escala nacional, os estudos ou são por conjuntos de amostragens de algumas regionais ou são por amostragens distribuídas em todos os estados. Outra diferença refere-se às opções pelos estudos das dimensões das realidades dos assentamentos: há prioridades para a pesquisa econômica, sociopolítica, ambiental, cultural, socioespacial entre outras ou a reunião parcial destas. Outra diferença teórica e ideológica refere-se às escolhas dos paradigmas a serem utilizados na interpretação das realidades das famílias assentadas. Alguns estudiosos partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os assentamentos sejam inviáveis. Outros pesquisadores partem de paradigmas cujos pensamentos determinam que os assentamentos sejam viáveis.

Esses estudiosos encontram realidades diversas com problemas e perspectivas. Os primeiros exploram os problemas e anulam as perspectivas; os segundos analisam os problemas para construir perspectivas. Tem muita gente e instituições que distintamente desenvolvem atividades para justificar permanentemente o fracasso ou o sucesso dos assentamentos. Todos acreditam que suas metodologias e técnicas são as melhores e que chegaram a uma verdade. A partir de diferentes matizes, os grupos de pesquisas, os pesquisadores, as instituições apresentam suas colorações, enquanto algumas para não revelarem suas cores, camuflam-se. Não tão distante destes debates estão às famílias assentadas que a cada ano aumentam em número, conquistando novos assentamentos e seguem seus destinos com cidadania, dignidade, como produtores de alimentos, contribuindo com o desenvolvimento do país e construtores de suas existências, desafiando teorias e metodologias.

A idéia de impacto foi usada pela primeira vez pelos pesquisadores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade -CPDA no Rio de Janeiro. A publicação do livro pelos pesquisadores do CPDA - Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro pode ser considerado na atualidade como um dos principais tentativas de estudo dos assentamentos como totalidade. Seja na sua relação com o momento anterior

a conquista da terra, seja no momento posterior quando passam a produzir e a surtir efeitos nas economias locais e regionais.

Quando usamos a idéia de socioterritorial estamos tentando contribuir com a construção de um conceito capaz de explicar partes distintas que compõem um mesmo processo e com isso dar nossa parcela de contribuição com as leituras geográficas do processo de mudanças territoriais causadas no desenvolvimento da luta pela terra e da reforma agrária.

#### **4.4. Breve histórico sobre as principais pesquisas em assentamentos**

A desconcentração da estrutura fundiária constitui-se numa das questões mais importantes que diferenciam os países considerados desenvolvidos daqueles que não alcançaram índices de desenvolvimento compatíveis com as suas potencialidades. O Professor Manuel Correia de Andrade nos lembra que “o problema agrário sempre foi um dos mais discutidos nos países subdesenvolvidos” Andrade (1979 p. 31).

Os Censos Agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e dos cadastros de Imóveis Rurais de 1966, 1972, 1978, 1992, 1998 e 2003 publicados pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos dão uma visão dos rumos que a propriedade fundiária tomou no Brasil nos últimos oitenta anos.

Até a década de 80 os censos agropecuários eram os principais instrumentos para avaliar as transformações territoriais evolutivas da estrutura fundiária brasileira. Com a territorialização da luta pela terra e o crescimento do número de projetos de assentamentos implantados, surgiram diversos estudos a respeito dos resultados das políticas de assentamentos rurais.

Ainda na década de 1980 o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social fez uma amostragem nas regiões brasileiras com assentamentos, sobre a situação socioeconômica dos beneficiários do processo de reforma agrária, com vistas a analisar qual seria a viabilidade da realização da reforma agrária brasileira. A Professora Sônia Bergamasco da Universidade de Campinas – UNICAMP, em seu livro *Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda*

fazem a seguinte consideração sobre os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa do BNDES:

*As principais críticas aos procedimentos metodológicos das pesquisas do BNDES, dizem respeito à impropriedade da utilização generalizada dos parâmetros contábeis de grandes empresas rurais capitalistas para uma realidade distinta, onde os trabalhadores rurais em situação de enorme precariedade social, econômica e educacional passam a trabalhar e obter rendimentos a partir de atividades agropecuárias, tendo com objetivo imediato o atendimento de necessidades básicas de consumo familiar (BERGAMASCO, 2003, p. 162).*

Para a autora a pesquisa do BNDES só levou em consideração em sua análise à renda monetária produzida nos assentamentos, ou seja, deixou de considerar a renda de autoconsumo. Para Chayanov (1974) a renda de autoconsumo gerada pelo núcleo familiar, no contexto do (balanço-trabalho-consumo) é uma importante referência para entender os camponeses. O autor considera o consumo da família para compreender o volume do trabalho dos camponeses. A circulação da produção camponesa, onde reside sua subordinação ao capital e a conseqüente expropriação do camponês é considerada “marginal” na compreensão do autor.

Os trabalhos de Ramalho e Leal (2003) também contrariam os resultados obtidos pela pesquisa do BNDES. Os estudos destes pesquisadores sobre os impactos socioterritoriais, locais gerados pela implantação de projetos de assentamentos nos municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio respectivamente, concluíram que nenhum outro setor da economia se mostrou tão dinâmico em termos de geração de renda e emprego. Neste sentido, os resultados das pesquisas destinadas ao estudo de assentamentos rurais vão depender dos elementos que são priorizados na elaboração dos procedimentos metodológicos e do método de análise de pesquisas destinados à compreensão desta realidade.

No ano de 1994 a FAO - Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, em convênio celebrado com o INCRA e o IICA – Instituto Latino Americano de Cooperação Agrícola, realizaram pesquisa em escala nacional

sobre os projetos de assentamentos rurais implantado no Brasil entre os anos de 1985 a 1990. A interpretação que norteou este estudo fundamentou-se sobre a idéia de que a continuidade dos assentamentos e das políticas que os assistia, dependia de um conhecimento mais acentuado e profundo da evolução do processo de implantação dos projetos de assentamentos rurais ocorridos entre 1985 e 1990.

Contraditoriamente os estudos desenvolvidos pela FAO quando comparados aos do BNDES chegaram a conclusões bastante diferenciadas. Ao contrário do BNDES, a metodologia da FAO faz uma avaliação da renda que não ficou limitada simplesmente ao retorno monetário oriundo da comercialização dos produtos agropecuários dos assentamentos.

*Junto com essa fonte monetária foram agregadas outras atividades: a renda proveniente do autoconsumo, o assalariamento fora do lote e a valorização patrimonial da área através do trabalho e dos investimentos em diversos meios de produção. Partindo desta metodologia, chegou-se aos seguintes resultados, entre outros: a renda média gerada por uma família de beneficiários a nível nacional era de 3,7 salários mínimos, valor este que ficava bastante próximo da renda mensal média de uma família brasileira e maior que o salário mensal médio dos trabalhadores assalariados rurais (BERGAMASCO, 2003, p. 162).*

Em 1996, como parte integrante do projeto “Análise dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos do Estado de São Paulo”, foi elaborado o Censo de Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema por Silveria (et al 1996). Neste trabalho foram estudados seis assentamentos<sup>1</sup>, e entrevistadas um total de 1048 famílias.

A obra, Retrato de Assentamentos de Ferrante (1996) também teve como objetivo realizar uma análise dos assentamentos do Estado de São Paulo. Este estudo é composto por uma coletânea de textos que abordam diversas questões relativas à criação de projetos de assentamentos paulistas. No livro assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional organizada

---

<sup>1</sup> Quanto aos 1048 formulários eles foram aplicados nos seguintes assentamentos, Areia Branca, Água Sumida, Fazenda Rebojo, Gleba XV de Novembro, projetos de reassentamentos populacionais Rosana e Lagoa São Paulo.

por Medeiros e Leite (2004) são estudados os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Sergipe e Acre.

Na atualidade a obra de Sparovek (2003) A Qualidade dos Assentamentos Rurais Brasileiros e o livro, Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro de Heredia (et al, 2004), ambas realizadas em escala nacional, são consideradas as duas principais referências sobre o estudo do tema assentamentos. A primeira é realizada na perspectiva de compreender os impactos regionais causados pela implantação dos assentamentos, conceituação adotada pelos autores, e a segunda com objetivo de realizar um estudo sobre a qualidade dos projetos de assentamentos.

Recentemente, também foram publicados os livros de Sparovek (2005). A Produção Territorial dos Assentamentos e a coletânea coordenada por França e Sparovek (2005) com o nome Assentamentos em Debate. No primeiro caso o autor trabalha com os dados de produção em escala nacional dos assentamentos de sua pesquisa publicada em 2003. Sua ênfase recai sobre a importância da produção na perspectiva do desenvolvimento rural e da importância da agricultura familiar. No segundo livro são debatidos o conjunto da obra de Sparovek (2003). Esse debate foi realizado no sentido de produzir uma leitura crítica sobre esta pesquisa, considerada a avaliação mais abrangente já produzida sobre a situação em que se encontram os beneficiários da reforma agrária no Brasil.

Tomando como referencia a abrangência da escala geográfica de análise ou o desenvolvimento da pesquisa em regiões com alta concentração de projetos de assentamentos, estas são algumas das principais pesquisas sobre assentamentos realizadas no Brasil até a atualidade.

Todavia, mesmo com esse conjunto de pesquisas, embora se tenha uma riqueza enorme de leituras sobre os assentamentos realizada a partir de diferentes enfoques, e com consideráveis avanços metodológicos no estudo do tema, ainda não dispomos ainda de uma metodologia de estudos dos impactos socioterritoriais a partir de uma perspectiva Geográfica, sobretudo, que tenha o espaço e o território como categoriais fundamentais de análise.

Neste sentido, desde 2001 temos desenvolvido no NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Reforma Agrária o RIST. Até o momento já aplicamos os

procedimentos metodológicos do RIST na elaboração de 21 Relatórios de Impactos Socioterritoriais em assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema.

Este texto pode ser entendido como um ensaio, como uma tentativa de espacialização do RIST para além do debate metodológico, entrando no debate teórico e ideológico. Assim, apresentamos a seguir a importância dos governos na pesquisa sobre assentamentos.

#### **4.5. A Importância dos Governos na pesquisa sobre assentamentos**

As principais pesquisas realizadas em escala nacional sobre a qualidade dos assentamentos rurais no Brasil foram financiadas pelo governo federal em parcerias com entidades como a FAO – Organização para Agricultura e Alimentação e como o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola. A FAO<sup>9</sup> encontra-se vinculada à estrutura da ONU – Organização das Nações Unidas, órgão mantido com recursos do Banco Mundial e que financia projetos ligados à agricultura em todo o mundo. O IICA<sup>10</sup> a exemplo da FAO também é financiado pelo Banco Mundial. O Banco Mundial é mantido com o capital de grandes corporações dos seus países membros.

Sobre a propaganda de construir um mundo sem fome, a partir do assessoramento a governos sobre temas como: política e planejamento agrícola, assistência técnica e difusão de informação, estas entidades de fomento acabam ditando seus próprios procedimentos metodológicos aos governos e com isso definem o tipo de resultado que buscam obter a partir das pesquisas que financiam.

Com isso, conseguem influenciar políticas públicas destinadas ao setor agrícola, sobretudo, no sentido de organizar a produção de alimentos destes países. Essa organização da produção não é feita no sentido de garantir a soberania alimentar dos Estados Nacionais, mas sim para atender a demanda por alimentos dos países considerados desenvolvidos.

Ao financiar estas pesquisas os governos brasileiros em parcerias com estes órgãos multilaterais de financiamento criam condições para manter o controle político sobre o debate do tema assentamentos rurais e de todo o

<sup>9</sup> <https://www.fao.org.br/default.asp>

<sup>10</sup> [http://www.iica.org.br/index\\_InfolInstitucional\\_Apresentacao.htm](http://www.iica.org.br/index_InfolInstitucional_Apresentacao.htm)

universo que o envolve, como: políticas de crédito, de produção de comercialização, investimento em saúde, em educação e saneamento básico.

Estas pesquisas surtem forte influência sobre a maneira de pensar da academia, o que pode ser notado, via de regra a partir dos temas dos trabalhos apresentados nos principais eventos da Geografia Brasileira. Nota-se nestes trabalhos certo modismo, marcado pelo caráter efêmero dos temas pesquisados. A utilização de conceitos ou mesmo de palavras que ganham status de conceito do dia para a noite são exemplos emblemáticos da problemática em questão e que só vem a confirmar a influência destas pesquisas sobre o meio acadêmico. É com relação a este conjunto de influências que neste texto que fazemos referência ao conceito de território imaterial.

A utilização do uso do conceito de território no Governo Lula, por exemplo, tem gerado uma grande confusão semântica. Fala-se nas publicações oficiais em uma dimensão territorial do desenvolvimento, ou seja, o território de totalidade passa a dimensão. Assim, ao mesmo tempo em que se discute a importância do desenvolvimento territorial, principalmente em áreas com elevada concentração de assentamentos, desconsidera-se o caráter multidimensional do território.

O estudo do território como dimensão tem comparecido com frequência nos estudos de diversas áreas do conhecimento e mesmo de Geógrafos. Pesquisas sobre assentamentos desenvolvidas na preceptiva do território dimensão, como já comentamos anteriormente, trabalham apenas com um único setor da realidade.

Nestas pesquisas, não há uma preocupação com uma leitura multidimensional do assentamento a partir do estudo de dimensões como: dados da família, situação educacional, trabalho, produção e produtividade, mercado, comercialização e cooperativismo, serviços, técnica e tecnologia, questão do conhecimento, infra-estrutura, participação social e política das famílias assentadas.

Para um governo a elaboração de políticas públicas de caráter setorial torna-se menos dispendioso que a elaboração de políticas macroestruturais. É neste sentido que são feitos investimentos com objetivo de transformar

conceitualmente a partir das publicações oficiais do governo alguns setores da realidade em totalidade.

Este investimento cria para o governo facilidades na elaboração de políticas públicas. Um exemplo do que falamos pode ser encontrada no site da SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial<sup>11</sup> na criação dos territórios rurais e na implantação das CIAT'S – Comissões de Instalação de Ações Territoriais.

A partir da divulgação feita pela SDT e pelo discurso desenvolvido pelos consultores territoriais tenta-se - digamos até com certo sucesso - atribuir à dimensão territorial do desenvolvimento a leitura de totalidade.

Todavia, do ponto de vista das políticas implementadas, as ações da CIAT do Pontal nos seus 30 meses de existência tem sido extremamente setorizada. Seu único e principal foco até então tem sido a implantação de resfriadores de leite nos assentamentos. Instalar resfriadores de leite nos assentamentos é uma política de desenvolvimento setorial e não territorial. Nesta política não são levados em consideração outras dimensões relacionadas à bovinocultura de leite como produção e comercialização, ou seja, a política não é concebida na sua totalidade.

Romper com leituras fragmentadas da realidade é fundamental para o fortalecimento dos assentamentos rurais. É neste contexto que colocamos a necessidade de se criar uma metodologia Geográfica de estudo de impactos socioterritoriais capaz de compreender realidades distintas que compõem ou fazem parte de um mesmo processo.

Ter essa compreensão na construção de procedimentos metodológicos de métodos de análise e, sobretudo, na influência de pesquisas que não se preocupam com estas questões é um passo importante, pois quanto mais demonstrarmos para a sociedade o efeito dinamizador contido nos assentamentos rurais, mais nos aproximamos de uma luta pela reforma agrária com apoio de todos.

---

<sup>11</sup> <http://www.mda.gov.br/sdt/> (ver link territórios rurais).

6

DA TEORIA



*Van Gogh - Mature walking, 1888*

## DA TEORIA

### 6.1. O espaço

Com base nas conceituações sobre espaço contido nas obras de Santos (1978; 1991; 1992; 1996), Lefebvre (1991) e Harvey (2001), podemos dizer que o espaço geográfico corresponde ao espaço construído e alterado pelo homem, pode ser definido com sendo o palco das realizações humanas nas quais estão às relações entre os homens e desses com a natureza. O espaço geográfico abriga o homem e todos os elementos naturais, tais como relevo, clima, vegetação e tudo que nela está inserido.

O espaço geográfico em sua etapa inicial apresentava somente os aspectos físicos ou naturais presentes, como rios, mares, lagos, montanhas, animais, plantas e toda interação e interdependência entre eles. O surgimento do homem, desde o mais primitivo, que começou a interferir no meio a partir do corte de uma árvore para construção de um abrigo e para caça, impactou e transformou o espaço geográfico. Ainda que numa escala sem precedente, comparado aos dias de hoje, a construção destes abrigos podem ser considerados a gênese da noção de impacto a partir da ação humana. Para Silva, Fernandes e Valenciano o espaço social:

*É a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre, (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.*

Nos primórdios da relação espaço-homem-natureza, as transformações eram quase que insignificantes, uma vez que tudo que se retirava da natureza servia somente para sanar as necessidades básicas de sobrevivência, processo denominado de “meios de existência”.

A única coisa que deste então permaneceu inalterado desde o impacto gerado pela construção do primeiro abrigo até a atualidade, é que toda modificação executada na natureza é proveniente do [trabalho](#) humano. É através do trabalho que o homem é capaz de construir e desenvolver tudo aquilo que é indispensável à sua sobrevivência.

O conjunto de atividades desempenhadas pelas [sociedades](#) continuamente promovem a modificação do espaço geográfico. As ocupações de terras realizadas pelos trabalhadores sem terra têm modificado o espaço geográfico a partir da criação dos assentamentos rurais.

Com o avanço tecnológico, o homem criou uma série de mecanismos para facilitar a manipulação dos elementos da natureza, máquinas e equipamentos facilitaram a vida do homem e dinamizaram o processo de exploração de recursos, como os minerais, além do desenvolvimento de toda produção agropecuária com a inserção de tecnologias, como tratores, plantadeiras, colheitadeiras e muitos outros.

Na produção agropecuária se faz necessário transformar o meio, pois retira toda cobertura vegetal original que é substituída por pastagens e lavouras, essas derivam outros impactos como erosão, poluição e contaminação do solo e dos mananciais. Na extração mineral o espaço geográfico é bastante atingido, sofrendo profundos impactos mudando de forma drástica todo arranjo espacial do lugar que está sendo explorado. As formas de impactos são diversas, mas na sua plenitude tem a ação do homem como foco central.

No campo estas transformações podem ser percebidas mais facilmente a partir da análise de imagens de satélite ou fotos aéreas, por exemplo. À medida que a luta política dos movimentos socioterritoriais modificam a paisagem fica perceptível a mudança no espaço, visto que um novo tipo de território é construído a partir no novo tipo de uso que é feito deste espaço.

Diante dessas considerações constata-se que o espaço geográfico não é estático, pois a ação política dos trabalhadores rurais sem terra consegue realizar a alteração do espaço e da paisagem. Uma vez conquistada a terra as mudanças e os impactos produzidos por estas mudanças são contínuos e dinâmicos. O espaço geográfico do assentamento passa a ser produto do trabalho humano sobre a natureza, envolvendo todas as relações sociais

produzidas pelas famílias assentadas. As constantes intervenções humanas no espaço causam uma infinidade de impactos. Alguns destes impactos, como no caso dos assentamentos são positivos, ao passo que outros não são.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaço.

O espaço é uma completude. Como parte da realidade é uma totalidade. É, portanto, multidimensional. Segundo Santos ( 2001, p. 72) a questão da totalidade tem sido enfrentada pela Geografia de maneira tímida. Para o autor não se pode dizer que a disciplina haja completamente abandonado esse tema. Mas, também, não se pode dizer que o tenha abordado de modo sistemático. Por essa razão e para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como **composicionalidade**, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma **completitude**, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte.

Desse modo, o social e o espacial são indissociáveis. Socioespacial ou espaço, socioterritorial ou território são modos de referências e não são diferenças. O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade,

principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da **completividade**. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da **composicionalidade**, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação. As relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço e que não restrinjam as qualidades composicionais e completivas dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos, 1996, p. 50 na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflituativos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de intencionalidades das relações sociais, que determinam as leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma ação propositiva que interage com uma ação receptiva e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza.

Assim, a intencionalidade determina a representação do espaço. Constitui-se, portanto, numa forma de poder, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma intencionalidade, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A intencionalidade é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A intencionalidade é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

## **6.2. O território**

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades

composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (geográfico, social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004), denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira, 1991, nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin, 1993, defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos, que são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os

movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

### **6.3. Dos processos**

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente Santos (1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação

de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST;

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

A partir dos dados deste livro, é possível fazer várias leituras das territorialidades dos assentamentos. A idéia de socioterritorial que cunhamos aqui compreende desde a luta pela terra até o mercado; da produção agropecuária até à escola, da organização política até a unidade de produção familiar, da infra-estrutura até os conhecimentos e as tecnologias necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos. Estas são dimensões que pesquisamos ao estudar os impactos socioterritoriais dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio. Para contribuir com uma leitura mais aprofundada das dimensões, apresentamos suas condicionalidades complementares com informações mais detalhadas.

#### **6.4. As dimensões**

A palavra dimensão tem origem do Latim *dimensione*. Segundo o Dicionário Aurélio dimensão é definida como: (1) sentido em que se mede a extensão para avaliá-la, ou seja, como sinônimo de medida ou tamanho; outra definição trazida pelo dicionário é: (2) o número mínimo de variáveis necessárias à descrição analítica de um conjunto. Para a matemática dimensão tem haver com a noção de grau de liberdade onde o grau de

liberdade seria um estimador do número de categorias independentes num teste particular ou experiência estatística.

Para a física dimensão é uma noção relacionada, por assim dizer, com o modo como uma [unidade](#) pode ser decomposta em outras, independentemente do sistema de unidades empregado. (2). Dimensão é o número de vetores linearmente independentes que precisa para descrever o espaço que se está modelando.

No esforço de buscar uma definição de dimensão para a Geografia em nossa dissertação, consideramos dimensão como sendo uma metodologia de estudo da realidade, cujo objetivo principal é a análise do todo, onde a partir da indicação das condicionalidades torna-se possível visualizar quais são variáveis envolvidas na construção da noção de dimensão.

As condicionalidades são inerentes ao movimento de construção do conhecimento. A primeira noção a levar em conta é a de que o conhecimento pressupõe análise e a segunda noção essencial é a de que a análise pressupõe a divisão, Santos (2001, p.75). Não a como pensar a totalidade sem antes pensar a sua separação.

Fazendo uma analogia a respeito do uso das dimensões para compreensão da realidade, mas aplicado ao corpo humano, seria o mesmo que concentrar-se na fisiologia, nos processos que se operam no interior da sociedade, à imagem das funções corporais (respiração, metabolismo, circulação do sangue etc.). As condicionalidades seriam as partes constituintes da anatomia do corpo, esqueleto, tecidos, órgãos. O corpo seria a totalidade e a fisiologia dos órgãos do corpo as dimensões responsáveis pela idéia de sistema. Santos (2001, p. 77) salienta que:

*O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização. As dimensões são totalizações da realidade.*

A multidimensionalidade seria a compreensão do funcionamento do corpo ou do conjunto dos sistemas que garantem o seu funcionamento. Com

base nestas argumentações, concluí-se que as dimensões são conjunto de sistemas constituído por estrutura, forma e processos. Entender o território como multidimensionalidade é o mesmo que tentar entender o funcionamento do corpo humano.

Da mesma maneira que só é possível compreender o funcionamento do corpo humano a partir da compreensão do funcionamento de cada um dos seus órgãos, desvendando quais são os processos fisiológicos envolvidos no funcionamento, no estudo da totalidade do território também é preciso considerar suas multidimensionalidades, buscando a partir do estudo das condicionalidades entender quais são os processos envolvidos na construção das dimensões.

A questão é que diferentemente do estudo da anatomia do corpo humano, no estudo da fisiologia do território existe a possibilidade de construir leituras da realidade sem levar em consideração as atividades orgânicas e processos vitais elementares na construção da leitura de totalidade, pois não é sempre que o conjunto de sistemas que fazem parte do processo são considerados.

Tais processos produzem o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, da mesma forma que o médico cardiologista necessita conhecer a totalidade do funcionamento do corpo, para prescrever o medicamento responsável pela intervenção no corpo do paciente, somente a partir da compreensão do território como totalidade, formado no movimento das suas múltiplas dimensões será possível, por exemplo, elaborar políticas públicas estruturais com objetivo de atingir os verdadeiros focos do problema.

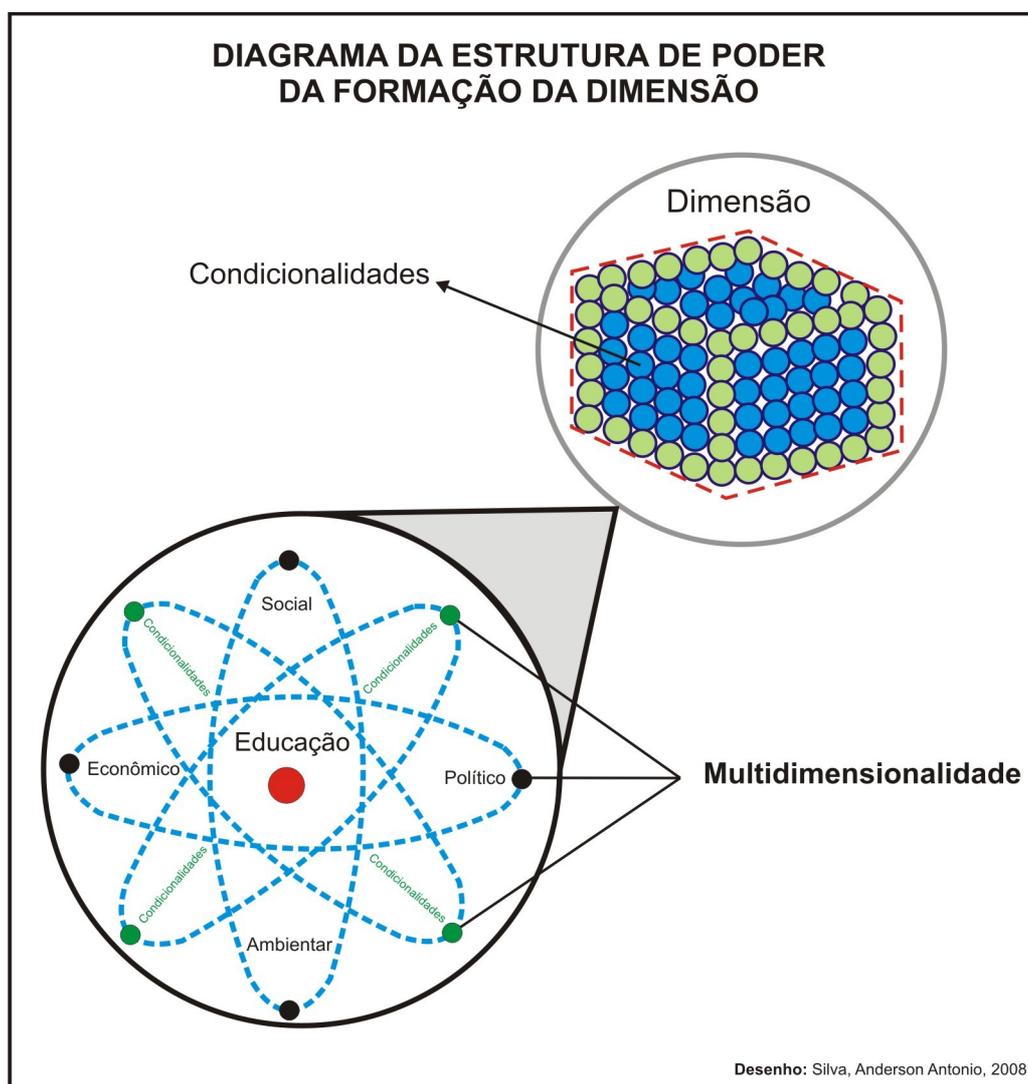
## **6.5. Multidimensionalidades**

O território é compreendido pela multidimensionalidade. A multidimensionalidade é formada pela reunião de um conjunto de dimensões. Cada uma dessas dimensões possui um conjunto de condicionalidades. Assim como a territorialidade significa as formas de uso do território a condicionalidade constitui modos de concretização das condições para a realização das dimensões dos territórios. A condicionalidade é uma

propriedade da condição da mesma forma como a territorialidade é uma propriedade do território.

A análise multidimensional da realidade pressupõe que à educação esta contida em todas as dimensões da mesma forma que a política, o social o econômico também estão ver figura 1. Ou seja, todas as dimensões contêm e estão contidas umas nas outras. Ao contrário do que poderíamos imaginar as leituras unidimensionais são as que surtem maior influência sobre o conjunto<sup>12</sup> das dimensões.

**FIGURA 1**



<sup>12</sup> Estamos chamando de conjunto as cinco dimensões clássicas que forma a multidimensionalidade do território: política, social, econômica, ambiental e cultural

Prova disso é a forte influência que a dimensão econômica e as pesquisas unidimensionais desenvolvidas sobre influência desta dimensão surtem sobre o conjunto. Pela lógica teórica do desenvolvimento desigual e combinado a dimensão econômica sempre exercerá maior influência sobre as demais dimensões.

Neste sentido, as condicionalidades envolvidas na concretização das condições de realização das dimensões no território de um assentamento, são diferentes das condicionalidades envolvidas na concretização das condições de realização das dimensões do território do agronegócio ou do latifúndio.

Os resultados de toda monografia, relatório científico, dissertação ou tese, querendo ou não estão contidos dentro de alguma dimensão. Não existe pesquisa adimensional. Até mesmo o espaço sideral possui as suas dimensões. O que existe são pesquisas unidimensionais, ou seja, que se limitam ao estudo de uma única dimensão. Todavia, ainda que o estudo privilegie um único assunto, mesmo assim encontra-se contido dentro de alguma dimensão. As dimensões política, social, econômica, ambiental e cultural podem ser consideradas como dimensões clássicas. Destas cinco dimensões derivam várias outras.

Contudo, estudar uma única dimensão não é sinônimo de empobrecimento teórico. Chayanov (1974), considerado umas das principais referências teóricas nos estudos sobre o campesinato, analisa em sua obra apenas a dimensão econômica. Todavia, é preciso compreender quais são as condicionalidades envolvidas em seu estudo.

Chayanov atribuiu à dimensão econômica uma conotação diferenciada sobre análise da unidade de produção camponesa, demonstrando inclusive, que o econômico não é a dimensão mais relevante no estudo da viabilidade de uma unidade de produção camponesa e com isso demonstrou que o rigor e as metodologias inerentes a economia e aos economistas podem ser aplicadas no cálculo de outros tipos de renda não monetárias.

As condicionalidades e as dimensões fazem parte da realidade. Todavia, uma condicionalidade dependendo da sua escala de análise pode se transformar em dimensão. As dimensões possuem escalas. Estas escalas podem ser macro, meso ou micro. São as condicionalidades que vão nos indicar de qual nível escalar estamos falando. Além dos níveis escalares

também é importante compreender como as mudanças que ocorrem nestes vários níveis se inter-relacionam ver figura 1. A relação entre condicionalidades-dimensão, entre dimensão-dimensão e entre condicionalidade-condicionalidade são importantíssimos para compreensão do movimento da realidade. O que é dimensão em uma escala pode vir a ser condicionalidade em outra escala.

Mesmo que a pesquisa privilegie todas as dimensões, são as condicionalidades envolvidas na concretização das condições da dimensão que vão garantir a profundidade na análise da realidade.

As dimensões são recortes da realidade que se pretende estudar. São fotografias do objeto de análise. Estas fotografias podem ser tiradas de um único ângulo (estudo de uma única dimensão) ou de diferentes ângulos (estudo de várias dimensões). A maneira como essa fotografia é tirada é uma questão de metodologia. Quanto maior a riqueza de detalhe desta foto, maior será o número de condicionalidades que contribuirão para a concretização das condições da dimensão.

Pela amplitude da realidade, da mesma forma que em um projeto de pesquisa não é possível estudar a totalidade das dimensões que fazem parte do território, nos projetos de políticas públicas também não é possível levar em consideração as múltiplas dimensões que compõem a realidade.

È justamente por esse motivo que é possível exercer o controle político sobre os modelos de desenvolvimento por meio das políticas públicas. Os governos na elaboração das políticas públicas, por exemplo, podem selecionar apenas as condicionalidades que garantam a condições de realização das dimensões sobre as quais tem interesse político. Para Silva, Fernandes e Valenciano (2006) quando isso acontece a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade:

*Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser*

*dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.*

São as opções política, ideológica ou enfim paradigmática que vão definir quais são as condicionalidades que serão selecionadas para garantir as condições de realização das dimensões no território. Este é o limite entre o ideal e o possível. Tanto as condicionalidades, quanto as dimensões levadas em consideração pela academia, pelo movimento dos trabalhadores sem-terra, quanto pelo governo não possuem o mesmo conteúdo. Ainda que o governo, a academia e trabalhadores sem-terra escolham as mesmas condicionalidades na determinação do conteúdo de uma dimensão, ainda assim, não está garantida a uniformidade de leitura da realidade, pois cada uma destas instituições pode ler o conteúdo das dimensões a partir da sua própria visão de mundo. A forma mais provável de alcançar uma leitura consensual entre estes entes seria a discussão conjunta das condicionalidades, das dimensões, das suas diferentes escalas de aplicação e do significado das suas inter-relações. Desta maneira existe a possibilidade de construir uma dimensão, cujo conteúdo contemple diferentes grupos de interesse.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA constitui-se em um bom exemplo de consesamento de propostas. De acordo com o seu manual na elaboração de projetos devem participar as universidades, os sujeitos do processo (movimento dos trabalhadores rurais sem-terra) e o poder público, representado por prefeituras. Ainda que os problemas sejam os mesmos, a sua espinha dorsal em se tratando de políticas públicas nunca é a mesma. Tudo vai depender do grupo de interesse que definiu o conteúdo das dimensões a partir das condicionalidades selecionadas.

No âmbito do PRONERA cria-se a possibilidade de estruturar projetos e consensuar propostas com base em uma mesma estrutura, ou seja, com base em uma mesma espinha dorsal. Quando isso acontece pode-se dizer que chegou-se a um consenso sobre as dimensões do desenvolvimento em questão, pois a compreensão do que está sendo chamado de política pública, por exemplo, ficou claro para todos, visto que o conteúdo da dimensão foi amplamente debatido por todos.

Se esta mesma discussão fosse feita na formulação de outras políticas públicas, o volume de investimentos destinado ao agronegócio em relação aos

recursos que são destinados a agricultura camponesa não seriam tão dispare, pois o diálogo poderia ser um elemento fundamental no equilíbrio das relações de poder. Embora mais fracos, os camponeses teriam condições de lutar para que a distribuição de recursos fosse menos desigual. Para tal intento o governo não poderia levar em consideração apenas a balança comercial favorável com a exportação de commodities, ou seja, as relações de poder teriam que ser revistas. Isso alteraria todo o conteúdo das dimensões do desenvolvimento a começar pela escala federal.

No desenvolvimento do Brasil são inúmeros os exemplos em diferentes momentos históricos sobre o controle político dos governos nas políticas públicas, tendo em vista privilegiar determinados grupos de poder. Um exemplo clássico de controle político do conteúdo das políticas públicas pelos governos pode ser dado com a modernização agrícola da década de 1970. As condicionalidades que fizeram parte das dimensões do desenvolvimento do campo brasileiro nesta década foram responsáveis pela exclusão do campo, segundo IBGE de mais de 30 milhões de agricultores.

No Brasil embora o termo territorial tenha sido frequentemente associado às políticas de desenvolvimento rural, antes devemos considerar quais são as condicionalidades das dimensões destas políticas, no intuito de verificar se elas realmente são políticas públicas territoriais, se merecem tal status. Não é possível classificar uma política como territorial sem conhecer o seu conteúdo.

Políticas Públicas como o PRONAF foram criadas em decorrência da pressão política realizada pelos movimentos camponeses e pode ser tomada como exemplos de políticas que na sua formulação retiraram do centro do diagrama representado pela figura 1 a dimensão econômica, em detrimento da dimensão social e de outras que envolvem a vidas destes agricultores.

Toda dimensão que se encontra no núcleo da estrutura multidimensional exerce maior influência sobre as demais dimensões, tornando-se uma dimensão predominante. Ao orbitar ao seu redor todas as dimensões e condicionalidades recebem influência da dimensão do núcleo e isso surte influência na cristalização da formação da dimensão resultante dessa inter-relação.

Não se pode realizar o planejamento das políticas públicas tomando como referência apenas a dimensão econômica. Há de se considerar outras dimensões no núcleo da estrutura. É nesse movimento de alternância entre as dimensões que ocupam o núcleo central da estrutura multidimensional que se torna possível entender a relação de poder entre as dimensões e com isso criar políticas públicas capazes de corrigir as distorções produzidas no movimento de concretização da condicionalidades que formam a dimensão.

As políticas públicas influenciadas pelo Paradigma<sup>13</sup> do Capitalismo Agrário, por exemplo, tem a dimensão econômica no núcleo da estrutura multidimensional, de forma que o resultado final de qualquer que seja a análise que se faz da realidade, a dimensão econômica sempre terá predominância sobre as demais dimensões. Retomando o PRONERA como exemplo, o que se observa é que elaboração das políticas públicas referentes ao programa a dimensão educacional é quem assume a centralidade na estrutura multidimensional, ou seja, a realidade passa a ter maior influência da educação. É justamente esta influência que vai determinar as condições de concretização para que a dimensão educacional aconteça.

Os subsídios da Política Agrícola Comum – PAC na União Européia também são bons exemplos sobre a predominância ou influência que uma dimensão pode exercer sobre a outra no processo de desenvolvimento. Ao subvencionar com altos volumes de investimento seus produtores, o PAC garante a construção de uma realidade mais igualitária do desenvolvimento rural. Ainda que a igualdade seja construída mediante subsídio, pode-se dizer que foi elaborada uma política de desenvolvimento territorial, pois o subsídio tornou menos díspar as diferenças existentes entre as dimensões.

No Brasil, sobretudo pela influência dos documentos publicados pela equipe de assessoria da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, vinculada ao MDA, existe uma forte discussão sobre a dimensão territorial do desenvolvimento. Do ponto de vista do MDA o território é uma dimensão e não a totalidade da realidade.

---

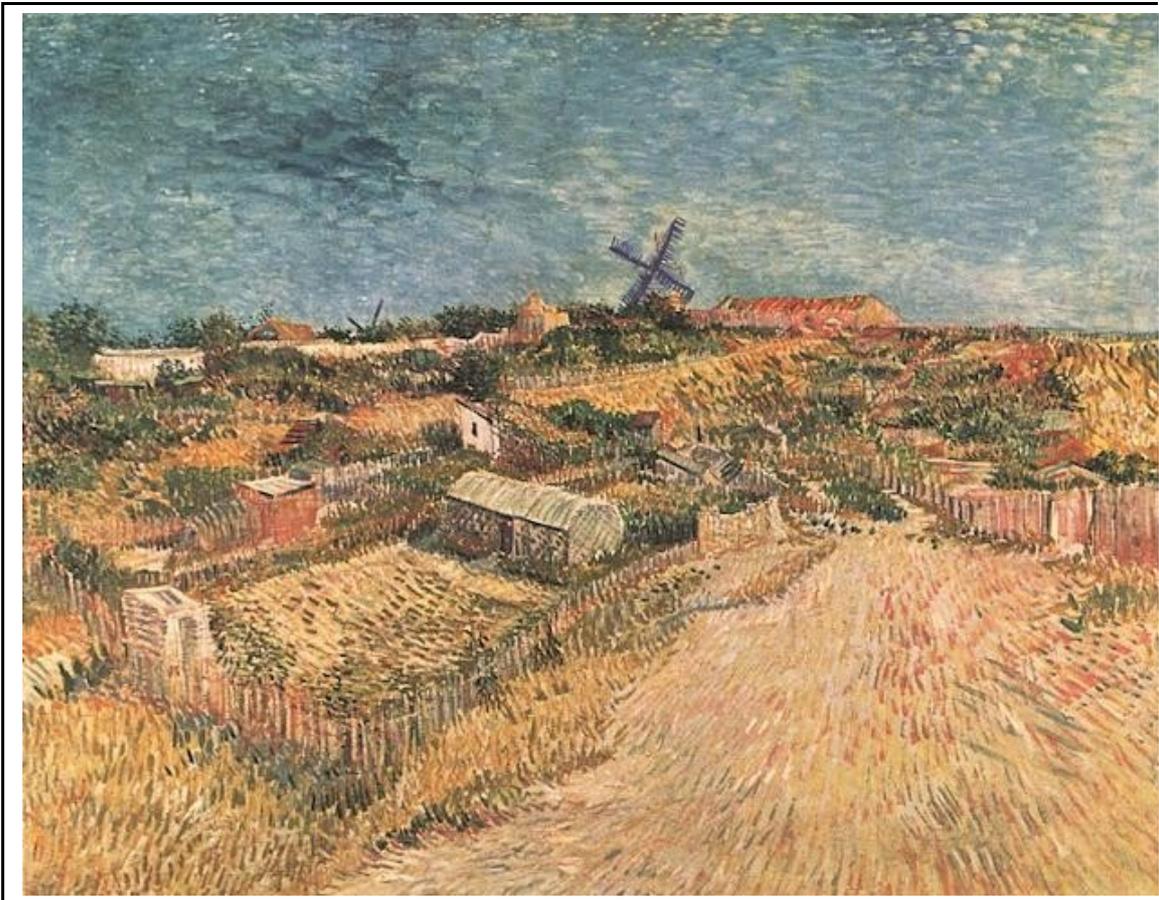
<sup>13</sup> Ver texto Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial de Fernandes (2005).

Essa leitura do território dimensão tem comprometido a elaboração das políticas públicas que são formuladas pelo MDA. Tanto a leitura que se faz do território quanto o volume de investimentos envolvidos nas políticas que são formuladas pelo MDA e as condicionalidades que são selecionadas para concretizar as condições de realização das dimensões não conseguem minimizar a subordinação dos camponeses ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Neste sentido, seja via subsídio ou a partir do planejamento de políticas de desenvolvimento mais igualitárias o desenvolvimento rural brasileiro necessita passar por reestruturações necessárias. Somente assim, as políticas do MDA poderão atingir o status de territoriais, pois o desenvolvimento de políticas setoriais em território nacional, não confere a estas políticas do ponto de vista dimensional o status de territorial. A territorialidade tem haver com o conteúdo da política e não com a sua repetição em diferentes unidades da federação.

# 7

## PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS



*Vegetable Gardens in Montmartre: La Butte Montmartre, 1887*

## **7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **7.1. Fontes**

Na análise da multidimensionalidade dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio, utilizamos como fonte secundária de dados o livro do RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema de Silva, Fernandes e Valenciano (2006). No intuito de criar parâmetros de comparação sobre a qualidade dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio com dados de assentamentos de outras regiões do país, também adotamos como fonte secundária, os dados do livro “Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro” de Leite et al. (2000).

No livro de Leite et al. (2000) são apresentadas informações de seis regiões com concentração de projetos de assentamentos: Sul da BA, Sertão do CE, Entorno DF, Sudeste PA, Oeste SC e Zona da Cana NE. Estas regiões são chamadas no livro de Leite de manchas. É partir dos dados das seis manchas que tecemos comparações entre as dimensões das realidades pesquisadas nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio.

Conforme apresentamos no item nove, caracterização dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio, tanto pela quantidade de assentamentos, quanto pela extensão territorial do município, Teodoro Sampaio, levando-se em consideração a metodologia utilizada na pesquisa de Leite, pode ser considerado uma mancha o que permite a comparação dos dados de sua pesquisa com os dados da pesquisa de Silva.

A seguir descrevemos quais foram os procedimentos metodológicos adotados na compilação dos dados do livro do RIST.

### **7.2. Critérios para definição do plano amostral**

Na pesquisa realizada por Silva, Fernandes e Valenciano (2006), foram visitados todos os projetos de assentamentos existentes no município de Teodoro Sampaio. O plano amostral adotado para aplicação dos questionários

junto às unidades familiares de cada assentamento foi de 50%, conforme apresentamos na **tabela 1**.

A definição do número de questionários aplicados foi realizada de acordo com Gerardi (1981), que estabelece para uma população de 814 pessoas, o plano amostral de 260 entrevistas. A opção metodológica de adotar o plano amostral de 50% possibilitou aos pesquisadores, aplicar 145 questionários acima do número recomendado, o que também nos remete a Gerardi (1981), que define que quanto maior a variabilidade da população, maior deve ser o tamanho da amostra para representar essa variabilidade, aumentando o grau de precisão sobre os dados pesquisados.

**TABELA 1 – DEFINIÇÃO DO PLANO AMOSTRAL UTILIZADO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO**

	<b>NOME DO ASSENTAMENTO</b>	<b>Nº. LOTES</b>	<b>AMOSTRA 50%</b>
1º	ÁGUA BRANCA I	29	15
2º	ÁGUA SUMIDA	121	61
3º	ALCÍDIA DA GATA	19	9
4º	CACHOEIRA DO ESTREITO*	29	15
5º	FUSQUINHA/PORTO X	43	22
6º	HAIDÉIA*	27	14
7º	LAUDENOR DE SOUZA (PORTO ALCIDIA)	60	30
8º	SÃO PEDRO DA ALCIDIA/PADRE JOSIMO	85	48
9º	SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	25	13
10º	SANTA EDWIRGES	25	13
11º	SANTA RITA DA SERRA*	40	20
12º	SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	50	24
13º	SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	26	13
14º	SANTA VITÓRIA*	27	14
15º	SANTA ZÉLIA	104	52
16º	SANTO ANTONIO DOS COQUEIROS*	23	12
17º	VALE VERDE*	50	25
18º	VÔ TONICO	22	10
19º	CÓRREGO AZUL	9	5
<b>TOTAL **</b>		<b>814</b>	<b>421</b>
<b>PLANO AMOSTRAL RECOMENDADO***</b>		<b>800</b>	<b>265</b>

Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2004

\* A reunião dos assentamentos com asterisco formam o assentamento Vale Verde

\*\* Plano Amostral adotado

\*\*\* Plano amostral recomendado de acordo com o livro “Quantificação em Geografia” de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi.

### **7.3. Amostragens piloto e treinamento das equipes de campo**

A elaboração do questionário utilizado na pesquisa foi submetido a quatro amostragens piloto e debatido com as lideranças locais do MST e com técnicos do Departamento de Agricultura da Prefeitura. Após a realização de cada amostragem piloto, novas adaptações foram sendo incorporadas aos questionários.

Paralelamente a realização destas amostragens os coordenadores da pesquisa, foram mapeando quais eram as partes do questionário onde os pesquisadores de campo estavam encontrando maior dificuldade, durante a sua aplicação junto às famílias assentadas.

Após amplo debate sobre estas questões, elas foram sendo a cada amostragem aperfeiçoada, de forma que tanto a equipe de pesquisadores de campo “entrevistadores”, como os assentados entrevistados “respondentes” não encontrassem dificuldades de compreensão das questões, evitando assim, na fase de tabulação e sistematização, possíveis descartes das informações coletadas. Durante toda a pesquisa foi utilizada uma única equipe, de forma que as mesmas pessoas que contribuíram com a elaboração do questionário também participaram das amostragens piloto e da pesquisa de campo.

Neste sentido, a realização de quatro amostragens e a construção de um questionário que posteriormente seria utilizado pela mesma equipe que colaborou com sua elaboração, refletiu durante as fases de tabulação e sistematização na qualidade dos dados coletados em campo.

Do conjunto dos 421 questionários aplicados, não foram registrados nenhum descarte de questionário. Estiveram envolvidos no desenvolvimento dos trabalhos oito servidores municipais, vinculados aos departamentos de agricultura, planejamento e meio ambiente e além de 3 pesquisadores do NERA da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente.

### **7.4. Seleção das famílias que foram entrevistadas**

A escolha da distribuição geográfica das entrevistas foi realizada individualmente por assentamento, considerando-se o plano amostral de 50%, apresentado na **tabela1**.

A ferramenta aleatória do **Microsoft Excel** foi utilizada para realizar o sorteio da distribuição espacial das visitas em cada um dos projetos de assentamento. Esta ferramenta adota como lógica na execução deste tipo de tarefa a verificação automática por assentamento da distribuição espacial das visitas segundo o plano amostral estabelecido.

Assim, a correlação do valor do plano da amostra com o número total de lotes de cada assentamento a ferramenta calcula e estabelece automaticamente um intervalo comum e proporcional entre a distribuição espacial das visitas, de forma que as mesmas obedecem a uma lógica geográfica que cubra toda a extensão territorial do assentamento.

Foi estabelecido como critério que os questionários deveriam ser preferencialmente respondidos pelo titular do lote e na sua ausência pela pessoa que mais tivesse informações sobre a unidade de produção.

Igualmente também foi estabelecido que caso no momento da visita não fosse possível encontrar alguém no lote que pudesse responder as perguntas do questionário, esta deveria ser realizada com o seu vizinho da direita e dependendo do assentamento, caso esse não existisse, com o vizinho da esquerda.

## **7.5. Instrumentos empregados no levantamento de dados**

O questionário foi o principal instrumento utilizado na coleta de informações junto à população assentada. Em todos os assentamentos para realização das entrevistas, foram utilizados à mesma estrutura de questionário tendo em vista coletar informações que possibilitassem estabelecer parâmetros de comparação entre os diversos níveis de diferenciação social dos assentamentos estudados.

## **7.6. Respondentes dos questionários**

Durante a fase de campo os pesquisadores foram orientados a entrevistarem preferencialmente o titular do lote. Partiu-se do princípio que o titular é a pessoa que possui maior número de informação sobre o lote. Entretanto, com o objetivo de otimizar o trabalho da equipe de campo, na

ausência do titular ficou estabelecido que outro membro da família que também tivesse conhecimento sobre o lote poderia responder o questionário.

Em geral todos os membros da família que na ausência do titular se declararam conhecedores da realidade do lote realmente estavam habilitados a responder o questionário, o que pode ser verificado durante a fase de sistematização das informações. Na **tabela 2**, são apresentados o grau de parentesco dos respondentes em relação ao titular, tendo em vista, dar uma idéia geral sobre o perfil das pessoas que responderam os questionários.

**TABELA 2 - GRAU DE PARENTESCO DOS RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS EM RELAÇÃO AO TITULAR , SEGUNDO NÚMERO TOTAL DE LOTES VISITADOS**

<b>GRAU DE PARENTESCO DOS RESPONDENTES DOS QUESTIONÁRIOS EM RELAÇÃO AO TITULAR</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
O QUESTIONÁRIO FOI RESPONDIDO PELO PRÓPRIO TITULAR DO LOTE	269	64
CÔNJUGE DO TITULAR/COMPANHEIRO (A)	97	23
FILHO/FILHA	38	9,0
PAI/MÃE	2	0,5
IRMÃO/IRMÃ	5	1,2
AVÔ/AVÓ	0	0
NETO/NETA	2	0,5
SOGRO/SOGRA	0	0
GENRO/NORA	4	1,0
TIO/TIA	0	0
SOBRINHO/SOBRINHA	0	0
CUNHADO/CUNHADA	0	0
OUTRO PARENTE	2	0,5
AGREGADO	2	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>421</b>	<b>100</b>

### **7.7. Tabulação das informações coletadas**

O trabalho de campo da pesquisa foi realizado entre os meses de fevereiro a abril de 2005. Para o armazenamento dos dados foram criadas 10 plataformas de dados no **Software** Microsoft Excel, respeitando-se, portanto, a mesma divisão de temas pesquisados em campo. Foi para essas plataformas, que realizamos a transferência de todas as informações coletadas em campo pelos questionários. Esse armazenamento foi realizado de maneira agregada, ou seja, todos os questionários foram codificados e, a partir da consulta de

cada coluna da planilha do **Excel**, passou a ser possível obter informações sobre todas as dimensões pesquisadas de cada lote. Essa análise pode ser realizada de maneira vertical e horizontal, conforme pode ser visto na figura 4.

Com relação à codificação dos questionários, cada pesquisador de campo recebeu um código que no início de cada entrevista deveria ser informado. Assim, durante a fase de sistematização das informações, caso fosse identificada alguma dúvida, no momento da transferência dos dados dos questionários para as plataformas foi possível consultar pelo código quem tinha sido o pesquisador responsável pela aplicação daquele questionário.

Pelo fato dos questionários estarem disponíveis para consulta, como já comentamos anteriormente, agrupando todos os questionários aplicados por um mesmo pesquisador de campo, criou-se também a possibilidade de em estudos futuros utilizar estes pesquisadores como fontes. Assim, em próximas pesquisas o depoimento destes pesquisadores poderão ser utilizados como indicadores dos processos de mudança.

## **7.8. Controle de qualidade das informações coletadas**

Sobre a criação de critérios para realizar o controle de qualidade das informações coletadas durante a fase de campo, procedeu-se da seguinte maneira. Diariamente ainda durante o período da pesquisa de campo, dois supervisores ficaram responsáveis pela conferência dos questionários. Essas conferências foram realizadas com base em questionários espelhos, onde eram anotados o tipo de erro cometido, e o nome do entrevistador responsável pela aplicação do questionário. No dia seguinte, esses questionários eram entregues novamente aos pesquisadores de campo que eram orientados a retornar no lote correspondente e refazer a questão onde o erro foi identificado.

Na fase de tabulação dos dados a transferências dos dados do questionário para as plataformas do **Excel** foram realizadas em duplas, de maneira que à medida que os dados eram digitados, também eram ao mesmo tempo conferidos por uma segunda pessoa.

## 7.9. Elaboração das tabelas: cálculos das porcentagens e estimativas

Em geral, é a partir dos dados numéricos coletados em campo e do seu armazenamento nas plataformas do **Excel** que foram realizados os cruzamentos que deram origem às tabelas analisadas nesta dissertação. A representação das informações foi realizada a partir de 2 tipos de tabelas diferentes e um tipo de gráfico.

Quanto às tabelas elas foram elaboradas a partir da soma dos valores totais de todos os assentamentos e individualmente por assentamento. Neste sentido, levamos em consideração ora o número total de questionários aplicados no universo da pesquisa, ora o número total de questionários aplicados por assentamento.

Para a elaboração dos gráficos foram levados em consideração nos cálculos das porcentagens apenas valores numéricos absolutos das tabelas do universo da pesquisa.

Nas figuras de 1 a 4 apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na elaboração dos dados, cujo as análises são apresentadas em nossa dissertação. Observando estas figuras é possível ter uma idéia do layout do Banco de Dados do RIST.

**FIGURA 1 – ESCOLHA DO LOTE NO BANCO DE DADOS**

The screenshot shows an Excel spreadsheet titled 'Microsoft Excel - situação educacional'. The main data table is as follows:

	NOME DO PA	Nº LOTE	Código	Parentesco	Idade	Sexo
12	1º (Tudo)	29	1	2-1-3	36-42-14	2-1-1
13	2º (10 Primeiros...)	27	5	2-1-3-4	29-35-09-06	2-1-1-2
14	3º (Personalizar...)	26	6	1-2-3	55-53-11	1-2-1
15	4º Água Sumida				62-65	1-2
16	5º Cachoeira do Estreito				67-76	1-2
17	6º Córrego Azul				36-29-09-07	1-2-2-2
18	7º Fiscainha (Porto X)	22	4	1-2-3	64-71-43	2-1-1
19	8º Haidéia	21	5	1-3	40-20	2-1
20	9º Laudenor de Souza/Porto Alcida	19	1	1-2	42-37	1-2
21	10º Santa Edviges	18	3	1-2	30-33	1-2
22	11º Santa Rita da Serra	17	3	1-2-4-3-4-4	29-33-12-10-09-03	2-1-2-1-2-2
23	12º Santa Teresinha da Água Sumida	11	5	24-1-24	52-72-30	1-1-1
24	13º Santa Teresinha da Alcida	8	6	1-2-3-4-4-12-15	54-51-25-11-21-03-22	1-2-1-2-2-2-1
25	14º Santa Vitória	4	5	1-2-3	25-18-02	1-2-2
26	15º Santo Antônio dos Coqueiros	1	1	1-4-15	56-35-25	1-2-1
27	1º Água Sumida	118	1	1-2-4-4-4	53-37-05-03-1m	1-2-2-2-2
28	2º Água Sumida	117	1	1-2-4-11	54-52-22-08	1-2-2-1
29	3º Água Sumida	116	4	1-2-3-4	27-37-04-09	2-1-1-2
30	4º Água Sumida	115	6	1-2-11	63-60-13	1-2-1
31	5º Água Sumida	114	7	1-7	40-49	1-1
32	6º Água Sumida	112	3	3-1-3-3-4-2-16	30-66-34-24-41-89-23	1-2-1-1-2-1-2
33	7º Água Sumida	110	4	1-2-3	68-64-22	1-2-1

## TELA 2 – LEITURA DA TABELA DE CÓDIGOS

Microsoft Excel - situação educacional

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

Relatório de Impactos Socioterritoriais

SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Numero de assentamentos visitados: 19

Total de lotes: 819

PLANO AMOSTRAL ADOTADO 50%

Numero de entrevistas realizadas: 414

clique aqui

**Tabela de Códigos**

Nº	Nome do Lote	Código	Parentesco	Sexo
12	1ª Água Branca I	29	1	2=1=3
13	2ª Água Branca I	27	5	2=1=3=4
14	3ª Água Branca I	26	6	1=2=3
15	4ª Água Branca I	25	1	1=2
16	5ª Água Branca I	24	1	1=2
17	6ª Água Branca I	23	7	3=16=12=12
18	7ª Água Branca I	22	4	1=2=3
19	8ª Água Branca I	21	5	1=3
20	9ª Água Branca I	19	1	1=2
21	10ª Água Branca I	18	3	1=2
22	11ª Água Branca I	17	3	1=2=4=3=4=4
23	12ª Água Branca I	11	5	24=1=24
24	13ª Água Branca I	8	6	1=2=3=4=4=12=15
25	14ª Água Branca I	4	5	1=2=3
26	15ª Água Branca I	1	1	1=4=15
27	1ª Água Sumida	118	1	1=2=4=4=4
28	2ª Água Sumida	117	1	1=2=4=11
29	3ª Água Sumida	116	4	1=2=3=4
30	4ª Água Sumida	115	6	1=2=11
31	5ª Água Sumida	114	7	1=7

Tabela de Códigos:

1. Titular do lote
2. Cônjuge do titular/companheiro (a)
3. Filho
4. Filha
5. Pai
6. Mãe
7. Irmão
8. Irmã
9. Avô
10. Avó
11. Neto
12. Neta
13. Sogro
14. Sogra
15. Genro
16. Norra
17. Tio
18. Tia
19. Sobrinho
20. Sobrinha
21. Curiado
22. Curiada
23. Outro parente
24. Agregado

FIGURA 3 – LEITURA ASSOCIADA DOS CÓDIGOS

Microsoft Excel - situação educacional

Arquivo Editar Exibir Inserir Formatar Ferramentas Dados Janela Ajuda

Relatório de Impactos Socioterritoriais

SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Numero de assentamentos visitados: 19

Total de lotes: 819

PLANO AMOSTRAL ADOTADO 50%

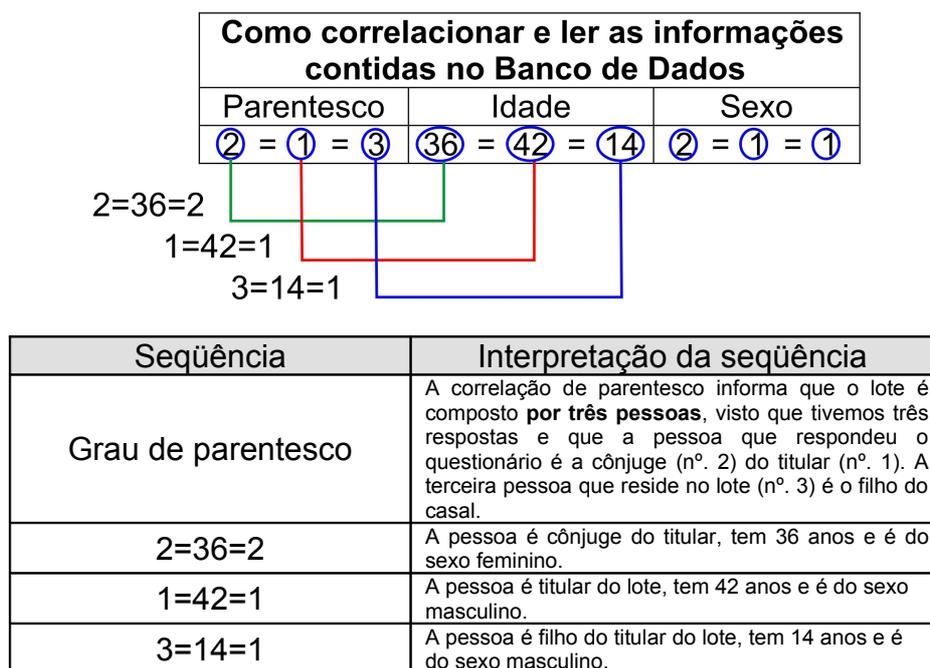
Numero de entrevistas realizadas: 414

clique aqui

**Leitura associada dos códigos**

Nº	Nome do Lote	Código	Parentesco	Idade	Sexo
12	1ª Água Branca I	29	1	36=42=14	2=1=1
13	2ª Água Branca I	27	5	29=35=09=06	2=1=1=2
14	3ª Água Branca I	26	6	55=53=11	1=2=1
15	4ª Água Branca I	25	1	62=65	1=2
16	5ª Água Branca I	24	1	67=76	1=2
17	6ª Água Branca I	23	7	36=29=09=07	1=2=2=2
18	7ª Água Branca I	22	4	64=71=43	2=1=1
19	8ª Água Branca I	21	5	40=20	2=1
20	9ª Água Branca I	19	1	42=37	1=2
21	10ª Água Branca I	18	3	30=33	1=2
22	11ª Água Branca I	17	3	29=33=12=10=09=03	2=1=2=1=2=2
23	12ª Água Branca I	11	5	52=72=30	1=1=1
24	13ª Água Branca I	8	6	54=51=25=11=21=03=22	1=2=1=2=2=2=1
25	14ª Água Branca I	4	5	26=18=02	1=2=2
26	15ª Água Branca I	1	1	56=35=25	1=2=1
27	1ª Água Sumida	118	1	53=37=05=03=1m	1=2=2=2=2
28	2ª Água Sumida	117	1	54=52=22=08	1=2=2=1
29	3ª Água Sumida	116	4	27=37=04=09	2=1=1=2
30	4ª Água Sumida	115	6	63=60=13	1=2=1
31	5ª Água Sumida	114	7	40=49	1=1
32	6ª Água Sumida	112	3	30=66=34=24=41=89=23	1=2=1=1=2=1=2
33	7ª Água Sumida	110	4	68=64=22	1=2=1

Figura 4



### 7.10. Considerações metodológicas sobre o cálculo da renda

Neste item de nossa dissertação apresentamos quais foram os procedimentos metodológicos adotados no cálculo da renda das famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio.

No intuito de evitar generalizações na aferição da renda média das famílias, adotamos como base de cálculo a produção agrícola de mandioca e a produção pecuária de leite. A escolha destes dois produtos pode ser justificada pela sua participação no conjunto dos 19 assentamentos estudados. Dos 421 lotes visitados 76% dos entrevistados responderam que plantam mandioca e 94% que produzem leite.

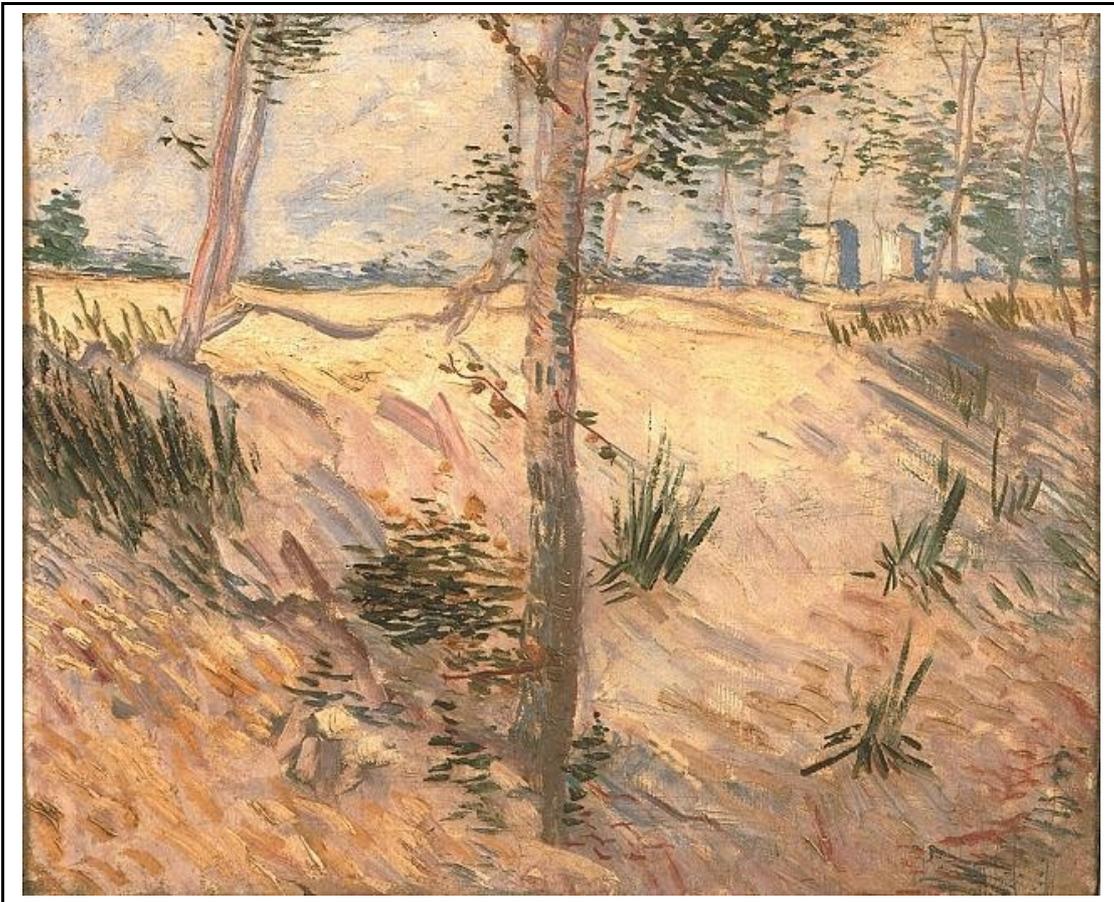
Neste sentido, não consideramos em nossos cálculos as rendas não agrícolas obtidas com (aposentadorias, pensões, bolsa família, assalariamento) tendo em vista que o nosso objetivo foi o de identificar qual é potencial produtivo dos lotes e qual e o valor da renda que as famílias do município têm obtido a partir da sua exploração.

Um segundo parâmetro utilizado foi às informações sobre as condições de vida das famílias levando-se em consideração a infra-estrutura da casa, uso

de máquinas agrícolas e bens de consumo duráveis. As informações sobre infra-estrutura da casa, máquinas agrícolas e bens de consumo duráveis, foram utilizadas como indicativo para avaliar em qual proporção a renda obtida pelas famílias tem possibilitado a aquisição desses bens.

# 8

## CARACTERIZAÇÃO FÍSICA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO E REGIÃO



*Trees in a Field on a Sunny Day, 1887*

## **8. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO E REGIÃO**

Com base nas cartas do IBGE 1:250.000, edições 1979/80 atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997) apresentamos a descrição de algumas informações sobre a geografia física do município e região como, geomorfologia, pedologia, criticidade potencial do solo a erosão, fragilidade natural do solo, uso atual das terras, aptidão agrícola, vegetação natural remanescente, conflito de uso do solo e situação jurídica das terras. Estas informações têm como objetivo contribuir com a elaboração de projetos.

### **8.1. Geomorfologia**

O relevo da região do Pontal do Paranapanema é constituído por sete categorias geomorfológicas distintas. São elas: planícies aluviais, mesas sedimentares, colinas médias, morros sedimentares de topos arredondados, colinas amplas, morros amplos e morrotes alongados e espigões. Destas formações as colinas amplas, é a categoria predominante na constituição da geomorfologia do município.

### **8.2. Pedologia**

A pedologia da região é constituída por solos de areais quartzosas, podzóicos, terra roxa, latossolos vermelho-escuro, glei e litólicos. Na formação pedológica do município predominantemente estão presentes os latossolos vermelho-escuro e com participação dos solos podzóicos.

### **8.3. Criticidade potencial do solo a erosão**

São encontrados na região solos com criticidade muito alta, alta, média, baixa e muito baixa com ocorrências de ravina ou boçoroca em diferentes estágios de concentração e cabeceiras de drenagem com erosão acelerada. No município de Teodoro Sampaio a criticidade alterna-se entre média, alta a maior de todas e muito alta.

#### **8.4. Fragilidade natural do solo**

Os tipos de fragilidade dos solos da região são representados pelas categorias, muito alta, alta, média, baixa e muito baixa. As fragilidades naturais dos solos do município oscilam entre média e alta, sendo que a participação da fragilidade média é predominante.

#### **8.5. Uso das terras**

O uso das terras na região é constituído de áreas ocupadas com matas, pastagem, banhado, agricultura, cerrado e áreas de reflorestamento. No município de Teodoro Sampaio o uso das terras, nesta ordem de importância é ocupado por áreas de pastagem, matas e agricultura.

#### **8.6. Aptidão agrícola**

São três os tipos de aptidões agrícolas do município. A primeira delas a aptidão predominante é constituída por terras com aptidão regular para lavouras com cultivo de baixa tecnologia e restrita para médias a altas tecnologias empregadas. A segunda aptidão encontra no município é dada por terras restritas para lavouras com cultivos de médias e altas tecnologias e inaptas para baixas tecnologias empregadas. Também conta com uma pequena mancha entre a latitude 52° 25' e longitude 22° 22' de terras com aptidão para pastagens plantadas e inaptas para a lavoura.

Além destas aptidões na região também são encontradas terras com aptidão para lavoura com cultivo de baixa e média tecnologia e regular para altas tecnologias empregadas; terras com aptidão restrita para lavouras com cultivos de alta tecnologia e inaptas para baixas a médias tecnologias e terras sem aptidão para uso agrícola, com características adversas, indicadas apenas para abrigo de fauna e flora.

### **8.7. Vegetação natural remanescente**

As vegetações remanescentes da região são mata, cerrado e banhado. No município de Teodoro Sampaio predomina a vegetação do tipo mata. Praticamente toda extensão territorial do município encontra-se localizado dentro das unidades de preservação permanente Morro do Diabo e Grande Reserva do Pontal.

### **8.8. Conflito de uso do solo**

Os níveis de conflito de uso do solo vão de um a quatro positivos para a sub-utilização e de zero a menos quatro para super-utilização. São encontrados no município os níveis de sub-utilização um, dois e três e o nível um para super-utilização. O nível de sub-utilização três é predominante no município.

## **CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA**

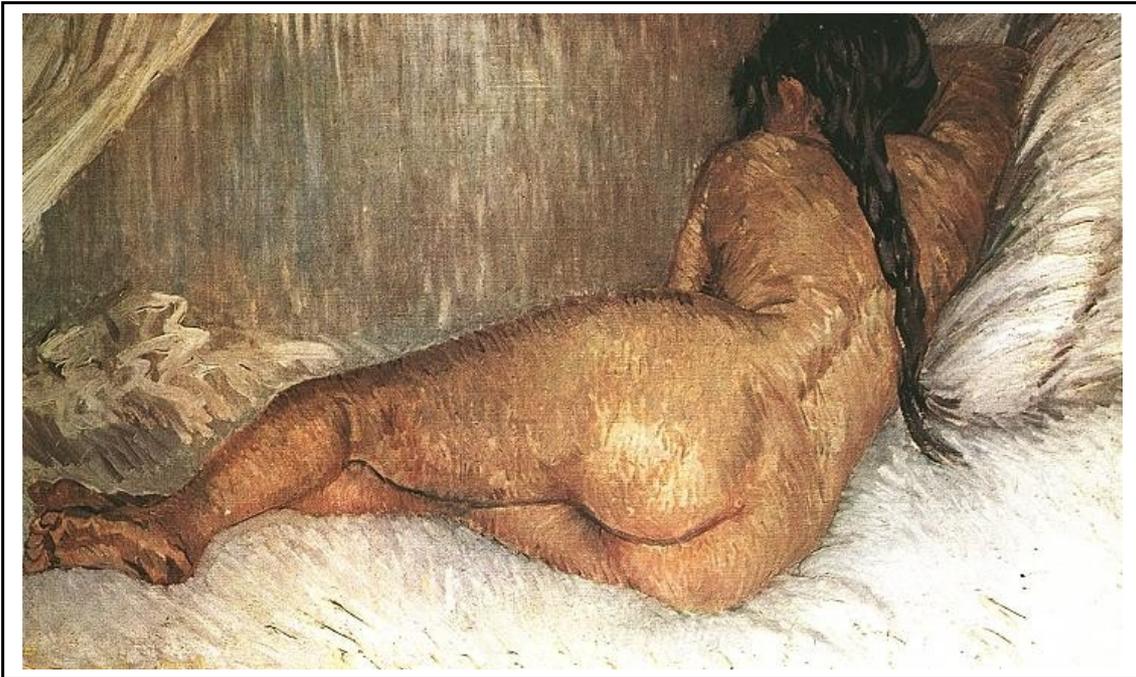
### **8.9. Situação jurídica das terras**

A situação jurídica das terras da região do Pontal do Paranapanema envolve áreas com ações discriminatórias não iniciadas, ações discriminatórias em que houve desistência ou improcedência, ações discriminatórias em andamento (1º fase), legitimação a iniciar, títulos expedidos parcialmente, legitimação concluída com todos os títulos expedidos, perímetros discriminados administrativamente e titulados pela secretaria da agricultura e terras não discriminadas também conhecidas como (T.N.D).

No município de Teodoro Sampaio encontramos a situação jurídica das terras envolve ações discriminatórias não iniciadas, ações discriminatórias em que houve desistência e ações discriminatórias em andamento (1º fase).

# 9

## CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO



*Van Gogh - Nude Woman Reclining, Seen from the Back, 1887*

## ORGANOGRAMA A – MULTIDIMENSIONALIDADES DO TERRITÓRIO



## **9. Ponto de partida**

Em nossa dissertação tentamos dar nossa contribuição na construção de uma análise verticalizada da multidimensionalidade do território dos assentamentos. Para tanto, informamos no início de todos os capítulos, quais são as condicionalidades estudadas dentro do contexto de cada dimensão. É a partir da leitura dessas condicionalidades que apresentamos a seguir o resultado de nossas análises sobre a dimensão: caracterização dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio. No texto que se segue utilizamos a sigla UTC's – Unidades Territorial Camponesas, como sinônimo de assentamentos rurais.

### **9.1. Caracterização dos assentamentos**

Em média 13 dos 19 assentamentos do município tem entre 9 e 10 anos de idade. O Projeto de Assentamento Federal Água Assumida, considerado o mais velho de todos foi implantado no ano de 1988, ou seja, há cerca de 20 anos. Os Projetos de Assentamento Estadual Santa Edwirges e Fusquinha, considerados os mais recentes foram implantados em 2003 e, portanto completam esse ano 5 anos existência. Os assentamentos do município de Teodoro Sampaio dividem-se em duas categorias: PA e PE que significam Projeto de Assentamento Federal e Projeto de Assentamento Estadual, respectivamente.

Do ponto de vista da sua distribuição geográfica dentro do município eles encontram-se distantes tanto uns dos outros quanto da sede do município na cidade. A distribuição espacial interna dos lotes, dentro dos assentamentos, também apresenta problemas, pois ela não foi planejada no sentido de estimular a prática de ações coletivas.

Com relação à produção agrícola ela ocupa 43% da área total dos assentamentos. Essa porcentagem de área é ocupada basicamente com a produção de cana, mandioca, algodão, milho, banana e capim napier. É marcante a presença de pastagens nos assentamentos destinados a prática da pecuária de leite. Com relação ao perfil da população assentada: escolaridade, faixa etária, tamanho e origem da família, sexo, cor e etnia, foi verificado que

as famílias assentadas possuem baixa escolaridade, apenas 6,6 anos de estudo em média e que a totalidade das escolas foi criada depois da implantação dos assentamentos.

A média de idade menos e mais elevada nos assentamentos do município esta compreendida entre 25 e 37 anos. A quase totalidade das famílias assentadas é originária do campo. Mais da metade das famílias tem seu tamanho médio abaixo da média nacional que é de 5 pessoas. A porcentagem de homens em relação às mulheres difere em apenas 8%, ou seja, o contingente populacional de homens e mulheres nos assentamentos é proporcional. Sua composição étnica é na sua totalidade formada por pessoas brancas e pardas.

## **9.2. Distribuição geográfica dos assentamentos no município de Teodoro Sampaio**

Segundo Silva, Fernandes e Valenciano (2006) na ausência de qualquer política governamental preestabelecida de desapropriações, a localização e o tamanho das áreas destinadas a assentamentos são aleatórias, visto que resultam de conflitos e processos reivindicatórios sobre propriedades que possuem tamanhos diferenciados, ver tabela 1.

A inexistência de uma política preestabelecida de desapropriações somada à grande extensão territorial do município trás para a população dos assentamentos dificuldades na organização de ações coletivas e como veremos mais adiante também trás dificuldades para a comercialização da produção.

De acordo com o IBGE o município de Teodoro Sampaio é considerado o oitavo maior município do Estado de São Paulo com uma extensão territorial de 1.560 (Km<sup>2</sup>), ver tabela 1.

**TABELA 1 – OS DEZ MAIORES MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM EXTENSÃO TERRITORIAL**

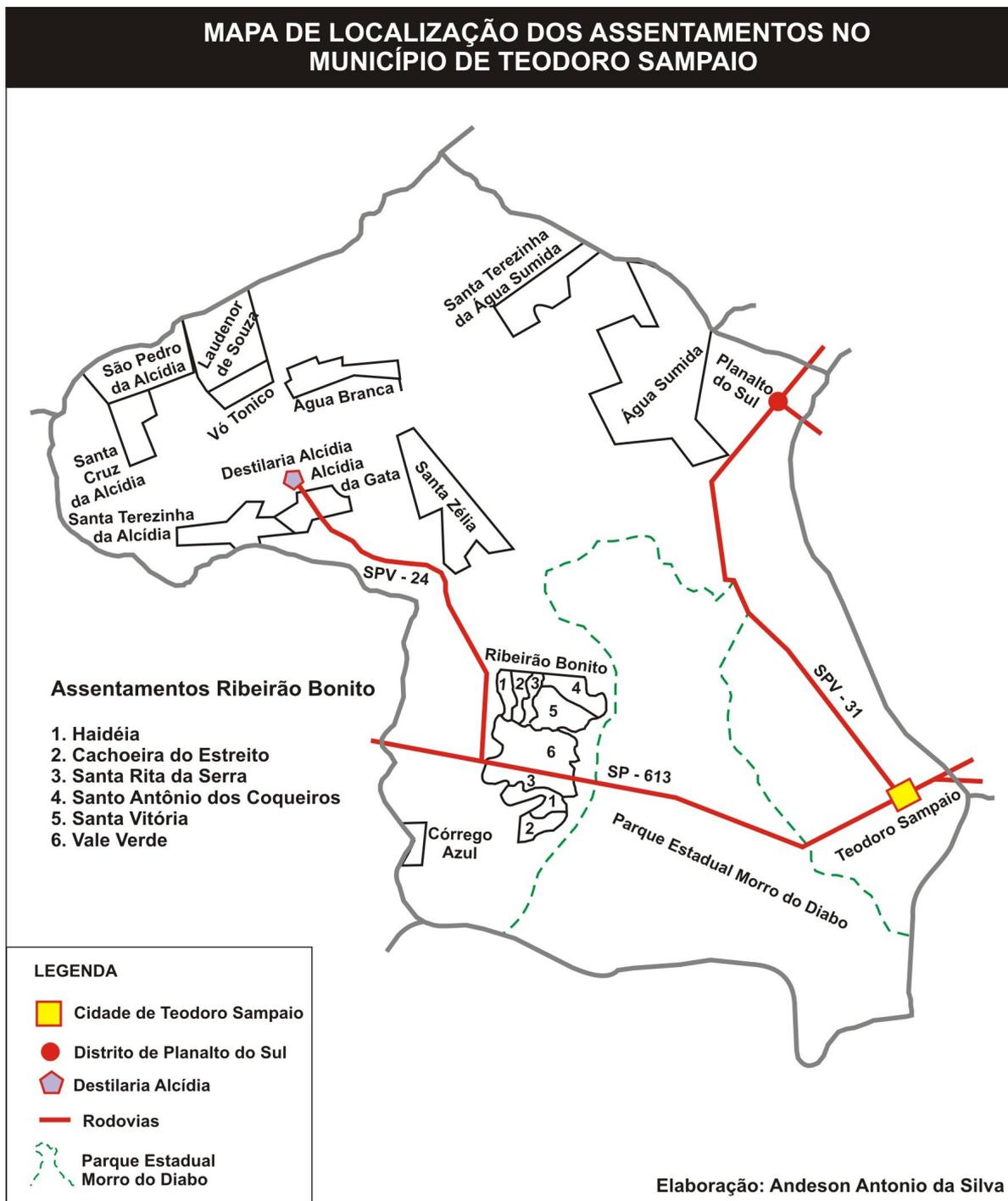
	<b>NOME DO MUNICÍPIO</b>	<b>EXTENSÃO TERRITORIAL EM KM<sup>2</sup></b>
1º	IGUAPE	1.973,9 Km <sup>2</sup>
2º	ITAPEVA	1.830,9 Km <sup>2</sup>
3º	ITAPETININGA	1.796,2 Km <sup>2</sup>
4º	ELDORADO	1.660,3 Km <sup>2</sup>
5º	CAPÃO BONITO	1.644,7 Km <sup>2</sup>

6°	RANCHARIA	1.588,7 Km <sup>2</sup>
7°	BARRETOS	1.568,0 Km <sup>2</sup>
<b>8°</b>	<b>TEODORO SAMPAIO</b>	<b>1.560,6 Km<sup>2</sup></b>
9°	SÃO PAULO	1.528,5 Km <sup>2</sup>
10°	BOTUCATU	1.486,4 Km <sup>2</sup>

**Fonte:** IBGE, 2000

São em meio a essa gigantesca área territorial que se encontram instalados os 19 assentamentos do município de Teodoro Sampaio. A distância tanto entre os assentamentos dentro da área do município e de cada assentamento em relação à sede do município são longas (**Ver figura 6**).

Figura 6



Fonte: Silva, Fernandes, Valenciano (2006)

Neste mapa não estão representados os assentamentos: PE Padre Josimo e PE Santa Edwiges, ambos criados no ano de 2003.

Os assentamentos Vale Verde e cachoeira do Estreito que são os assentamentos que se encontram localizado mais próximo distam a 22 km da sede do município e o Assentamento São Pedro da Alcídia/Padre Josimo,

considerado o mais distante encontra-se a 70 km da área urbana de Teodoro Sampaio. A cidade de Presidente Prudente, por exemplo, fica a 115 km do município de Teodoro Sampaio.

De acordo com a tabela 4 entre os anos de 1997 e 1998 foram implantados pelo INCRA e pelo ITESP 13 dos 19 projetos de assentamentos hoje existentes no município. Este valor corresponde a 65% do total de assentamentos implantados em Teodoro Sampaio no período.

**TABELA 4 – NÚMERO DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS E FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PERÍODO DE 1988 A 2003**

ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ÁREA	IMPLANTAÇÃO
PA ÁGUA SUMIDA	121	4.211	1988
PA LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	60	1.545	1997
PA CÓRREGO AZUL	9	227	1997
PE HAIDÉIA	27	868	1997
PE CACHOEIRA DO ESTREITO	29	868	1997
PE SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	23	485	1997
PE SANTA RITA DA SERRA	40	837	1997
PE SANTA VITÓRIA	27	516	1997
PE VALE VERDE	50	1.011	1997
PA SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	26	1.346	1998
PE ALCÍDIA DA GATA	19	462	1998
PE ÁGUA BRANCA I	29	630	1998
PE VÔ TONICO	22	551	1998
PA SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	50	1.345	1999
PE SANTA ZÉLIA	104	2.730	1999
PA SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	25	712	2000
PA SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRÉ JOSIMO	85	2.217	2002
PE FUSQUINHA	43	1.081	2003
PE SANTA EDWIRGES	25	684	2003
<b>TOTAL</b>	<b>814</b>	<b>22.326</b>	

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008

PA – Projeto de Assentamento Federal (INCRA)

PE – Projeto de Assentamento Estadual (ITESP)

**QUADRO 1 - TIPOLOGIA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE RA.**

	SIGLA	TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RA	MODALIDADE
1	AQ	Assentamento Quilombola	BENEFICIÁRIOS
2	PA	Projeto de Assentamento Federal	ATUAL GF

3	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	ATUAL GF
4	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	ATUAL GF
5	PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável	ATUAL GF
6	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	ATUAL EMP
7	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	ATUAL EMP
<b>8</b>	<b>PE</b>	<b>Projeto de Assentamento Estadual</b>	<b>ATUAL EMP</b>
9	PFP	Projeto Fundo de Pasto	ATUAL EMP
10	FLONA	Florestas Nacionais	BENEFICIÁRIOS
11	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	BENEFICIÁRIOS
12	RESEX	Reserva Extrativista	BENEFICIÁRIOS
13	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	BENEFICIÁRIOS
14	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	FORA DE VIGÊNCIA
15	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	FORA DE VIGÊNCIA
16	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	FORA DE VIGÊNCIA
17	PC	Projeto de Colonização Oficial	FORA DE VIGÊNCIA
18	PIC	Projeto Integrado de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, 2008.

Entre esses 19 projetos de assentamentos 12 deles são denominados PE - Projeto de Assentamento Estadual, ou seja, são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo e 7 deles são PA - Projetos de Assentamento Federal, sendo portanto de responsabilidade desta mesma esfera de poder. Com base nas informações contidas no quadro 2 de autoria de Silva, Fernandes e Valenciano (2006) apresentadas no quadro 2 quais são as principais características de cada um desses tipos de assentamentos.

#### QUADRO 2 – TIPOS E CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE TEODORO SAMPAIO

Nº	NOME	CARACTERÍSTICAS	SIGLA
1	<b>PROJETO DE ASSENTAMENTO FEDERAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OBTENÇÃO DA TERRA, CRIAÇÃO DO PROJETO E SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS É DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO ATRAVÉS DO INCRA;</li> <li>▪ APORTE DE RECURSOS DE CRÉDITO APOIO A INSTALAÇÃO E DE CRÉDITO DE PRODUÇÃO (PRONAF A E C) DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO;</li> <li>▪ INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (ESTRADAS DE ACESSO, ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA) DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO;</li> <li>▪ TITULAÇÃO (CONCESSÃO DE USO/TÍTULO DE PROPRIEDADE) DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO</li> </ul>	<b>PA</b>
3	<b>PROJETO DE ASSENTAMENTO ESTADUAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ OBTENÇÃO DA TERRA, CRIAÇÃO DO PROJETO E SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS É DE RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES FEDERATIVAS;</li> </ul>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ APORTE DE RECURSOS DE CRÉDITO E INFRA-ESTRUTURA DE RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES FEDERATIVAS SEGUNDO SEUS PROGRAMAS FUNDIÁRIOS;</li> <li>▪ HÁ A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APORTE DE RECURSOS RELATIVOS À OBTENÇÃO DE TERRAS, CRÉDITO APOIO À INSTALAÇÃO E PRODUÇÃO (PRONAF A E C) MEDIANTE CONVÊNIO;</li> <li>▪ HÁ A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO APORTE DE RECURSOS RELATIVOS À INFRA-ESTRUTURA BÁSICA;</li> <li>▪ O INCRA RECONHECE OS PROJETOS ESTADUAIS COMO PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA VIABILIZANDO O ACESSO DOS BENEFICIÁRIOS AOS DIREITOS BÁSICOS ESTABELECIDOS PARA O PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA;</li> <li>▪ TITULAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES FEDERATIVAS.</li> </ul>	<b>PE</b>
--	---	-----------

Fonte: Retirado do livro de Silva, Fernandes e Valenciano, 2006

### 9.3. Distribuição espacial interna dos assentamentos

A distribuição espacial interna dos lotes nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio não foi pensada no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades coletivas. Ou seja, da mesma maneira que a distância entre os assentamentos trás dificuldades para a organização de práticas coletivas - conforme citamos no tópico anterior - a forma com que a repartição da terra foi realizada dentro dos assentamentos também é um problema para a prática de ações coletivas.

Contudo, analisando as plantas dos 19 assentamentos do município notamos que certo padrão espacial é seguido. Esse padrão leva em consideração apenas o princípio da proporcionalidade geométrica, adotando um tipo de recorte territorial que não favorece o encontro das pessoas, o escoamento da produção, o encurtamento das distâncias entre as estradas e por essa razão acabou sendo popularmente apelidado pelos assentados de quadrado burro, **ver figura 01**.

Em 2003 durante a implantação do Projeto de Assentamento Estadual Fusquinha/Porto X foi colocada em prática em caráter experimental uma nova forma de organização do espaço interno dos assentamentos. Esta experiência

foi concebida a margem da lógica do quadrado burro e constitui-se na única experiência diferencial do município em termos de organização espacial com objetivo de aproximar as pessoas.

O isolamento produzido pelo tipo de recorte espacial pode ser considerado como **um dos pontos negativos** ao processo de desenvolvimento dos assentamentos do município. Via de regra a cooperação baseada na troca de dias de serviço pressupõe um amadurecimento coletivo do grupo e a criação de um ambiente propício a socialização de experiências. Estas trocas de experiências são extremamente importantes, mas são interrompidas com conquista da terra.

Tamanho é a problemática ligada à forma espacial adotada para realizar a divisão da terra que em alguns casos durante a realização das entrevistas percebemos que as famílias assentadas chegam a se confundir com relação ao setor ou do assentamento ou do próprio assentamento que pertencem. O Assentamento Ribeirão Bonito, por exemplo, é formado pela junção das glebas Cachoeira do Estreito (868 ha); Haidéia (485 ha); Santa Rita da Serra (462 ha); Santa Vitória (1.345 ha); Santo Antonio dos Coqueiros (712 ha) e Vale Verde (2.217 ha) contabilizando uma área total de 6.089 ha. Como o limite entre um assentamento e outro é muito tênue, às vezes demarcado por uma cerca e quando muito nem por isso esse tipo de confusão é corriqueiro.

No dia a dia as instituições que prestam assistência técnica nos assentamentos INCRA, ITESP, Prefeitura e ONG's do ponto de vista operacional necessitam fazer uso dessa leitura fragmentada do território, haja vista que pela extensão em questão ela acaba sendo necessária para distribuição de suas funções concernentes ao atendimento das famílias assentadas e de certa forma acabam reforçando ainda mais este tipo de divisão territorial.

Esta divisão espacial tem origens distintas e deve ser pensada dentro de conjunturas políticas distintas da luta pela terra no município. Alguns elementos dessa conjuntura como a espera em média de 4 a 5 anos debaixo de um barraco de lona a beiras das rodovias tendem a aumentar a tensão entre movimento socioterritorial e Estado. Este clima de tensão elimina etapas importantes ligadas ao amadurecimento de questões centrais com a distribuição das terras dos assentamentos, por exemplo.

Entediadas e ansiosas pelo seu pedaço de chão as famílias acampadas, mesmo participando, o que não é regra, do processo de discussão sobre como será realizada a distribuição das terras dos assentamentos, acabam aceitando as primeiras propostas de distribuição que lhe são apresentadas pelo Estado.

Por outro lado, o Estado interessado em assentar o maior número possível de famílias em um mesmo assentamento, otimizando ao máximo seus recursos, nem sempre pensa em longo prazo. O planejamento do espaço interno do assentamento pode trazer facilidades para prestação de assistência técnica, trocas de saberes, pode encurtar a distância das estradas que dão acesso entre os lotes do assentamento e com isso facilitar o escoamento da produção entre outras coisas. Todavia a realidade registrada em nossa dissertação é bem diferente.

Vale à pena destacar que todo processo de luta pela terra acontece em meio à criação de espaços de socialização política quem tem como objetivo a troca de experiências, amadurecimento de idéias e discussões de temas do interesse do coletivo de pessoas reunidas nos acampamentos. Todavia, todo esse acúmulo acaba esvaindo-se com a conquista da terra. Terra que é recortada para separar e não para unir e que produz como resultado o distanciamento entre as pessoas, fortalecendo o individualismo e conseqüentemente a figura da “propriedade privada do lote” ainda que esta não exista de fato.

É provável que se fossem implantados nos dias atuais os projetos de assentamento do município de Teodoro Sampaio adotariam outro tipo de repartição de suas terras feitas com base em algum modelo que mais se aproximasse da nova proposta de assentamento do MST denominada de Comunas da Terra<sup>14</sup> que propõem uma nova forma de divisão da terra, feitas em lotes menores, aproximando as famílias e estimulando com isso sua integração.

As Comunas da Terra representam uma nova opção de assentamento pensada para regiões próximas de grandes centros urbanos:

---

<sup>14</sup> Para saber mais sobre as Comunas da Terra ver dissertação de mestrado de GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios, Universidade de São Paulo, 2007

*A comuna da terra é elaborada com a proposta de ser uma forma de assentamento que haja infra-estrutura, acesso a informação, tecnologia etc. Em que haja também uma organização espacial que propicie uma maior centralidade. Enfim a comuna da terra é elaborada de forma a ter um caráter mais urbano que os assentamentos convencionais. No entanto ela não se enquadra com espaço urbano/rural a partir de impressões ou transições. Não constitui um espaço em transição do rural para o urbano. É um espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução do modo de vida camponês, e urbano, ou com elementos do urbano, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos (GOLDFARB, 2007, p. 9).*

A seguir apresentamos nas **figuras 1 e 2** o modelo em pizza ou também conhecido como raio-de-sol e o modelo de assentamento predominante no município que para efeitos de análise chamaremos de quadrado burro e o. A partir da comparação entre essas duas figuras é possível ter uma idéia de como a distribuição espacial pode surtir forte influência na prática de ações coletivas.

Para efeito de discussão no modelo proposto na (figura 01) sugerimos que os espaços dentro da área das UPC's sejam ocupados para fins de área de reserva permanente, construção de escolas, de silagem visando o armazenamento da produção, mini-agroindústrias, abrigo de tanques de expansão para resfriamento do leite e áreas de lazer entre tantos outros investimentos em infra-estrutura social que podem ser pensados para melhorar a qualidade de vida de uma UPC.

Em detrimento do modelo em pizza o quadrado burro dificulta o encontro das pessoas e conseqüentemente do desenvolvimento de práticas coletivas. Esse modelo ao levar em consideração apenas a proporção geométrica referente à divisão da gleba de terras em lotes acaba por desconsiderar a noção de comunidade. Apesar de habitarem um mesmo espaço ou área territorial as famílias que habitam as UPC's possuem heranças culturais e históricas diferenciadas que poderiam ser socializadas por meio de práticas coletivas.

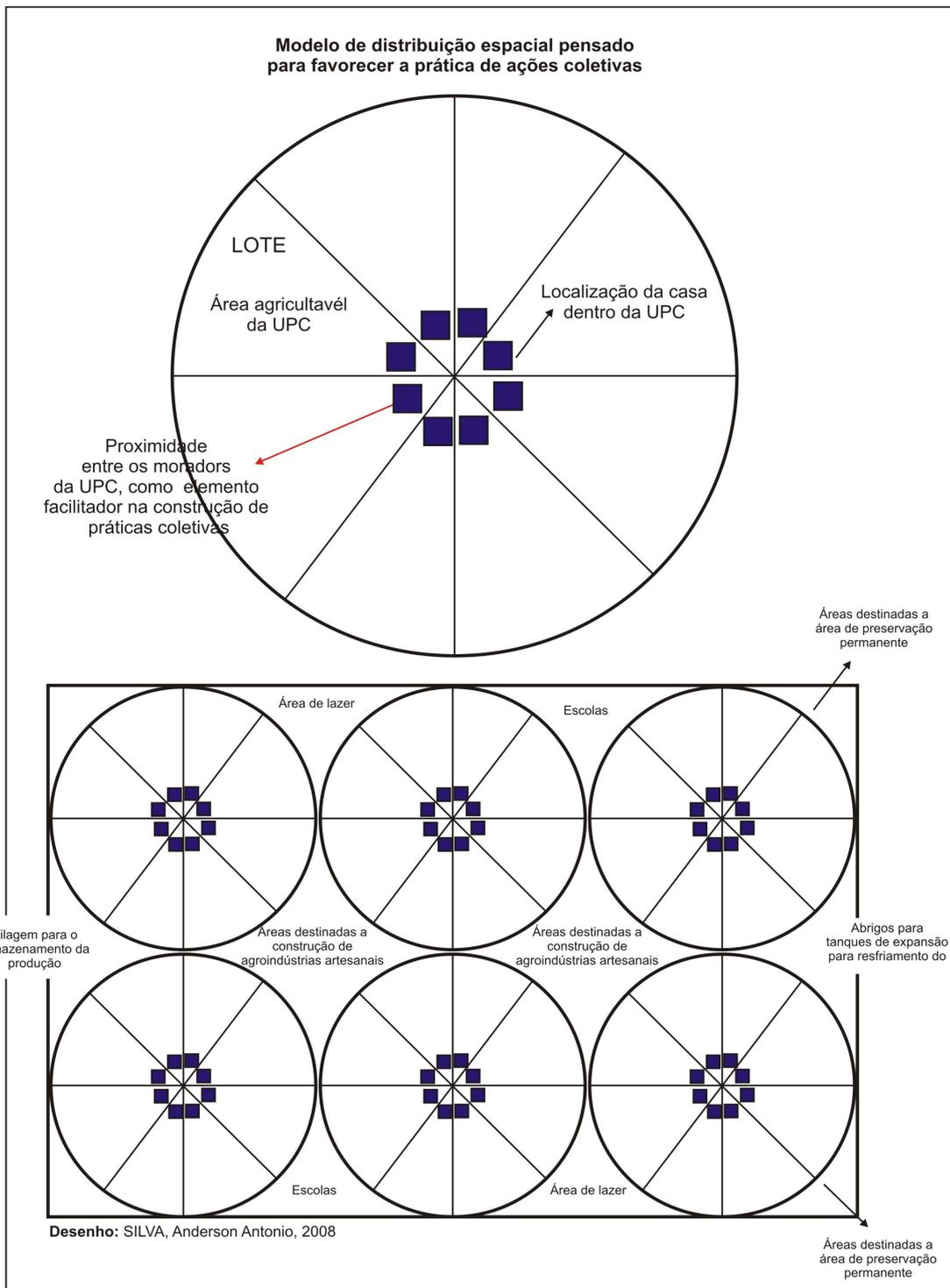
Embora não seja uma regra geral, qualquer que seja a ação pensada do ponto de vista do coletivismo teria maiores chances de obter sucesso, pois a

multiplicação de saberes pelo contato entre as famílias proporcionado pela proximidade. A proximidade entre as famílias pode facilitar o oferecimento de assistência técnica, a realização de cursos de capacitação e a circulação de informações relacionadas a todo tipo de ação pensada para o desenvolvimento das UPC's.

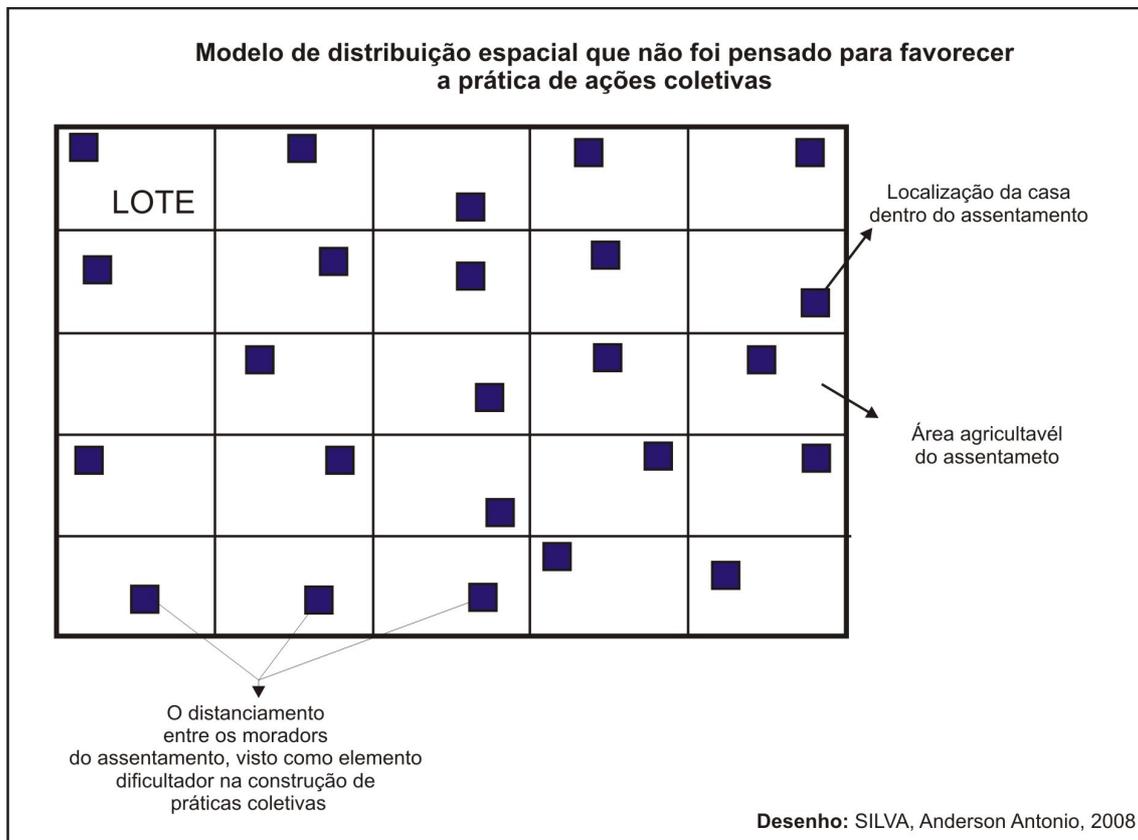
Além disso, o modelo em pizza do ponto de vista das ações do Estado pode promover a otimização de recursos, pois a política pública adquire maior alcance territorial, ou seja, consegue atender um número muito maior de pessoas.

Entretanto, o modelo de distribuição espacial baseado no quadrado burro não deve ser interpretado como um limite ao desenvolvimento das UTC's, pois são inúmeros os assentamentos no Brasil que foram criados a luz desse modelo, dos quais alguns inclusive se transformaram em assentamentos modelo.

**Figura 01 - Pizza – Modelo de distribuição espacial pensado para favorecer práticas coletivas**



**Figura 02 – Quadro Burro – Modelo de distribuição espacial que cria dificuldades ao desenvolvimento de práticas cooperativas**



#### 9.4. Tipos de uso do espaço interno dos assentamentos

A organização produtiva do espaço interno dos lotes dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio é feito basicamente a partir do cultivo da mandioca, cana, algodão, capim napier, milho, banana, abacaxi e área de pastagens destinada à pecuária de leite, ver tabela 3.

Também foi verificado o plantio de frutas, legumes e verduras todos cultivados de maneira dispersa dentro do lote. Com exceção do abacaxi e da banana os demais produtos hortifrutícolas são pouco plantados **(ver tabela 1)** e ocupam pequenas áreas **(ver tabela 1)**.

**TABELA 3 - PREDOMINÂNCIA DOS TRÊS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM ÁREA PLANTADA POR ASSENTAMENTO**

Nº.	NOME DO ASSENTAMENTO	PREDOMINÂNCIA	ÁREA PLANTADA	% ÁREA PLANTADA*
1º	ÁGUA BRANCA I	Mandioca, cana, capim napier	257,000	1
2º	ÁGUA SUMIDA	Mandioca, cana, capim napier	905,000	4
3º	ÁLCÍDIA DA GATA	Cana, milho e algodão	299,000	1
4º	CACHOEIRA DO ESTREITO	Mandioca, cana, algodão	325,000	1
5º	CÓRREGO AZUL	Mandioca, capim napier	188,000	1
6º	FUSQUINHA/PORTO X	Mandioca, milho, algodão	194,000	1
7º	HAIDEIA	Mandioca, milho, algodão	478,500	2
8º	LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	Mandioca, milho, capim napier	747,500	3
9º	SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	Cana, mandioca, milho	490,000	2
10º	SANTA EDWIRGES	Mandioca, milho, algodão	215,000	1
11º	SANTA RITA DA SERRA	Mandioca, algodão, capim napier	583,500	3
12º	SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	Mandioca, milho, capim napier	530,000	2
13º	SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	Cana, mandioca, abacaxi	574,500	3
14º	SANTA VITÓRIA	Cana, mandioca, algodão	472,500	2
15º	SANTA ZÉLIA	Cana, mandioca, banana	1.491,500	7
16º	SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	Mandioca, algodão, cana	353,500	2
17º	SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	Mandioca, banana, algodão	660,000	3
18º	VALE VERDE	Mandioca, banana, algodão	723,500	3
19º	VÔ TONICO	Mandioca, cana, abacaxi	102,500	0,46
	<b>ÁREA PLANTADA</b>		<b>9.590,500</b>	<b>43</b>
	<b>ÁREA TOTAL DOS 19 PA's</b>		<b>22.326,000</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco de Dados do RIST, 2005

\* O cálculo da porcentagem da área plantada por assentamento foi realizado com base na área total dos 19 PA's.

Esses produtos agrícolas ocupam apenas 43% da área total dos assentamentos<sup>15</sup> que é de 22.326 hectares. Em porcentagem é de 14% o valor do número de produtores que plantam mandioca, 13% dos que plantam banana, 12% acerola, 11% abacaxi, 10% cana, 9% abóbora, 7% Capim napier, 6% milho, 5% melancia, 4% café, 3% algodão, 3% feijão, 2% mamona e 0,1% de arroz , ver tabela 4.

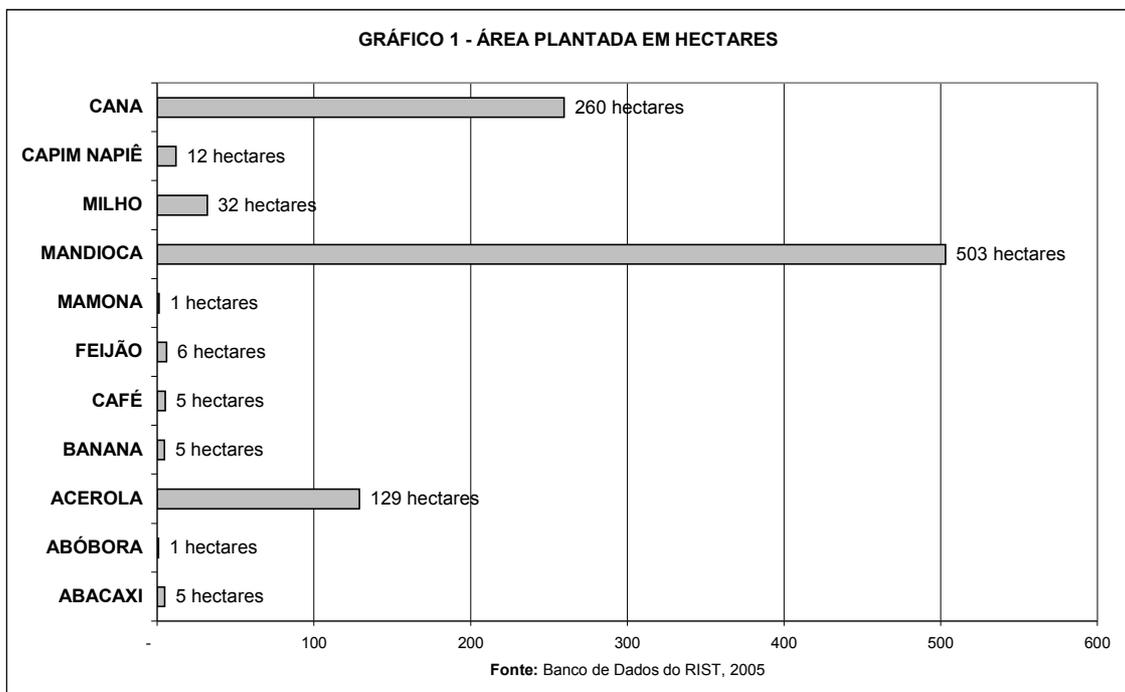
Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, Santa Zélia, São Pedro da Alcídia/Padre Josimo e Vale Verde são os Assentamentos com maior área plantada. **A comparação entre as tabelas de predominância dos três produtos e área ...**

<sup>15</sup> Estamos nos referindo ao total da área plantada nos 421 lotes dos 19 assentamentos pesquisados

**TABELA 4 – PORCENTAGEM DA ÁREA PLANTADA POR ASSENTAMENTO**

NOME DO ASSENTAMENTO	ÁREA PLANTADA POR ASSENTAMENTO	% EM RELAÇÃO A ÁREA TOTAL DOS 19 PA'S
ÁGUA BRANCA I	257,000	1
ÁGUA SUMIDA	905,000	4
ÁLCÍDIA DA GATA	299,000	1
CACHOEIRA DO ESTREITO	325,000	1
CÓRREGO AZUL	188,000	1
FUSQUINHA/PORTO X	194,000	1
HAIDEIA	478,500	2
LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	747,500	3
SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	490,000	2
SANTA EDWIRGES	215,000	1
SANTA RITA DA SERRA	583,500	3
SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	530,000	2
SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	574,500	3
SANTA VITÓRIA	472,500	2
SANTA ZÉLIA	1.491,500	7
SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	353,500	2
SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	660,000	3
VALE VERDE	723,500	3
VÔ TONICO	102,500	0,46
<b>ÁREA PLANTADA</b>	<b>9.590,500</b>	<b>43</b>
<b>ÁREA TOTAL DOS 19 PA's ASSENTAMENTOS</b>	<b>22.326,000</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco de Dados do RIST, 2005



Em área plantada 503 hectares encontram-se ocupados com plantio de mandioca, 260 com cana, 129 com acerola, 32 de milho, 12 de capim napier, 6 com feijão, 5 com abacaxi, 5 de banana e 5 de café, 1 de abóbora e 1 de mamona, totalizando uma área plantada de 9.590.500 hectares, **ver gráfico 1**.

Com relação à pecuária leiteira, embora não seja possível chegar-se a um valor exato, subtraindo-se o equivalente a 1.000 mil hectares da área total dos assentamentos (destinada à construção da casa e formação de hortas no seu entorno) e descontando-se o valor da área ocupada com produção agrícola é possível ter uma idéia aproximada área ocupada com pastagem.

Ou seja, seguindo essa linha de raciocínio estima-se que a área ocupada com pastagem seja aproximadamente de 56% da área total dos assentamentos. Esse valor confirma a subordinação do campesinato ao agronegócio do leite, sobretudo se levarmos em consideração que a pecuária leiteira tem sido utilizada nos assentamentos como uma das suas principais estratégias produtiva. Essa informação também chama atenção para a força que o agronegócio do leite tem dentro dos assentamentos que é pouco ou quase nada debatido quanto tomamos como referencia o agronegócio da cana.

Embora não tenha sido possível reunir estatísticas sobre o peso que a participação do leite<sup>16</sup> produzido nos assentamentos tem para o agronegócio do leite na região, para futuras investigações, lançamos mão da hipótese que o leite dos assentamentos é responsável pelo abastecimento de parte dos laticínios da região

Considerando-se as informações extraídas das cartas do IBGE 1:250.000, edições 1979/80 atualizadas com base nas imagens de satélite (LANDSAT TM5, 1997), conforme já apresentamos no item caracterização física do município e região, o uso das terras no município de Teodoro Sampaio é constituído principalmente por áreas ocupadas com pastagem, agricultura e matas. Essa informação reforça a presença marcante das pastagens no município.

É de 39% a média nacional de áreas ocupadas com pastagem em assentamentos. Analisadas individualmente cada uma das regiões utilizadas para o cálculo da média, verificou-se que a região do Sudeste do PA com 7% é a região ocupada com menor área de pastagens. No Sul da BA a área ocupada

---

16

com pastagens é de 31%, no Sertão do CE de 64%, no Entorno DF de 17%, no Oeste de SC de 51% e na Zona da Cana NE de 66%.

Todavia, o SAF – Sistemas Agroflorestais<sup>17</sup> terminologia criada originalmente pelo Suiço Ernst Götsch que têm como princípio o uso de técnicas alternativa de uso da terra, difundida no Brasil pela Embrapa<sup>18</sup> na década de 1990, devem ser utilizados com cautela para se referir ao tipo de uso e exploração que é feito no interior dos lotes das 19 UPC's do município de Teodoro Sampaio.

As técnicas alternativas propostas no âmbito do SAF tem como objetivo proporcionar um rendimento sustentável ao longo do tempo, introduzindo espécies anuais nos primeiros anos, seguidas de frutíferas semi-perenes e perenes e por fim as madeiráveis, as quais podem ainda ser consorciadas com animais em uma mesma área.

Neste sentido, com exceção das UPC's que são atendidas pela ONG IPÊ<sup>19</sup> – Instituto de Pesquisas Ecológicas que desenvolve o Projeto Café com Floresta em lotes localizados no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo, incentivando agricultores a plantarem árvores nativas entre as suas culturas anuais, à maioria dos 421 lotes visitados entre as 19 UPC's estudadas com raras exceções estão fazendo a articulação e consorciamento propostos no âmbito do SAF.

Os modestos 43% da área total dos assentamentos ocupados com produtos agrícolas deixam claro que o uso interno do espaço do lote ainda é predominantemente ocupado pela pastagem, utilizada como principal fonte de alimento para a bovinocultura de leite. Ou seja, embora as unidades de produção possam potencial para se transformarem em SAF's ainda são bastante prematuras para serem classificadas como tal.

Além da área do lote ocupada com a produção agrícola e pecuária também temos a fração do lote destinada a construção das casas que na sua

---

<sup>17</sup> É um sistema que reúne as culturas agrícolas com as culturas florestais, resultantes da prática de estudo da [agrossilvicultura](#).

<sup>18</sup> Na década de 1990 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deu início na Amazônia em uma série de pesquisas e transformou a maioria dos seus centros localizados nesta região em centros de pesquisa em sistemas agroflorestais.

<sup>19</sup> Mais informações sobre o Instituto de Pesquisas Ecológicas podem ser obtidas em: [www.ipe.org.br](http://www.ipe.org.br)

maioria 77% são construídas de tijolos. Em nenhuma das 19 UPC's é adotado o sistema de agrovila.

**TABELA 6 - ASSENTAMENTOS RURAIS - ÁREA DOS LOTES E DOS ASSENTAMENTOS**

Nº.	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS	ÁREA	TAMANHO MÉDIO DOS LOTES
1º	Água Branca I	29	4.211	35
2º	Água Sumida	121	1.545	26
3º	Alcídia da Gata	18	227	25
4º	Cachoeira do Estreito*	29	868	32
5º	Fusquinha/Porto X	43	868	30
6º	Haidéia*	27	485	21
7º	Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	60	837	21
8º	São Pedro da Alcídia/Padre Josimo	96	516	19
9º	Santa Cruz da Alcídia	25	1.011	20
10º	Santa Edwirges	25	1.346	52
11º	Santa Rita da Serra*	40	462	24
12º	Santa Terezinha da Água Sumida	48	630	22
13º	Santa Terezinha da Alcídia	26	551	25
14º	Santa Vitória*	27	1.345	28
15º	Santa Zélia	104	2.730	26
16º	Santo Antonio dos Coqueiros*	23	712	28
17º	Vale Verde*	50	2.217	26
18º	Vô Tonico	19	811	48
19º	Córrego Azul	9	432	10
	<b>Total</b>	<b>819</b>	<b>21.804</b>	

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2005

\* A reunião dos assentamentos com asterisco formam o assentamento Ribeirão Bonito

## 9.5. Perfil da população assentada

### Tamanho da família

Predominantemente vivem e trabalham nos lotes famílias nucleares, ou seja, casal com filhos. Agrupamos as famílias assentadas dos 19 assentamentos do município de Teodoro Sampaio em 12 grupos. Para criação desses grupos utilizamos como referência o tamanho das famílias Nossa idéia com a criação destes grupos foi a de mapear o tamanho da estrutura familiar dos assentamentos do município, checando a disponibilidade de força de trabalho em cada um dos lotes visitados **(ver tabela 1)**.

Com base na **(tabela 1)** extraída do Relatório do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO de Guanzioli e Cardim (2000 p. 63) a média entre o

tamanho das famílias nas cinco grandes regiões brasileiras oscila de 4,3 a 2,9. Na região sudeste esta oscilação esta entre 4,1 e 2,8, ou seja, encontra-se bem próxima da média nacional. Usando essa linha de raciocínio, com 40% de famílias com quatro ou até 5 pessoas **(ver tabela 1)** pode-se dizer que pouco menos da metade do contingente populacional dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio encontram-se próximos tanto da média nacional quanto da média calculada para os Estados que compõem a região Sudeste.

Analisadas por assentamento essas informações, verificamos que os assentamentos: Água Sumida e Santa Zélia são os com maior número de famílias de quatro a cinco pessoas. Os assentamentos Santa Terezinha da Água sumida e São Pedro da Alcídia Padre Josimo são os assentamentos com maior número de pessoas situadas entre as categorias de uma até três pessoas **(tabela 1)**.

**TABELA 1 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS POR ESTABELECIMENTO, SEGUNDO OS TIPOS FAMILIARES**

PESSOAL OCUPADO	TIPOS	REGIÕES / BRASIL					
		Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Número de Pessoas Ocupadas por Estabelecimento	A	4,9	4,2	5,1	4,1	3,9	<b>4,3</b>
	B	4,0	3,6	4,3	3,4	3,3	<b>3,7</b>
	C	3,5	3,3	3,8	3,2	2,9	<b>3,4</b>
	D	2,9	3,0	3,5	2,8	2,6	<b>2,9</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Elaboração: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO

Modificações feita pelo autor

**TABELA 1 - PORCENTAGEM DAS FAMÍLIAS POR GRUPOS DE TAMANHO**

GRUPOS DE TAMANHO DE FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS COM ESSE TAMANHO	VALOR EM %
1 pessoa	32	8
2 pessoas	60	14
3 Pessoas	76	18
<b>4 pessoas</b>	<b>88</b>	<b>21</b>
<b>5 pessoas</b>	<b>76</b>	<b>19</b>
6 pessoas	42	10
7 pessoas	34	8
8 pessoas	6	1
9 pessoas	3	1
10 pessoas	1	0,24
11 pessoas	2	0,48

<b>12 pessoas</b>	<b>1</b>	<b>0,24</b>
<b>TOTAL</b>	<b>421</b>	<b>100</b>

Fonte: Banco de Dados do RIST, 2005

**TABELA 1 - TAMANHO DAS FAMÍLIAS POR GRUPOS DE TAMANHO POR ASSENTAMENTO**

Nº	Assentamento	Tamanho Médio dos Lotes	Tamanho das famílias em número de pessoas por assentamento												Total	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
1º	Água Branca I	35	0	5	6	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	15
2º	Água Sumida	26	0	6	8	15	11	9	8	1	1	1	0	0	0	60
3º	Alcídia da Gata	25	0	0	0	2	3	1	2	1	0	0	0	0	0	9
4º	Cachoeira do Estreito*	32	1	2	2	3	7	0	1	0	0	0	0	0	0	16
5º	Fusquinha/Porto X	30	3	5	2	4	3	3	2	0	0	0	0	0	0	22
6º	Haidéia*	21	1	0	1	5	1	1	1	2	0	0	1	0	0	13
7º	Laudenor de Souza (Porto Alcídia)	21	4	3	4	7	8	1	2	0	2	0	0	0	0	31
8º	São Pedro da Alcídia/Padre Josimo	19	6	10	8	12	5	4	3	0	0	0	0	0	0	48
9º	Santa Cruz da Alcídia	20	1	3	1	3	3	1	1	0	0	0	0	0	0	13
10º	Santa Edwírges	52	3	1	2	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	14
11º	Santa Rita da Serra*	24	1	3	8	2	4	2	1	1	0	0	0	0	0	22
12º	Santa Terezinha da Água Sumida	22	5	4	4	6	3	2	1	0	0	0	0	1	0	26
13º	Santa Terezinha da Alcídia	25	0	1	1	2	3	3	3	0	0	0	0	0	0	13
14º	Santa Vitória*	28	1	1	4	4	1	2	1	0	0	0	0	0	0	14
15º	Santa Zélia	26	3	8	7	7	17	6	4	0	0	0	0	0	0	52
16º	Santo Antonio dos Coqueiros *	28	0	2	5	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	10
17º	Vale Verde *	26	2	1	6	8	3	3	2	0	0	0	0	0	0	25
18º	Vô Tonico	48	1	3	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	10
19º	Córrego Azul	10	0	2	3	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	8
<b>Valor absoluto</b>			<b>32</b>	<b>60</b>	<b>75</b>	<b>88</b>	<b>78</b>	<b>42</b>	<b>34</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>421</b>	
<b>Valor em %</b>			<b>8%</b>	<b>14%</b>	<b>18</b>	<b>21%</b>	<b>19</b>	<b>10%</b>	<b>8%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,20%</b>	<b>100</b>	

Fonte: Banco de Dados do RIST, 2005

## 9.6. Escolaridade

De maneira geral a escolaridade nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio ainda é baixa. É de 6,6 anos a média calculada com base nas 421 entrevistas realizadas nos 19 assentamentos do município. Observando individualmente a realidade de cada assentamento, nota-se que mesmo o assentamento Vale Verde considerado o com maior escolaridade o valor em anos de estudo não ultrapassam há oito anos **(quadro 1)**.

Parte expressiva 73% da população estudante entre as faixas de 5 a 9 e 10 a 14 anos não dão continuidade nos estudos, concluindo apenas o ensino fundamental de 1ª a 4 e de 5ª a 8ª. É de 60% o contingente populacional situado entre as faixas de 15 a 19 e 20 a 24 anos em idade escolar que não está estudando.

A porcentagem de pessoas cursando o ensino fundamental e médio<sup>20</sup> é de 74% e encontra-se assim distribuídos: fundamental de 1ª a 4ª série (32%) fundamental de 5ª a 8ª série (29%); médio do 1º ao 3º ano (13%). Nota-se uma diminuição da demanda do ensino médio em relação ao ensino fundamental e desse em relação ao ensino superior, ou seja, os estudantes não têm dado continuidade nos estudos. Essa realidade desafia as políticas públicas e seus gestores a elevarem o nível de escolaridade dos assentamentos rurais do município (ver tabela).

Apenas 29% das famílias entrevistadas estão freqüentando escola **(ver gráfico 1)**. Os assentamentos: Água Branca I, Córrego Azul, Santo Antonio dos Coqueiros e Vô Tônico são os assentamentos com o menor número de pessoas estudando **(ver tabela 1)**.

Dos 421 lotes visitados levantamos a escolaridade de um contingente populacional de 1.719 famílias assentadas das quais 115 delas ou 7% são analfabetas **(ver tabela 1)**. Também foi identificado 271 pessoas que manifestaram interesse em estudar e relataram não estarem o fazendo pela falta de um calendário escolar que se adaptasse ao calendário agrícola e a sua realidade, pois como precisam trabalhar no desenvolvimento das atividades do lote tem dificuldade de conciliar os horários das aulas com o trabalho.

Dos 19 assentamentos 21% deles conta com a presença de escolas. As escolas que perfazem esta porcentagem foram todas construídas depois da implantação dos assentamentos. De acordo com Leite et al. (2004, **p.?**) a média nacional de escolas em áreas com concentração de projetos de assentamentos, criadas depois da instalação do PA é de 75%, ou seja, a média de escolas implantadas nos assentamentos de Teodoro Sampaio, está bem abaixo da média nacional quando comparada com outras regiões brasileiras com concentração de projetos de assentamentos.

Por outro lado, como acabamos de relatar com a porcentagem de pessoas que estuda é baixa (apenas 29%) as vagas ofertadas seja nas escolas dos assentamentos, seja nas escolas da cidade tem sido em numero suficiente para atender as famílias assentadas. Em valores absolutos os 29% que

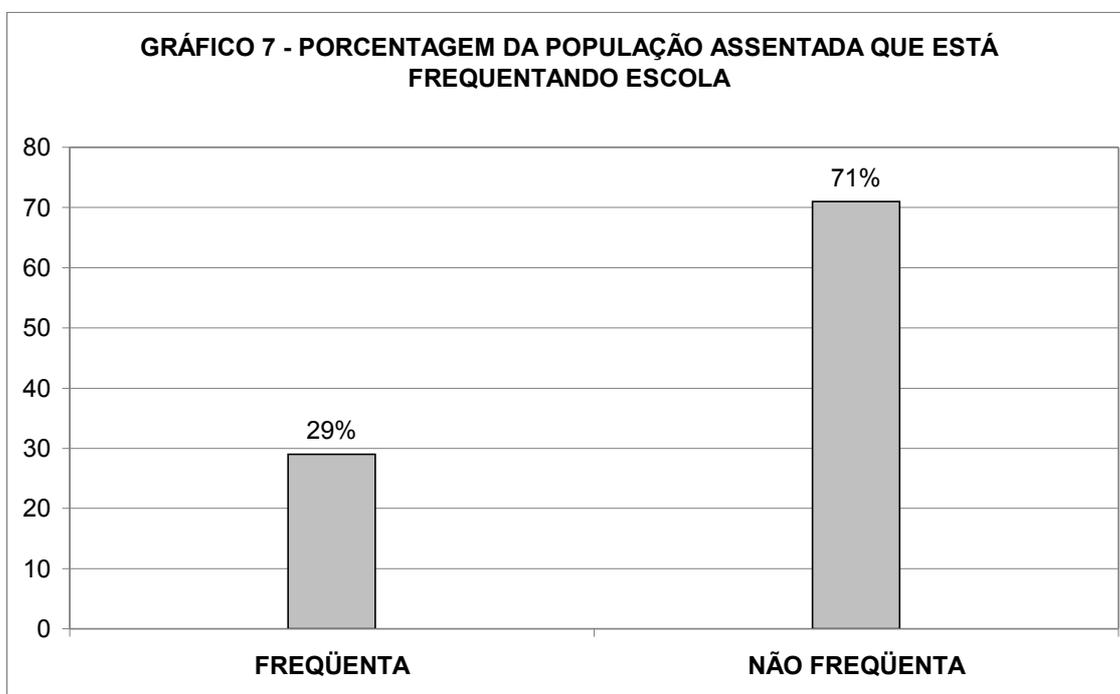
---

<sup>20</sup> Consultando os Diretores de ETC's - Escolas Técnicas Agrícolas da região, fomos informados que 31 jovens dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio estavam matriculados no curso de Técnico Agrícola oferecido no município de Rancharia.

estudam representam 503 pessoas. Deste montante 10% estudam no próprio assentamento, 13% em assentamentos vizinhos e 6% na cidade (ver tabela).

As faixas etárias de 25 a 29 anos, de 30 a 34 e de 35 a 39 perfazem um total de 164 pessoas é, portanto correspondem a mais da metade da população não estudante que pretende voltar a estudar (ver tabela).

Por serem relativamente novas as escolas dos assentamentos, sua infra-estrutura ainda encontra-se em processo de consolidação. Todavia, mesmo sendo escolas novas, relativizando suas condições de infra-estrutura com as escolas da cidade notamos que as diferenças não são tão acentuadas.



Fonte: RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais, 2005.

**TABELA 1 – NÚMERO DE PESSOAS POR ASSENTAMENTO QUE ESTÃO FREQUENTANDO ESCOLA**

<b>ESCOLARIDADE POR PA</b>	<b>FREQUENTA</b>	<b>NÃO FREQUENTA</b>	<b>TOTAL</b>
ÁGUA BRANCA I	10	38	48
ÁGUA SUMIDA	83	205	288
ÁLCÍDIA DA GATA	13	38	51
CACHOEIRA DO ESTREITO	23	42	65
CÓRREGO AZUL	8	20	28
FUSQUINHA/PORTO X	26	56	82
HAIDEIA	18	51	69
LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	38	90	128
SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	20	30	50
SANTA EDWIRGES	14	33	47
SANTA RITA DA SERRA	20	66	86
SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	30	65	95
SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	19	48	67
SANTA VITÓRIA	19	36	55
SANTA ZÉLIA	69	148	217
SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	8	35	43
SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	49	119	168
VALE VERDE	32	69	101
VÔ TONICO	4	27	31
<b>TOTAL</b>	<b>503</b>	<b>1.216</b>	<b>1.719</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

**TABELA 1 – POPULAÇÃO ASSENTADA ANALFABETA POR FAIXA ETÁRIA**

<b>POPULAÇÃO ANALFABETA POR FAIXA ETÁRIA</b>	<b>Nª</b>	<b>%</b>
15 A 19 ANOS	0	1
20 A 24 ANOS	0	2
25 A 29 ANOS	1	2
35 A 39 ANOS	2	9
40 A 44 ANOS	2	14
45 A 49 ANOS	10	19
50 A 54 ANOS	16	10
55 A 59 ANOS	22	16
60 A 64 ANOS	12	11
65 A 69 ANOS	18	17
70 A 74 ANOS	13	1
75 OU MAIS	19	2
<b>Nª TOTAL DE PESSOAS ANALFABETAS*</b>	<b>115</b>	<b>7</b>
<b>POPULAÇÃO TOTAL</b>	<b>1.719</b>	<b>93</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

\*Valor total da taxa de analfabetismo nos assentamentos do município.

### 9.7. Idade média da população assentada por assentamento

A média global calculada com base na idade das 421 famílias entrevistadas nas 19 UTC's do município é de 31 anos, oscilando entre 25 e 37 anos de idade entre os assentamentos com média mais baixa e mais elevada. O resultado desta média pode ser atribuído principalmente aos filhos que residem nos lotes com seus pais e deve ser interpretada com muita cautela.

Durante a pesquisa de campo conversando com os pais e mães e em algumas situações com os próprios filhos, aferimos que a população jovem que contribui para a baixa do cálculo da média, pela falta de políticas que lhes ofereçam condições e oportunidades, não manifestas quando argüidas grandes perspectivas de permanecer no assentamento.

Esta realidade torna imperativa a elaboração de políticas públicas destinadas a criar as condições necessárias para fixação da população jovem no campo recolocando para o poder público local a necessidade de criar vagas no ensino superior, condição que também contribuiria para elevação da média de escolaridade dos assentamentos.

**TABELA X - IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ASSENTADA POR ASSENTAMENTOS**

NOME DO ASSENTAMENTO		IDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ASSENTADA POR ASSENTAMENTO
1º	ÁLCÍDIA DA GATA	25
	SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	25
2º	SANTA EDWIRGES	26
3º	SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	27
	VÔ TONICO	27
4º	SANTA ZÉLIA	28
	SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	28
	LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	28
	FUSQUINHA/PORTO X	28
5º	SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	29
	SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	29
	CACHOEIRA DO ESTREITO	29
	HAI DÉIA	29
6º	CÓRREGO AZUL	30
	SANTA RITA DA SERRA	30
7º	ÁGUA SUMIDA	33
	ÁGUA BRANCA I	33
8º	SANTA VITÓRIA	36
9º	VALE VERDE	37

### 9.8. Idade média da população assentada por assentamento, segundo faixa etária

Utilizando a metodologia do IBGE como referência para definição de população jovem, verificamos que nos assentamentos a população compreendida entre 15 e 24 anos é de 19% ou de 332 pessoas, conforme pode ser verificado na tabela X.

Com base nesta mesma tabela, nota-se que boa parte das faixas etárias possui porcentagem equitativa. Não há nenhuma faixa populacional com elevada concentração de pessoas. Tanto a população de 0 a 39 anos de idade quanto à população entre 40 e 69 anos mantém proximidade nas suas porcentagens, revelando diversidade etária entre as famílias dos assentamentos. Esta diversidade etária deve ser considerada como um ponto positivo, pois cria facilidades para a gestão pública criar políticas capazes de contribuir com a fixação principalmente dos jovens no campo. Embora 47% da população estejam concentra entre as faixas de 0 a 24 anos, analisadas individualmente esse percentual mantém um desvio padrão de apenas 1,7% entre cada uma das faixas deste intervalo.

**TABELA 2 - POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA**

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
0 A 4 ANOS	124	7
5 A 9 ANOS	172	10
10 A 14 ANOS	190	11
15 A 19 ANOS	171	10
20 A 24 ANOS	161	9
25 A 29 ANOS	138	8
30 A 34 ANOS	133	8
35 A 39 ANOS	126	7
40 A 44 ANOS	89	5
45 A 49 ANOS	99	6
50 A 54 ANOS	85	5
55 A 59 ANOS	87	5
60 A 64 ANOS	48	3
65 A 69 ANOS	46	3
70 A 74 ANOS	21	1
75 OU MAIS	29	2
<b>TOTAL</b>	<b>1.719</b>	<b>100</b>

## 9.9. Origem

Mais da metade das famílias assentadas responderam que já moraram no campo parte de suas vidas. Esses dados refletem a conjuntura e o contexto político da luta desenvolvida pelo MST na região. Atualmente conversando com as próprias lideranças do movimento a informação que se tem é que atualmente embora não seja uma regra geral, é muito mais comum encontrar nos assentamentos pessoas de origem urbana, ou seja, que nasceram na cidade e nela residiram até irem para o acampamento.

**TABELA 5 - LOCAL ONDE MORAVA QUANDO NASCEU, SEGUNDO NÚMERO TOTAL DE LOTES VISITADOS**

<b>LOCAL ONDE MORAVA QUANDO NASCEU</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
MORAVA NO CAMPO	364	87
MORAVA NA CIDADE	55	13
NÃO INFORMADO	2	0,5
<b>TOTAL</b>	<b>421</b>	<b>100</b>

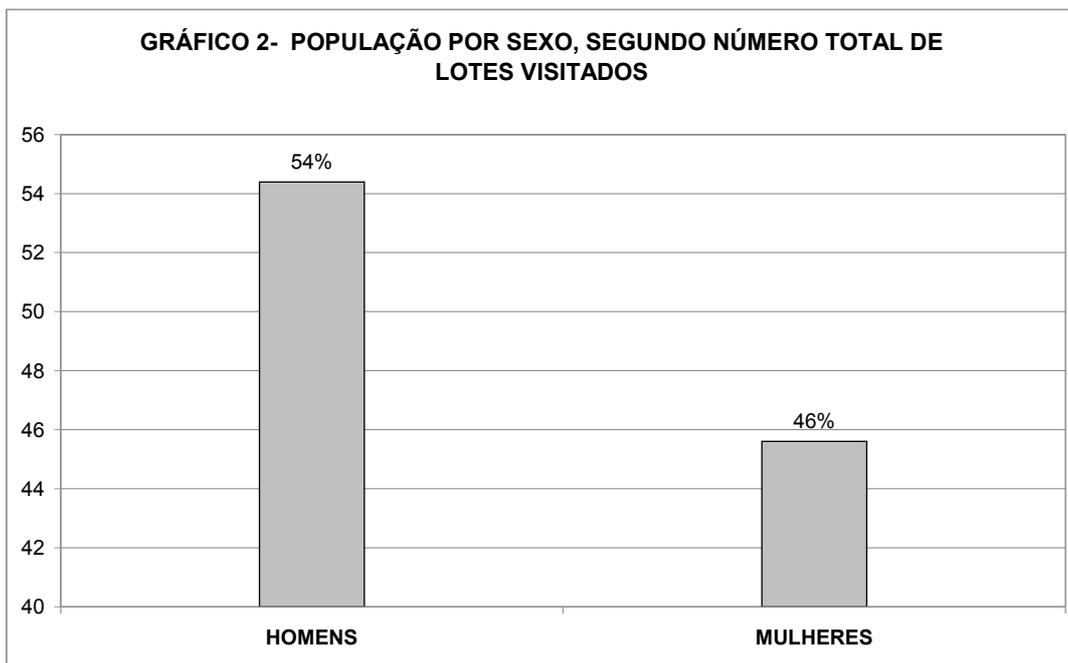
## 9.10. Sexo por faixa etária, cor e etnia

Vista do ponto de vista da igualdade de gênero, considerando é claro que as mulheres possam participar das decisões sobre o processo de desenvolvimento dos assentamentos, a estrutura populacional das UTC's apresentam dados bastante interessantes. Do seu total 54% das famílias são compostas por homens e 46% são mulheres, ou seja, é de apenas 8% a diferença entre a população feminina em relação à masculina.

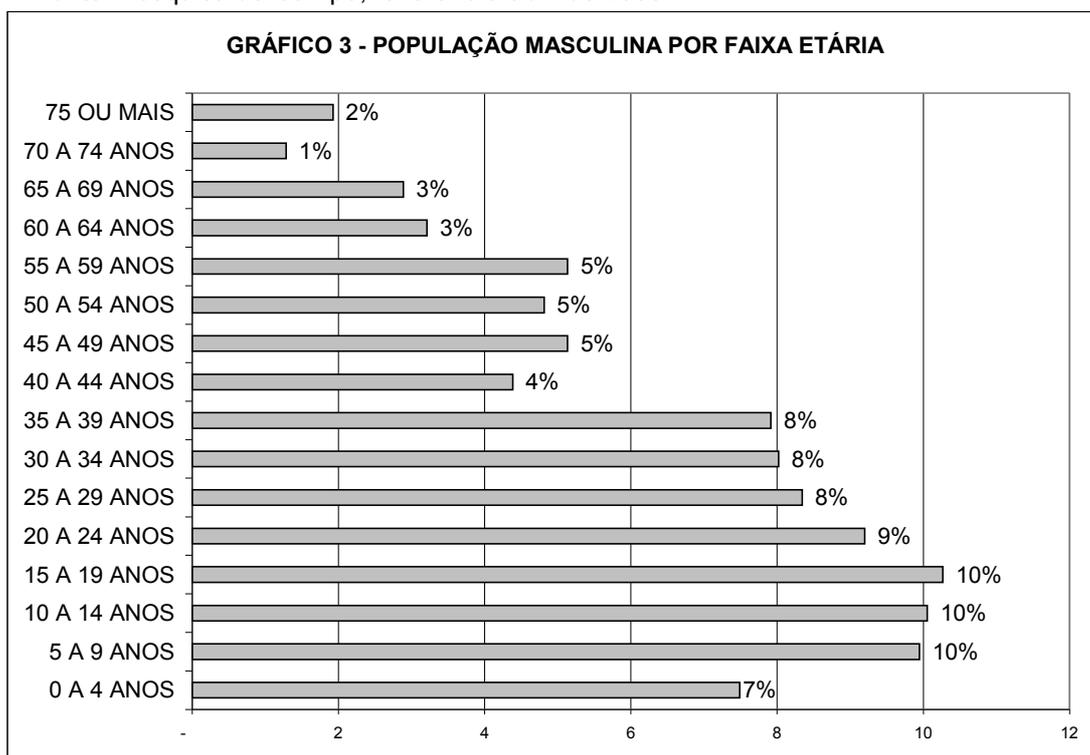
Os Projetos de Assentamentos Água Branca, Santa Edwirges, Santa Rita da Serra, Santa Terezinha da Água Sumida e Santa Zélia são os com maior diferença em números absolutos entre a população de homens e mulheres. Nos demais assentamentos essa diferença é menos acentuada.

Analisando estes dados por faixa etária notamos que a população jovem dos assentamentos é predominantemente feminina. Com base nos **gráficos 3 e 4** verificamos que 39% da população masculina concentram-se entre as

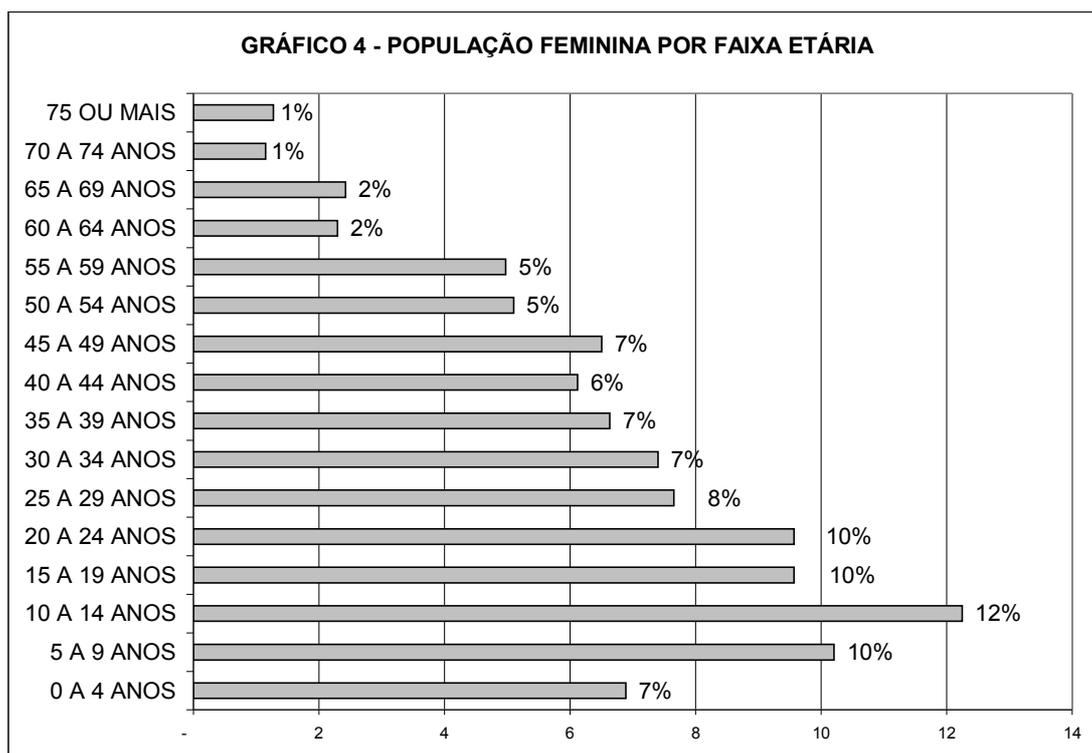
faixas etárias de 5 até 24 anos. É de 42% neste mesmo intervalo de faixa o valor da população feminina.



Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.



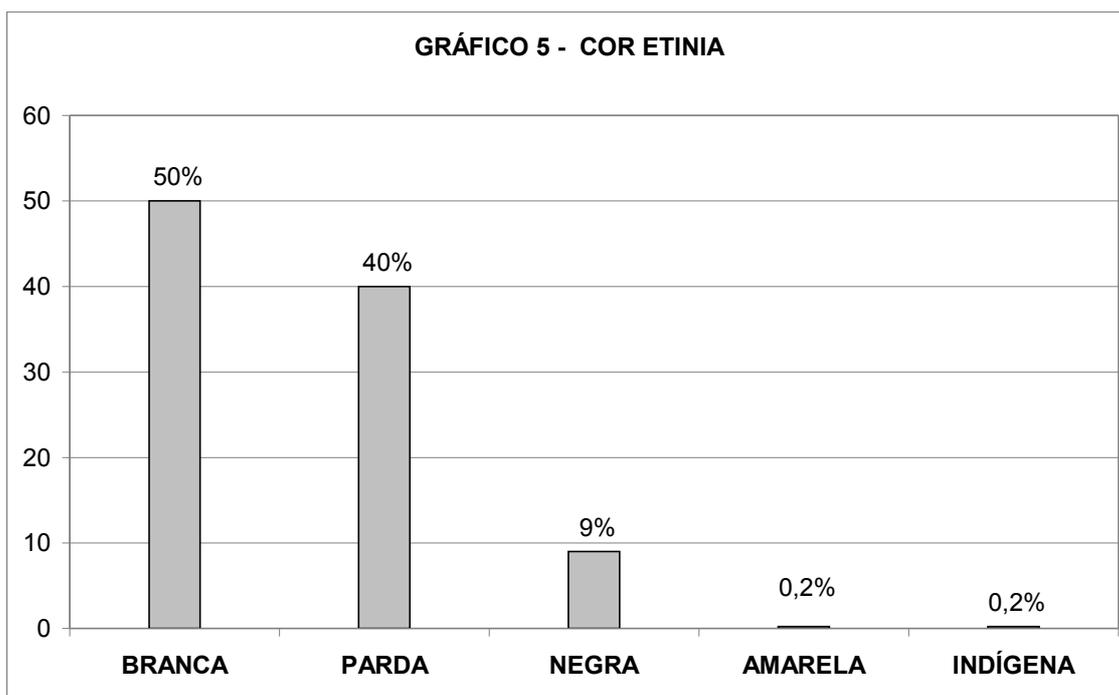
Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

Analisando esta mesma realidade cruzando agora a faixa etária, com o tipo de cor e etnia percebemos que 48% e 41% da população assentada masculina se autodenominam como branca e parda, respectivamente, sendo a população assentada feminina Branca de 52% e parda de 39%.

O valor total da participação da população negra é de 9% (**gráfico 5**). Deste valor por sexo, conforme pode ser verificado nas (**tabelas 1 e 2**), 10% da população negra é masculina e 8% feminina. Também nas **tabelas 1 e 2** é possível observar que 23% da população negra é masculina e que 20% da população negra feminina concentra-se entre as faixas etárias de 5 até 24 anos.



Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

**TABELA 1 – COR E ETNIA DA POPULAÇÃO ASSENTADA MASCULINA**

HOMENS	BRANCA	%	PARDA	%	NEGRA	%	AMAREL A	%	INDÍGENA	%
0 A 4 ANOS	36	8	31	8	3	3	0	-	0	-
5 A 9 ANOS	48	11	41	11	4	4	0	-	0	-
10 A 14 ANOS	49	11	39	10	6	6	0	-	0	-
15 A 19 ANOS	55	12	34	9	7	7	0	-	0	-
20 A 24 ANOS	40	9	39	10	6	6	0	-	1	50
25 A 29 ANOS	28	6	40	10	9	9	1	25	0	-
30 A 34 ANOS	33	7	33	9	9	9	0	-	0	-
35 A 39 ANOS	33	7	31	8	9	9	1	25	0	-
40 A 44 ANOS	25	6	10	3	6	6	0	-	0	-
45 A 49 ANOS	24	5	18	5	6	6	0	-	0	-
50 A 54 ANOS	20	4	18	5	7	7	0	-	0	-
55 A 59 ANOS	23	5	14	4	9	9	1	25	1	50
60 A 64 ANOS	14	3	10	3	6	6	0	-	0	-
65 A 69 ANOS	13	3	12	3	2	2	0	-	0	-
70 A 74 ANOS	5	1	6	2	1	1	0	-	0	-
75 OU MAIS	6	1	5	1	6	6	1	25	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>452</b>	<b>100</b>	<b>381</b>	<b>100</b>	<b>96</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

**TABELA 2 – COR E ETNIA DA POPULAÇÃO ASSENTADA FEMININA**

MULHERES	BRANCA	%	PARDA	%	NEGRA	%	AMAREL A	%	INDÍGENA
----------	--------	---	-------	---	-------	---	-------------	---	----------

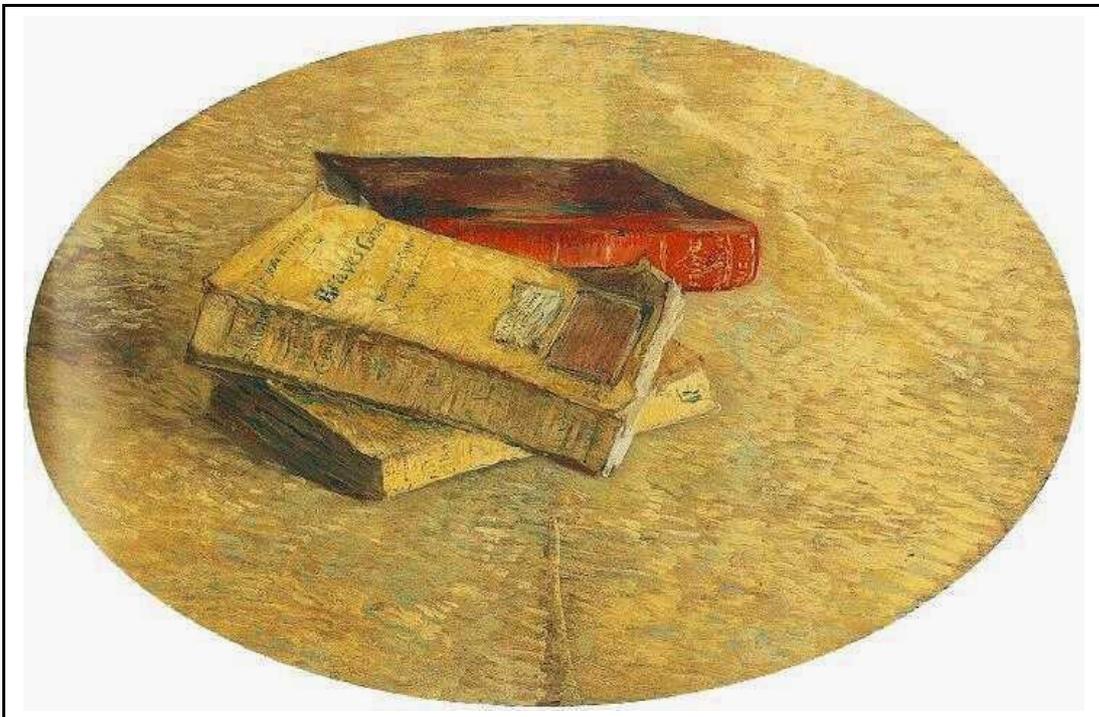
0 A 4 ANOS	23	6	27	9	4	6	0	-	0
5 A 9 ANOS	38	9	38	12	4	6	0	-	0
10 A 14 ANOS	62	15	30	10	3	5	0	-	1
15 A 19 ANOS	42	10	25	8	8	13	0	-	0
20 A 24 ANOS	38	9	32	10	5	8	0	-	0
25 A 29 ANOS	27	7	27	9	5	8	0	-	0
30 A 34 ANOS	28	7	24	8	6	9	0	-	0
35 A 39 ANOS	38	9	12	4	2	3	0	-	0
40 A 44 ANOS	26	6	19	6	3	5	0	-	0
45 A 49 ANOS	27	7	21	7	3	5	0	-	0
50 A 54 ANOS	19	5	13	4	8	13	0	-	0
55 A 59 ANOS	19	5	16	5	4	6	0	-	0
60 A 64 ANOS	6	1	9	3	3	5	0	-	0
65 A 69 ANOS	10	2	7	2	2	3	0	-	0
70 A 74 ANOS	4	1	4	1	1	2	0	-	0
75 OU MAIS	4	1	4	1	3	5	0	-	0
<b>TOTAL</b>	<b>411</b>	<b>100</b>	<b>308</b>	<b>100</b>	<b>64</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro a abril de 2005.

**Dimensão**

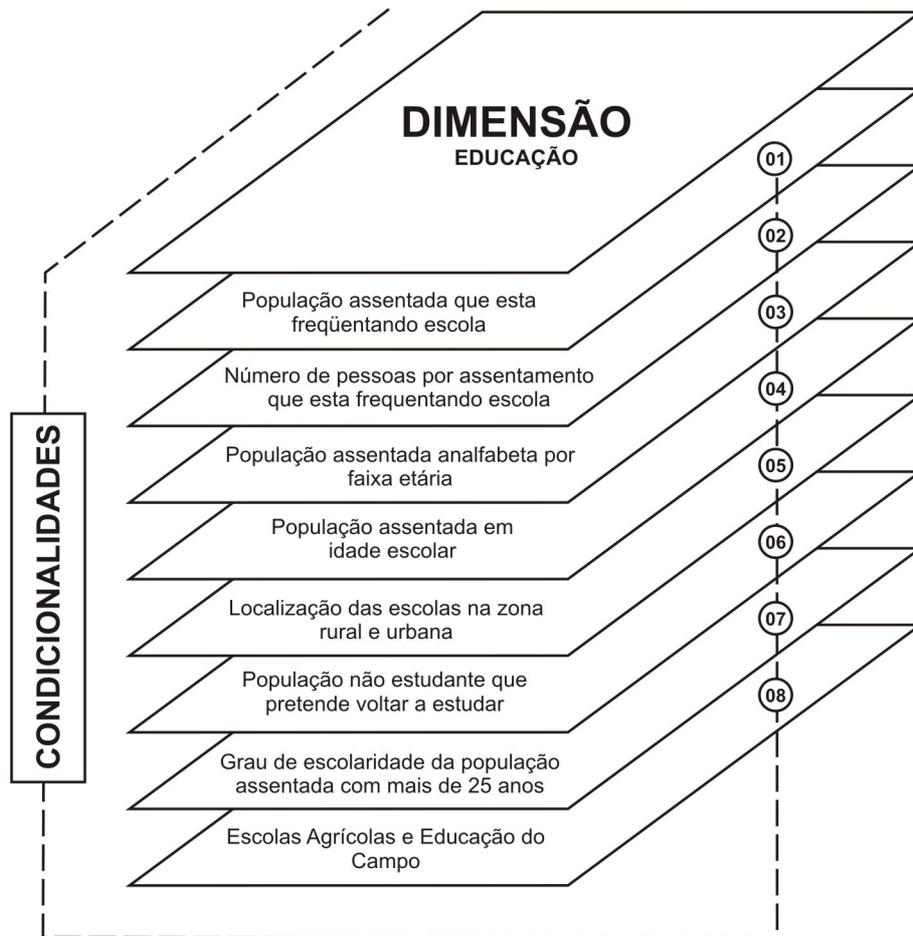
**10**

**EDUCAÇÃO**



*Van Gogh - Still Life with Three Books, 1887*

## ORGANOGRAMA - CONDICIONALIDADES DA EDUCAÇÃO



## 10. EDUCAÇÃO

As reivindicações para a instalação de escolas para os jovens nos assentamentos podem ser destacadas como uma das primeiras lutas na terra desenvolvida pelas famílias assentadas. Das 421 entrevistas realizadas nos 19 assentamentos que envolveram um contingente populacional de 1.719 pessoas, apenas 29% ou 503 estão estudando. Deste valor 180 pessoas ou 10% estudaram no próprio assentamento, 223 ou 13% em assentamentos vizinhos e 6% ou 100 pessoas nas escolas das cidades. O transporte entre as escolas dos assentamentos e as escolas da cidade é gratuito e 100% fornecido pela prefeitura.

Os níveis de ensino oferecidos nas escolas dos assentamentos do município estão acima da média nacional à medida que conseguem atender a população estudante de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª. Esta condição não é notada nas demais 6 regiões com concentração de assentamentos no país. Cabe ressaltar que isso não significa dizer que os ensinos de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª nos assentamentos do município encontram-se consolidados, tanto em termos de infra-estrutura quanto do ponto de vista do projeto pedagógico referente ao conteúdo ensinado nas escolas. O atendimento da população compreendida entre esses níveis de ensino é decorrente da baixa porcentagem de pessoas que estudam nos assentamentos conforme acabamos de informar acima.

Com relação às infra-estruturas das escolas dos assentamentos do município todas elas foram construídas depois da implantação dos assentamentos. A média nacional de escolas construídas ou criadas depois da implantação dos assentamentos é de 80% o que situa os assentamentos de Teodoro dentro do contexto nacional e deixa claro que a educação nos assentamentos ainda é bastante incipiente recobrando atenção especial das políticas públicas.

Proporcionalmente os assentamentos Água Sumida (205), Santa Zélia (148) e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo (119) são os com maior quantidade de pessoas que não estão estudando. Juntos contabilizam 472 pessoas que não estudam.

Verificamos que os assentamentos Água Sumida (83), Santa Zélia (69) e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo (49), também estão entre os assentamentos com maior número de pessoas que estudam criando, portanto um paradoxo. Analisando essas mesmas informações por faixa etária, nota-se que este paradoxo se deve ao fato destes assentamentos possuírem os maiores contingentes populacionais de população jovem situada entre (15 e 24 anos idade).

Das 1.719 pessoas que formam a população total para o plano amostral adotado, apenas 19% ou 332 pessoas estão entre as faixas etárias de 15 a 24 anos de idade. Todavia, se ampliarmos a análise considerando as faixas etárias situadas entre 5 e 24 anos, esse valor salta para 40% ou 694 pessoas. Todavia, esses dados dizem respeito apenas à composição populacional por faixa etária. Analisando dentro destas faixas de idade as pessoas que estudam temos a seguinte realidade. De 5 a 9 anos de idade 154 pessoas estudando ou 33%, de 10 a 14 (188 pessoas ou 40%) de 15 a 19 (99 pessoas ou 21%) e de 20 a 24 (24 pessoas ou 5%).

Fazendo esta mesma comparação para a população não estudante, nota-se que é de 60% o valor das pessoas que não estão estudando entre as faixas etárias de 15 a 19 e de 20 a 24 anos. Essa porcentagem revela que a população jovem que já concluiu o ensino fundamental e médio tem enfrentado dificuldades em dar continuidade nos estudos. Essa dificuldade é notada tanto no momento da transição entre o ensino fundamental para o ensino médio, quanto deste para o ensino superior. Ou seja, as populações jovens não têm dado continuidade nos seus estudos. Com base em entrevistas aferimos que muitos desses jovens interrompem seus estudos para trabalhar e ajudar na complementação da renda da família.

No período da pesquisa de 2005 a 2006<sup>21</sup>, o que pode ter gerado certa confusão para os entrevistados, não estava em funcionamento nos assentamentos do município nenhum curso de educação de jovens e adultos. Todavia, participando de reunião que contou com a presença dos Secretários Municipais de Educação dos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, lideranças do setor de educação do MST e professores do Departamento de Educação da UNESP de Presidente Prudente, tivemos a

---

<sup>21</sup> Pesquisa iniciada em fevereiro de 2005 e concluída em fevereiro de 2006.

oportunidade de assistir a segunda reunião de avaliação do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos desenvolvido no município com recursos do PRONERA no ano anterior.

Neste sentido, a confusão gerada no momento da entrevista com a pergunta sobre a existência de projetos de alfabetização para jovens e adultos em desenvolvimento prejudicou a verificação desta condicionalidade da realidade.

Continuando em nossas análises, verificamos que é de 7% o valor da população analfabeta nos assentamentos. Os maiores índices de analfabetismo estão concentrados entre as faixas etárias de 45 a 49; 50 a 54 e 65 a 69 anos de idade. Considerando-se que a idade média dos assentamentos em análise é de aproximadamente 10 anos, aferimos que as pessoas entre estas faixas etárias de idade já chegaram aos assentamentos analfabetos.

A partir de uma análise global das informações do Banco de Dados do RIST, notamos casos de pessoas que nos assentamentos encontraram a possibilidade de estudar. Foram registradas 34 pessoas que estão estudando, mas que não estão mais em idade escolar. Destas pessoas 18 delas ou 53% estão cursando o ensino fundamental de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª.

Calculada a partir do total<sup>22</sup> de assentamento com escolas pesquisadas pelo CPDA nas seis regiões da mancha a média global para os ensinos médio até a 4ª série é de 73%, até 5ª série de 3%, até a 6ª série de 1% e até a 8ª série de 19%. Valendo-se desta mesma referência verificamos que a oferta do ensino fundamental, por exemplo, na região do Entorno do DF é 22%, no Sudeste do PA 50% no Sertão do CE 60%. Ou seja, relativamente os níveis de escolaridade oferecidos nas escolas dos assentamentos estão muito próximos ou em alguns casos acima da média nacional.

Buscando parâmetros de análise sobre os índices de analfabetismo na área urbana do município, verificamos de acordo com IBGE que no ano de 2000 a taxa de analfabetismo na zona urbana do município de Teodoro Sampaio foi de 19%. Essa porcentagem é significativa quando consideramos o

---

<sup>22</sup> O número total de assentamentos com escolas na pesquisa do CPDA para o cálculo desta porcentagem foi de 79.

volume de investimentos e as abruptas diferenças de infra-estrutura social que existe entre a área urbana do município e o território dos assentamentos.

De acordo com Silva, Fernandes e Valenciano (2006, p.123) com exceção da faixa etária de 55 a 59 anos, todos os demais valores referentes à taxa de analfabetismo dos assentamentos são menores do que da zona urbana.

A média nacional referente ao grau de escolaridade de 5ª a 8ª série de pessoas com mais de 30 anos é de 13%. A porcentagem para esses níveis de ensino e idade nos assentamentos de Teodoro Sampaio é de 4%, abaixo da média nacional. Analisada individualmente as e regiões com concentração de projetos de assentamentos que formam a média nacional, notamos que a porcentagem dos assentamentos de Teodoro Sampaio, se aproxima apenas nos assentamentos do Sertão do Ceará com 5%.

Esses dados evidenciam que as escolas dos assentamentos e da cidade possuem capacidade para atender apenas parte tanto da população jovem<sup>23</sup> quanto da população total dos assentamentos do município. Embora essa não seja uma problemática específica dos assentamentos do município, ainda assim cabe ressaltar que não existe em Teodoro Sampaio uma política pública estruturada com objetivo de oferecer educação para as diferentes faixas etárias e ao mesmo tempo incentivar a continuidade nos estudos elevando com isso o nível de escolaridade das famílias assentadas.

---

<sup>23</sup> Sempre que usarmos o termo população jovem estamos nos referindo a população situada entre a faixa etária de 15 a 24 anos de idade.

**Dimensão**

**11**

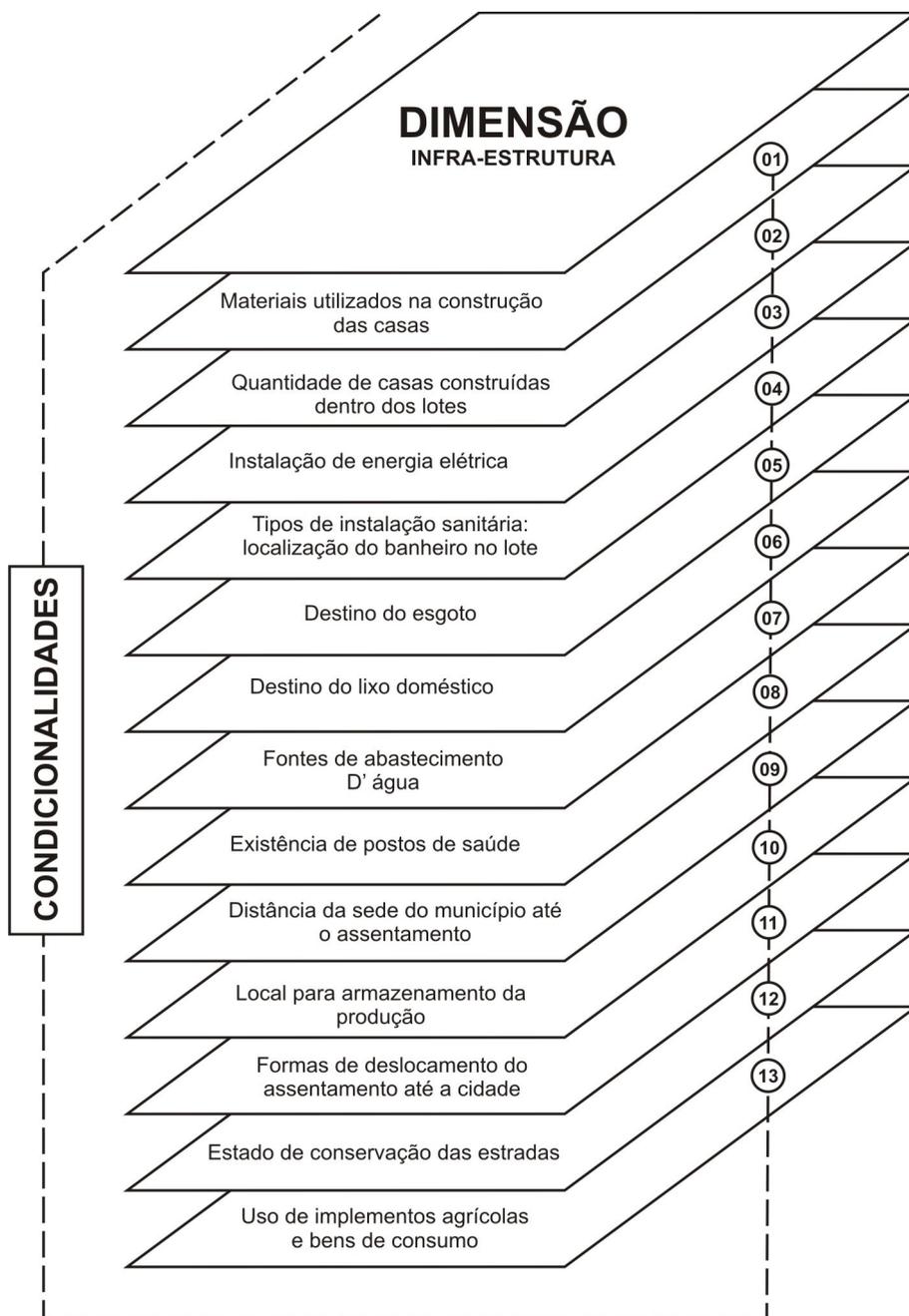
**INFRA-ESTRUTURA**



*Van Gogh - Vegetable Garden in Montmartre, 1887*



## ORGANOGRAMA - CONDICIONALIDADES DA INFRA-ESTRUTURA



## **11. INFRA-ESTRUTURA**

A infra-estrutura é das dimensões que mais refletem a relação dos assentamentos com o Estado, visto que ao criar um assentamento o Estado seja ele representado pelos Governos Estadual ou Federal assumi o compromisso de viabilizá-lo. A infra-estrutura das casas ou dos lotes, por exemplo, tem forte relação com a qualidade de vida das famílias assentadas. A infra-estrutura dos assentamentos também pode ser interpretada como um indicativo do tipo de gestão que o Estado tem feito sobre esses territórios. Os dados desta dimensão revelam uma situação bastante deficiente, típica do meio rural brasileiro, sobretudo de áreas com concentração de agricultores camponeses pauperizados.

### **11.1. Condições da infra-estrutura**

Com exceção do assentamento Água Sumida criado em 1988 todos os demais assentamentos de Teodoro Sampaio tem em média de 7 a 10 anos de idade de forma que os conjuntos das informações sobre infra-estrutura apresentadas servem de indicativo sobre o processo de consolidação e melhoria da qualidade de vida pelos quais os assentamentos do município passaram na última década.

A infra-estrutura das casas é um indicativo ligado a capacidade das famílias investirem na melhoria das condições de infra-estrutura do local onde moram da mesma forma que as condições das estradas, sejam dentro dos assentamentos, entre eles e de deles até a sede do município, igualmente denotam a predisposição das esferas de poder municipal, estadual e federal em investir na melhoria da pavimentação do sistema logístico entre os assentamentos e o município.

Neste sentido, foi verificado que 77% das casas no momento da pesquisa encontravam-se construídas com tijolos, 38% dos pisos das casas de vermelhão, 32% de contrapiso, 22% de cerâmica e 97% com cobertura de telhas sem laje. É de 86,5% a média nacional de casas construídas com tijolos ou blocos.

Analisada por região nota-se que a porcentagem das manchas não está muito distante da média nacional. No Sul da BA 71% das casas são construídas de tijolos, no Sertão do CE, a média mais alta 99%, Entorno do DF 85%, Sudeste do PA 30%, Oestes de SC a média mais baixa 65% e na Zona da Cana NE 95%.

A maior parte da energia 76% foi instalada pelo programa luz da terra<sup>24</sup>, 74% dos sanitários possuem canos que saem de dentro de casa e vão até a fossa e 24% são instalados fora de casa interligados direto com a fossa. As casas com cano até a fossa são as que possuem banheiro dentro de casa. O principal destino do esgoto das casas ainda é a fossa negra 51%. O uso da fossa séptica revestida com alvenaria é feita em 43% dos lotes e 7% circula a céu aberto.

A média nacional para assentamentos com energia elétrica é de 77,5%. Considerando-se que atualmente todos os assentamentos do município de Teodoro Sampaio têm energia elétrica, as estatísticas desta condicionalidade encontram-se acima da média nacional. No Sul da BA 64% das casas contam com a presença de energia elétrica, no Sertão do CE esta porcentagem é de 80%, no Entorno do DF de 64%, no Sudeste do PA 90%, Oestes de SC 79% e na Zona da Cana NE 88%.

A média nacional de casas com banheiro é de 65%. No Sul da BA 57% das casas tem sanitários dentro de casa, no Sertão do CE esta porcentagem é de 59%, no Entorno do DF de 70%, no Sudeste do PA 27%, Oestes de SC 97% e na Zona da Cana NE 81%.

Para uso de fossa séptica a média nacional é de 28% e para uso de fossa comum ou negra de 39%. Apenas o Oeste de SC com 58% e a Zona da Cana NE possuem porcentagens mais altas do que as registradas no município de Teodoro Sampaio para fossa séptica. Para fossa comum com exceção da região do Entorno do DF com 100% de fossas negras ou comuns, a porcentagem de todas as demais regiões é menor.

Existe Posto de Saúde da Família – PSF em 74% dos assentamentos. Esta média está acima da média global<sup>25</sup> que é de 20%. Analisando

---

<sup>24</sup> Atualmente todos os assentamentos possuem energia elétrica

<sup>25</sup> Entenda-se por média global os valores calculados com base na participação em porcentagem dos assentamentos das seis manchas. O significado da palavra macha foi abordado nos procedimentos metodológicos de nossa dissertação.

individualmente essa porcentagem, a presença de postos de saúde nos assentamentos no município está muito acima da média de todas as seis manchas, usadas para relativização dos dados. O entorno do distrito federal com 25% e o Sudeste do PA com 40% são as regiões da mancha com maior presença de postos de saúde. O Sul da BA, Sertão do CE, Oeste de SC e Zona da Cana NE, para essa variável possuem porcentagens iguais ou inferiores a 20%.

A maior parte 95% do uso da água nos lotes tem como destino o uso doméstico e de tratamento de animais. Mais da metade dessa água 51% são provenientes de poços artesianos sem tratamento, 38% de poços cacimba. Apenas 18% da água consumida são tratadas e 3% do total de entrevistados responderam que para suprir seu consumo de água tem que recorrer a minas, rio, igarapé, córrego riacho ou ribeirão.

A média nacional de água proveniente de poços artesianos é de 25%. Por mancha apenas as regiões do Entorno DF com 57% e do Oeste de SC com 89%, possuem abastecimento oriundo deste meio maior que o de Teodoro Sampaio. No Sul da BA a porcentagem de águas vindas de poços artesianos é de 29%, Sertão do CE 10%, Sudeste do PA 10%, e Zona da Cana NE 44%.

Para poços comuns ou cacimba a média nacional é 37%. Por região o Sul da BA retira de poço comum ou cacimba 7% da água que utiliza o Sertão CE 20%, o Entorno DF 57%, Sudeste PA 60%, Oeste de SC 47% e a Zona da Cana NE 32%.

O serviço de telefonia ainda não é uma realidade nos assentamentos. Apenas 5% da população possuem telefones, dos quais 2% são telefones convencionais, 1% celular rural e 3% celular rural. A distância média entre os assentamentos e a sede do município é de 43 km. A média nacional de casas com telefones comuns ou convencionais é de 18%. A porcentagem de todas as regiões são maiores do que a registrada em Teodoro Sampaio. Os assentamentos Vale Verde e cachoeira do Estreito que são os assentamentos que se encontram localizado mais próximo distam a 22 km da sede do município e o Assentamento São Pedro da Alcídia/Padre Josimo, considerado o mais estão a 70 km da área urbana de Teodoro Sampaio.

De acordo com a percepção das famílias entrevistadas 69% das estradas dentro dos assentamentos não estão em bom estado de conservação. Outros

85% responderam que as estradas entre os assentamentos e as principais cidades vizinhas: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema e Euclides da Cunha Paulista também não se encontram em bons estados de conservação. Em resumo, de uma forma geral as condições das estradas é precária e na época das chuvas causam dificuldades de comunicação.

A média nacional de insatisfação com as condições das estradas é de 34%. Na região Sul da BA 21% dos entrevistados não está satisfeitos com as condições das estradas e as consideram precárias, no Sertão do CE essa porcentagem é de 30%, no Entorno DF de 29%, no Sudeste do PA de 70% e no Oeste de SC de 53%.

O deslocamento dos moradores dos assentamentos até a cidade é feito na sua maior parte 61% com transporte coletivo privado, 29% desloca-se com carro próprio e 12% com motocicleta e os estudantes são transportados pela prefeitura.

Entrando em contato com as empresas responsáveis pelas linhas que atendem os assentamentos, verificamos que a frequência média do transporte coletivo oscila entre duas a três vezes ou mais por dia dependendo da localização do PA. A média nacional em porcentagem da frequência dos assentamentos atendidos por transporte coletivo até uma vez por dia é de 33,5%,

Situada as margens do Rio Paranapanema e nas proximidades do Rio Paraná, Teodoro Sampaio é cortada pela Rodovia Estadual SP – 613 (Rodovia Arlindo Bettio) que passa dentro da região central do município de Teodoro Sampaio. Atendida pelas empresas de ônibus Andorinha e Garcia que interligam os Estados de São Paulo a municípios vizinhos nos Estados do Paraná (via PR - 180 e 182) e Mato Grosso do Sul (via MS-154) no percurso do trecho localizado dentro dos seus limites municipais, estas duas empresas passam a beira da entrada dos assentamentos Vale Verde, Santa Zélia e Alcídia da Gata.

Mais da metade dos entrevistados 68% informaram que não dispõem de lugar adequado para fazer o armazenamento da produção, 6% respondeu que faz o armazenamento no barracão, 1% na dispensa, 17% na casinha e 8% no galpão. Andando pelos assentamentos, notamos que tanto o barracão, quanto a dispensa, a casinha e o galpão são cômodos da própria casa ou antigos

barracos de madeira construídos para as famílias morarem quando chegaram ao lote enquanto a casa de alvenaria onde atualmente residem fosse construída.

Quanto ao destino dado ao lixo doméstico, nota-se que a queima é praticada por 61% das famílias entrevistadas, 7% é enterrado e 30% queimado e enterrado.

A partir da análise territorial dos dados verificamos que os assentamentos Água Sumida, Fusquinha Porto X, Santa Terezinha da Alcídia, São Pedro da Alcídia Padre Josimo e Vô Tônico são os assentamentos onde as casas têm melhor infra-estrutura. Obedecendo a proporcionalidade das entrevistas nota-se que os sanitários instalados dentro de casa com cano até a fossa em relação aos sanitários instalados fora de casa com cano direto da fossa são mais freqüente nos assentamentos Água Sumida, Alcídia da Gata, Santa Terezinha da Água Sumida e Vô Tônico. Em praticamente todos os assentamentos a proporcionalidade da fossa negra rudimentar numericamente maior do que as dos lotes dos assentamentos com fossa séptica revestida com alvenaria.

A leitura territorial dos dados de acesso aos PSF's ficou prejudicada, tendo em vista que nas respostas prevaleceu à percepção do entrevistado em relação ao PSF mais próximo, ou seja, alguns assentados responderam que tinham PSF no assentamento e outros responderam que não mesmo quando ele existia.

Em praticamente todos os assentamentos o uso da água é utilizada para fins domésticos e para alimentação dos animais. Os assentamentos Água Sumida, Santa Cruz da Alcídia e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo aparecem nas estatísticas como os três assentamentos que mais fazem filtragem da água. Os assentamentos Água Sumida, São Pedro da Alcídia/Padre Josimo e Vale Verde são os com maior número famílias que usam água retirada de poço cacimba.

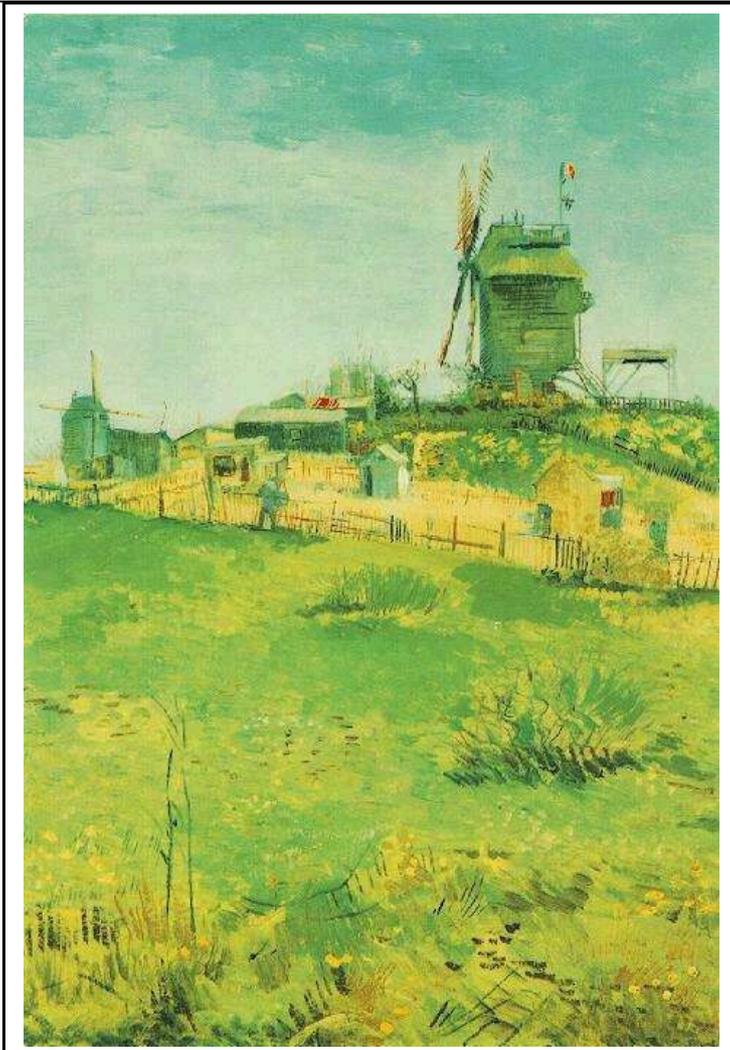
Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, São Pedro da Alcídia Padre Josimo e Vale Verde são os únicos assentamentos com presença de telefonia. A maior parte das respostas sobre as más condições de conservação das estradas são dos assentamentos Água Sumida, Santa Terezinha da Alcídia e Santa Zélia. Sobre a qualidade das estradas dos

assentamentos até as cidades mais próximas, praticamente todos os entrevistados dos assentamentos que as condições não estão boas.

Das pessoas que fazem uso do transporte coletivo privado para se deslocar até as cidades de um total de 255 entrevistados nos 19 assentamentos apenas duas responderam que o ônibus não passa em seu lote. Nos assentamentos Água Branca, Córrego Azul, Haidéia, Santa Rita da Serra, Santo Antonio dos Coqueiros, Vale Verde e Vô Tônico além das pessoas que fazem uso do transporte coletivo/publico todas as demais se deslocam com carro próprio. Não foi registrado nestes assentamentos o uso de caronas com vizinhos, na beira da estrada ou com ônibus escolar.

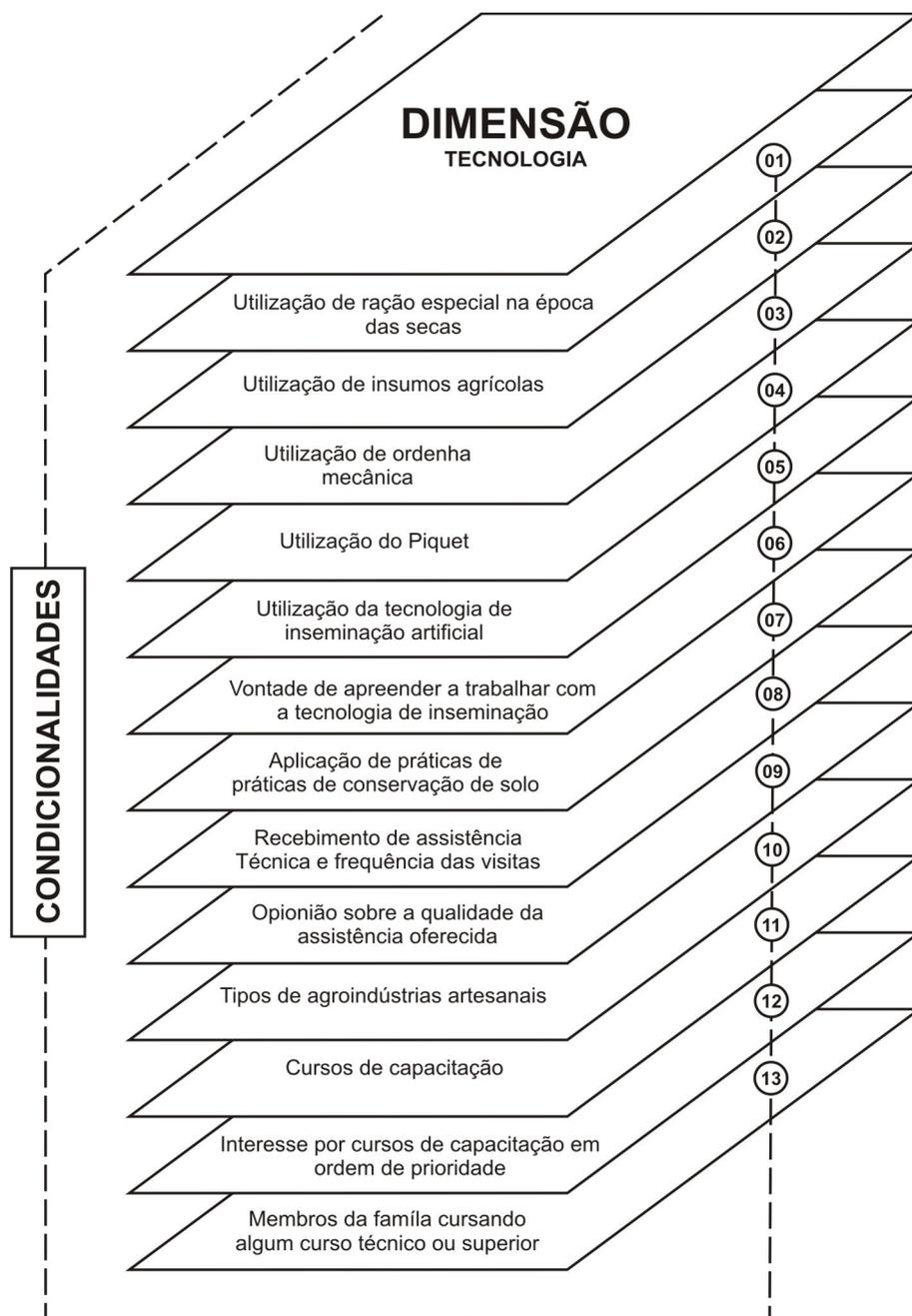
Os assentamentos Santa Zélia, São Pedro da Alcídia Padre Josimo, Vale Verde, Água Sumida e Laudenor de Souza/Porto Alcídia são os que realizam a queima do lixo em maior proporção.

<b>Dimensão</b>	
<b>12</b>	<b>TECNOLOGIA</b>



*Van Gogh - Le Moulin de la Galette, 1887*

## ORGANOGRAMA - CONDICIONALIDADES DA TECNOLOGIA



## TECNOLOGIA

Pode-se dizer que um dos elementos chave para o processo de modernização da agricultura brasileira foi o crédito rural. Segundo Silva et al. (1983) montado a nível nacional em 1965, operacionalizado em 1967, o sistema de crédito rural para o custeio e investimento a juros subsidiados tornou-se inegavelmente o agente catalisador, a condição necessária da modernização da agricultura.

A tecnologia é sem dúvida um dos elementos que tem maior influência no funcionamento de uma Unidade Territorial de Produção Camponesa. É responsável pelas transformações internas da unidade produtiva e desta com o mercado capitalista.

Dentro de uma unidade produtiva, conforme veremos nas análises que são apresentadas na última dimensão de nossa dissertação a variável tecnológica encontra-se associada ao nível educacional das famílias, à disponibilidade de recursos físicos e financeiros, com o processo produtivo e com a disponibilidade de mão de obra entre outros. Neste sentido, a dimensão tecnológica é uma dimensão chave para o desenvolvimento de conhecimentos pertinentes ao desenvolvimento da agricultura camponesa.

Esse conhecimento depende de pesquisas, de investimentos. Só assim as políticas públicas deixaram de tratar de maneira semelhante produtores que são desiguais. O campesinato necessita de um modelo de desenvolvimento. Na década de 1980 a dispersão dos camponeses pelo extenso território nacional tem sido utilizada como um dos argumentos que dificultam a sua situação enquanto grupo diferenciado no momento da formulação das políticas públicas.

Naquela época começavam a ser implantados os primeiros assentamentos no país. Hoje existem no Brasil de acordo com o DATALUTA, mas de 13 mil famílias distribuídas em aproximadamente 8 mil assentamentos rurais, ou seja, o argumento das áreas dispersas e de difícil identificação perdeu sustentação. Os assentamentos rurais por si só justificam a criação de políticas públicas com objetivo de pensar o desenvolvimento de tecnologias

para o campesinato. Somente assim a modernização da agricultura seria mais efetiva e abrangente, tornando-se menos seletiva.

## **Uso da tecnologia**

Analisando os dados de tecnologia, nota-se que a falta de investimentos na dimensão tecnológica tem causado dificuldades ao acesso até mesmo das técnicas mais simples, como, por exemplo, a utilização do Piquet na criação do gado de leite que é praticada por apenas 55% das famílias entrevistadas.

Levando em consideração que o gado de leite é o produto mais importante na geração de renda das famílias, do total de entrevistas 43% responderam que não usam ração especial na época das secas, 100% dos entrevistados não fazem uso de ordenha mecânica, apenas 11% conhece a tecnologia de inseminação artificial, 83% afirmaram que não recebem assistência técnica e 76% responderam que não tem conhecimento de projetos desenvolvidos pelo ITESP no assentamento.

Em escala nacional o Programa Lumiar<sup>26</sup> a frente das agências governamentais é o principal responsável pela prestação de assistência técnica nos assentamentos. As regiões do Entorno DF, Sudeste do PA e Oeste de SC com 21%, 63% e 85% são as regiões onde há a maior participação dos assentados com técnicos.

Sobre a realização de aplicação de práticas de conservação de solos 67% das famílias já fizeram algum tipo de aplicação, dos insumos o mais utilizado com 61% são adubos e corretivos comuns, seguidos de sementes 42% e formicidas 27%. São em número de três os tipos de agroindústrias mais presentes nos lotes. São elas: Kit padaria utilizada para fazer pães 69%, farinha artesanal 11%, artesanatos/farinheira 9%, e fabriqueta de rapadura 4%.

A média nacional para uso de sementes é de 45% e de fertilizantes 38%. Ambas estão acima das porcentagens registradas em Teodoro Sampaio. O Oeste de SC com 85% e o Entorno DF com 65% são as regiões com maior participação no uso de sementes e igualmente com 64% e 85%

---

<sup>26</sup> Conforme informamos na metodologia os dados das regiões das manchas foram levantados em trabalho de campo realizado no ano de 2000.

respectivamente, são as duas regiões que fazem maior uso de fertilizantes químicos.

Analisando territorialmente esses mesmo dados, verificamos Alcídia da Gata, Santa Terezinha da Alcídia e Vô Tônico são proporcionalmente levando-se em consideração o número de entrevistas realizadas nos assentamentos que fazem maior uso de ração especial na época das secas. Adotando-se este mesmo critério foi possível verificar que as maiores concentrações de pessoas por assentamento que conhece a tecnologia de inseminação artificial residem nos lotes dos assentamentos Água Branca, seguido pelos assentamentos Laudenor de Souza/Porto Alcídia e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo.

Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia e Santa Zélia são os que menos recebem assistência técnica. As poucas famílias que são atendidas estão felizes com a qualidade da assistência que recebem.

A média global de assistência técnica freqüente é de 45%. Nos assentamentos do município essa média é de 12%. As porcentagens de todas as manchas para assistência técnica freqüente são maiores que as porcentagens registradas em Teodoro Sampaio.

Os assentamentos que menos investem na aplicação de práticas de conservação de solos são Fusquinha/Porta X, Santa Terezinha da Água Sumida e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo. Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia e Santa Zélia são os que fazem maior uso de adubos, sementes e formicidas.

As UTC's Água Branca, Fusquinha/Porto X e Santa Terezinha da Água Sumida são os com maior registro de repostas sobre a existência de padarias artesanais, farinheira artesanal, artesanatos/farinheira e fabriqueta de rapadura.

Em linhas gerais, após analisar os dados de tecnologia fica evidente que os assentamentos necessitam de orientação via políticas públicas no sentido de otimizar seu potencial produtivo. Pela quantidade de assentamentos<sup>27</sup> rurais instalados na região do Pontal do Paranapanema seria pertinente a instalação na região de uma unidade de EMBRAPA focada no desenvolvimento de

---

<sup>27</sup> De acordo com os dados do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra publicado em 2008 existem na região cerca de 105 assentamentos rurais.

tecnologias camponesas no sentido de fortalecer alguns dos serviços que são prestados na nos assentamentos da região pela APTA.

**Dimensão**

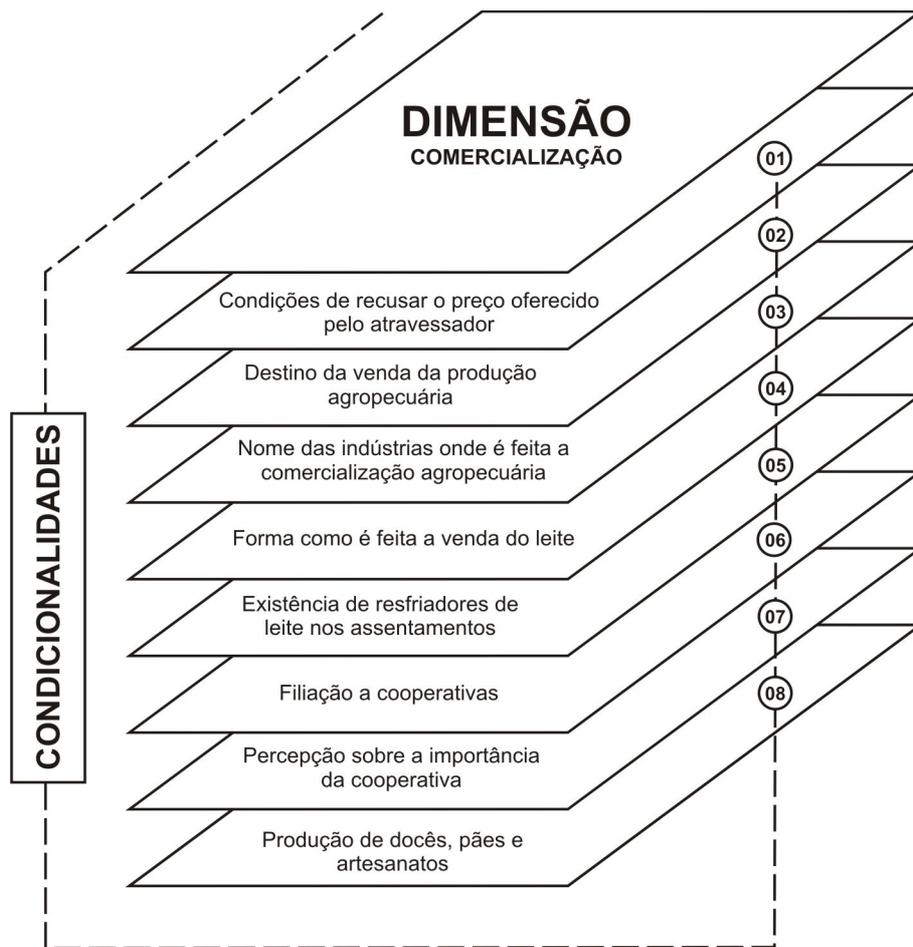
**13**

**COMERCIALIZAÇÃO**



*Van Gogh - Still Life with Quince Pears, 1887/88*

## ORGANOGRAMA - CONDICIONALIDADES DA COMERCIALIZAÇÃO



### 13. COMERCIALIZAÇÃO

A partir dos dados de comercialização buscamos verificar se os assentamentos têm contribuído com a diversificação produtiva e com a oferta de uma gama mais ampla de produtos agropecuários nos mercados locais, sobretudo em uma região em que sempre predominaram paisagens com um único tipo de cultura ou na ausência desta, pela monotonia das áreas de pastagem degradada.

Em nossa pesquisa verificamos que a diversificação produtiva é uma realidade nos assentamentos. Todavia, pela pequena escala de produção de produtos como frutas, legumes e verduras, por exemplo, a produção é toda destinada ao autoconsumo das famílias. A participação dos produtos agrícolas nos mercados locais ainda é bastante modesta. De acordo com dados pesquisa FATEC na FEIRA, realizada pela Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, mais da metade dos produtos hortifrutícolas são comercializados nas feiras da região são comprados no CEASA de Presidente Prudente. Ou seja, embora a região tenha mercado consumidor para esses produtos hortifrutícolas<sup>28</sup>, boa parte deles não são produzidos na região.

Entre os produtos agropecuários que são comercializados estão o leite, a mandioca e a cana são os produtos mais comercializados em valor bruto produzido. Embora não exista para os assentamentos do município uma política de produção e comercialização, esses produtos são vendidos ou diretamente ou com participação do atravessador para as indústrias da região (laticínios e feculárias). Todavia, embora existam compradores para os produtos com maior escala de produção, as famílias assentadas são reféns do preço que estas agroindústrias ou atravessadores pagam pela sua produção. A cana é a única exceção, visto que no sistema de arrendamento a responsabilidade pelo corte e transporte é da usina e o valor da renda é combinado antes da sua colheita.

Donos de caminhões na época da colheita cobram taxas que são geralmente fixadas por tonelada colhida para transportar a produção agrícola dos assentamentos do município até as agroindústrias dos municípios de

---

<sup>28</sup> Na pesquisa citada foram levados em consideração os produtos hortifrutícolas que apresentam adaptabilidade as características físicas da região.

Bataguassu no Estado do Mato Grosso do Sul, Diamante do Norte, Nova Londrina e Paranaíba no Estado do Paraná e Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Sandovalina e Tarabai no Estado de São Paulo que são considerados os principais destino da produção agrícola dos assentamentos.

Em relação aos valores totais da produção agrícola os municípios Bataguassu - MS com 12% aparece como o principal destino da produção dos assentamentos, seguidos pelos municípios de Teodoro Sampaio - SP e Nova Londrina - PR ambos com 10% cada.

Neste sentido, quando perguntamos as famílias entrevistadas qual era a condição que elas tinham de recusar o preço pago pelo atravessador na venda da produção mais da metade das respostas 51% afirmaram não ter nenhuma condição de recusar o preço que os atravessadores oferecem.

A média nacional de produtos comercializados por intermédio do atravessador é de 41%. Analisada individualmente por região verificamos que na região do Sul da BA o atravessador participa de 43% do total dos produtos comercializados, no Sertão do CE de 40%, Entorno do DF 17%, Sudeste do PA 55%, Oeste de SC 23% e Zona da Cana NE 4%.

A idade média dos assentamentos do município é de aproximadamente 10 anos e presença do atravessador é um indicativo de que os tradicionais canais de escoamento utilizados desde a criação dos assentamentos ainda vêm sendo mantidos.

Ainda analisando o escoamento da produção verificamos que 38% dos assentados vendem o que produzem diretamente para as indústrias e nestes casos conseguem um ganho mínimo no preço da tonelada do produto vendido. Essa pequena margem de diferença seria a taxa cobrada pelo atravessador. No jogo de preços o atravessador sempre força a compra da produção agrícola com base no seu menor preço e na hora de fazer o seu repasse para a agroindústria tenta negociá-lo no seu valor máximo de mercado.

É de 8% a média nacional dos produtos vendidos diretamente para as indústrias. Por região a porcentagem da venda direta no do Sul da BA é de 5%, no Sertão do CE 7%, Entorno do DF 23%, Sudeste do PA 2%, Oeste de SC 6% e Zona da Cana NE 4%.

Sendo assim, também buscando fugir das mãos dos atravessadores algumas empresas têm realizado a compra de produtos agrícolas como a mandioca, por exemplo, diretamente das famílias assentadas.

Foi registrado na pesquisa um percentual de 38% de assentados que vendem o que produzem diretamente para as indústrias. A Brasimid no município de Bataguassu – MS e a Destilaria Alcídia localizada no município de Teodoro Sampaio atualmente sobre o domínio do grupo Odebrecht são as duas principais agroindústrias que participam da compra direta nos assentamentos.

Por região a porcentagem dos produtos comercializados diretamente com as agroindústrias no Sul da BA e de 2%, no Sertão do CE 12%, Entorno do DF 2%, Sudeste do PA 17%, Oeste de SC 13% e Zona da Cana NE 4%.

As compras diretas e as realizadas por intermédio do atravessador devem ser entendidas como uma forma de pressão causada pela ausência de lugar adequado para realizar o armazenamento da produção agrícola. O armazenamento possibilitaria a venda de produção nos momentos em que os preços dos produtos armazenados estivessem melhores cotados no mercado, contribuindo com o aumento da margem de lucro que os assentados obtêm com sua produção.

Da produção agrícola total apenas 23% dos entrevistados declaram fazer o armazenamento da sua produção em galpão, barracão ou casinha. Esse percentual da produção armazenada em galpão, barracão ou casinha é dado na sua quase totalidade das respostas pelo armazenamento da produção de café, milho e feijão.

No intuito de qualificar melhor essa porcentagem, vale à pena destacar que cômodos da própria casa ou barracos de madeira construídos para as famílias morarem quando chegaram ao lote, e enquanto a casa de alvenaria fosse construída, são utilizados para o armazenamento da produção. Estes locais comparecem nas respostas das famílias entrevistadas como locais destinados ao armazenamento da produção, mas não foram construídos com esta finalidade. As condições de infra-estrutura destes lugares não são apropriadas para o armazenamento da produção agrícola.

Neste contexto, o funcionamento da COCAMP, localizada em Teodoro Sampaio, teria papel fundamental para a elaboração de políticas de produção e comercialização para os assentamentos do município e região.

Tanto a forte presença do atravessador quanto a venda direta chamam a atenção para os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, projeto ligado ao Programa Fome Zero do governo federal. Com objetivo de fortalecer a comercialização oriunda da agricultura familiar, por meio da compra antecipada da produção o Programa teve modesta participação no contexto da produção agrícola dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio.

Analisado regionalmente o PAA teve mais êxito. Ao garantir a compra antecipada da produção de feijão nos assentamentos da região conseguiu movimentar os galpões da COCAMP que foram utilizados pela primeira vez, mediante arrendamento feito pelo Governo Federal. Mesmo com o estímulo oferecido pelo PAA, conforme apresentamos da dimensão produção a área planta de feijão no município foi de apenas 6 hectares, fato que mereceria do ponto de vista das políticas públicas análises mais aprofundadas e que os dados de nossa pesquisa não nos possibilitaram fazer.

A produção pecuária gado de corte e de leite tem como destino tanto o autoconsumo das famílias quanto a comercialização. Apenas no Assentamento Santa Terezinha da Alcídia o gado de corte produzido tem o autoconsumo como único destino.

A presença do atravessador na produção pecuária a exemplo da produção agrícola também é marcante. Parte dos bois destinados a comercialização é vendido a atravessadores que cobram do assentado uma porcentagem calculada com base no peso do “boi vivo” para levar seu gado para ser abatido em abatedouros dos municípios de Colorado e Paranavaí no Estado do Paraná e no município de Presidente Prudente no Estado de São Paulo. Em algumas situações visando fazer dinheiro rápido o gado é comercializado entre vizinhos. Não foi possível reunir estatísticas sobre a porcentagem de animais que são comercializados com os abatedouros da região. Todavia, no intuito de conhecer o panorama desta realidade nas regiões das manchas, verificamos que a média nacional, do gado comercializado com abatedouros é de 1,3%.

Nas entrevistas realizadas no final do ano de 2005, obtemos a informação de que se encontrava em obras o abatedouro municipal de Teodoro Sampaio. Em consulta realizada a prefeitura municipal no dia 03/10/2008 via e-mail fomos informados que até o momento as obras não foram concluídas. O funcionamento do abatedouro municipal seria uma alternativa para os assentados produtores de gado de corte fugir, por exemplo, das mãos dos atravessadores.

A venda de 50% do leite vendido nos assentamentos no momento da pesquisa não era resfriado e, portanto contrariam a portaria nº. 56 e a instrução normativa<sup>29</sup> nº. 51 publicadas no *Diário Oficial da União* e que versão sobre índices mais rígidos de contagem de células somáticas, contagem bacteriana e detecção de resíduos de antimicrobianos (antibióticos e sulfonamidas) no leite.

Do ponto de vista da comercialização os resfriadores podem surtir influência no valor médio do litro de leite. Sua ausência somada a outros fatores produtivos conforme abordaremos na dimensão tecnologia em termos de preço transformam os produtores assentado do município em excelentes fornecedores de matéria prima para os laticínios da região a baixo custo. Por não terem como estocar sua produção de leite em tanques de expansão e refrigeração os produtores assentados são obrigados a aceitar os baixos preços pagos pelos laticínios do município e região.

No entanto, temos informações que após a realização da pesquisa de campo tanto laticínios quanto o governo federal por meio da sua Comissão de Instalação de Ações Territoriais – CIAT<sup>30</sup> realizaram a instalação de tanques de expansão e refrigeração de leite nos assentamentos do município. No momento da pesquisa era de 68% a porcentagem de assentamentos sem o equipamento. Com esse percentual é possível resfriar apenas 32% do leite produzido, ou seja, 3.250 litros de uma produção total de 11.358 litros/dia.

Essa porcentagem de leite resfriado é vendida para os Laticínios Quatá, Líder, Coaro e Milk Sabor, tendo em vista que parte dos resfriadores

---

<sup>29</sup> Mais informações sobre a instrução normativa 51 podem ser obtidas em: <http://www.esalq.usp.br/departamentos/lan/pdf/InstrucaoNormativa51.pdf>

<sup>30</sup> A CIAT é um projeto de política pública vinculado ao Secretário de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para obter maiores informações sobre a CIAT ver capítulo 7.2 A construção do Território Rural do Pontal do Paranapanema: “brincando de casa de bonecas” in GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. Tese de Doutorado - Desenvolvimento em (Des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural

existentes nos assentamentos no momento da pesquisa foram instalados por esses laticínios.

Do total de leite produzido, 81% são entregues para os laticínios da região, 10% dos entrevistados não produzem leite e 9% produzem somente para o autoconsumo e não comercializam. Desta porcentagem que é comercializada 38% da produção têm como destino o laticínio Quatá localizado no próprio município. Nesta ordem, 13% são vendidos para o laticínio Líder, localizado no município de Presidente Prudente no Estado de São Paulo, 1% para o laticínio Novo Tempo localizado no município de Mirante do Paranapanema, 0,5% para o laticínio Coolvap também de Presidente Prudente, e 14% para os laticínios Coaro e Milk Sabor ambos localizados nos municípios de Rosana e Tarabaí respectivamente.

**Dimensão**

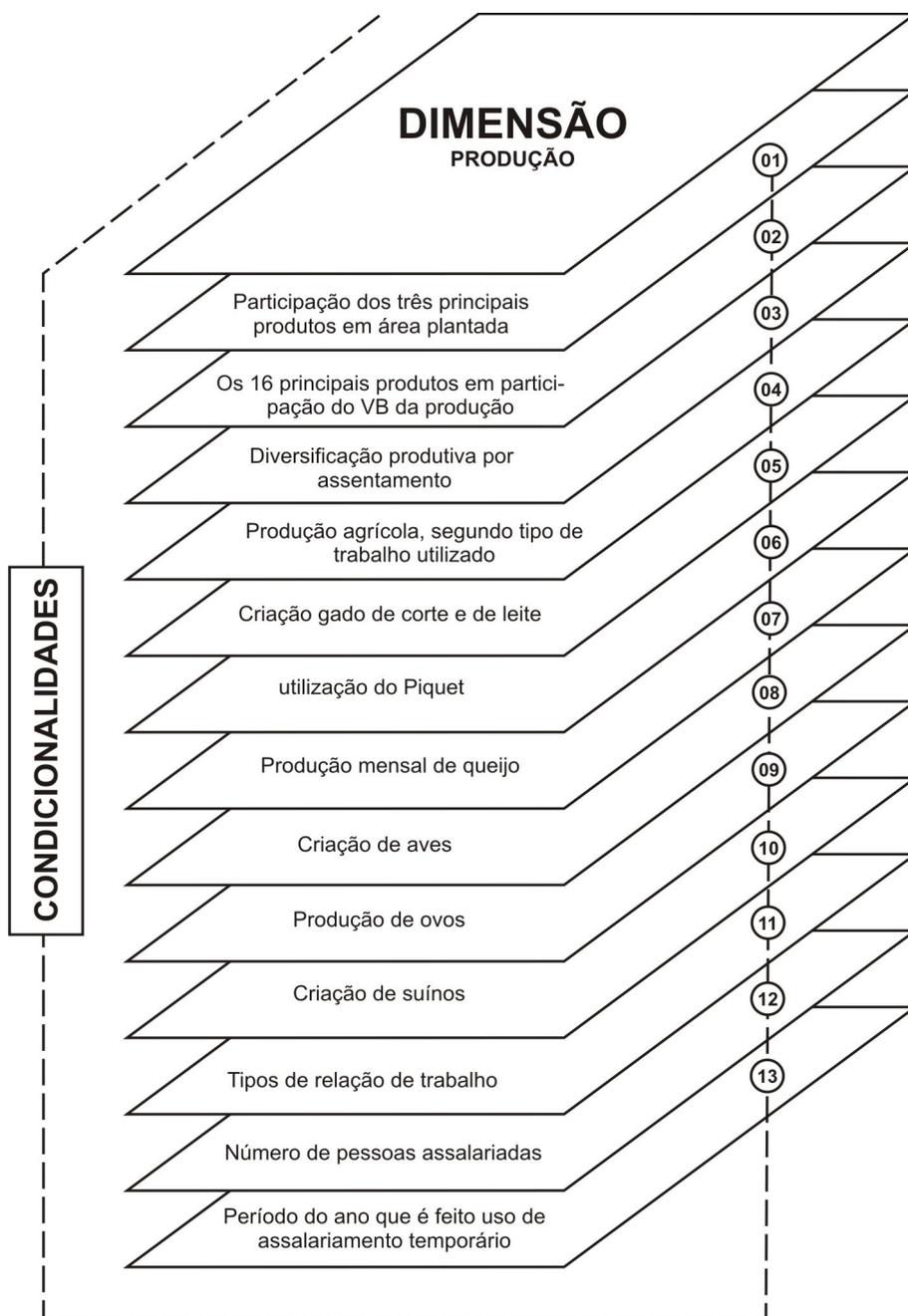
**14**

**PRODUÇÃO**



*Van Gogh - Basket of Sprouting Bulbs, 1887*

## ORGANOGRAMA C - DIMENSIONALIDADES DA DIMENSÃO 3



## 14. PRODUÇÃO

A produção agropecuária dos assentamentos no município de Teodoro Sampaio é composta pela produção de leite, aves, mandioca, cana, algodão, milho, capim napier, feijão, café, abacaxi, banana, mamona, abóbora e acerola. Conforme veremos, a produção agrícola e pecuária dos assentamentos estudados não passa exclusivamente pela lógica produtiva, afugentando da centralidade de nossas análises a consideração apenas da dimensão econômica, haja vista que para interpretação desses dados outras dimensões como a social e a política precisam ser levadas em consideração.

Verificando a produção de cada um desses produtos temos a seguinte panorama. São produzidos 11.358,00 mil litros de leite dia, no momento da pesquisa existia um rebanho de aves<sup>31</sup> nos assentamentos de 11.147 cabeças, em área plantada a mandioca ocupa a 1º posição com 452 hectares, a cana em 2º lugar ocupa uma área de 253 hectares. Com 87 hectares o algodão ocupa a 3º posição, o milho a 4º posição com 18 hectares, o capim napier a 5º posição com 12 hectares, o feijão a 6º posição com 6 hectares, o café e o abacaxi a 7º posição com 5 hectares ambos, a banana o 8º posição com 4 hectares e a mamona a abóbora e a acerola a 9º e última posição todos com um hectare cada.

No intuito de criar parâmetros analíticos comparamos os principais produtos agropecuários dos assentamentos de Teodoro Sampaio com os assentamentos da manchas, verificamos que com relação à pecuária leiteira a única região da mancha que se aproxima da quantidade de criados do município é o Oeste de SC com 83%. Todas as demais regiões da mancha têm porcentagem de criadores inferior à que foi diagnosticada em nossa pesquisa.

Em relação à produção de aves, apenas no Sul da BA e na Zona da Cana NE, verificamos um potencial produtivo inferior ao encontrado nos assentamentos de Teodoro. Ocupam posição de destaque na criação de suíno e caprino Sertão do CE, Entorno do DF e o Oeste de SC. A produção de suínos de caprinos dos assentamentos do município são iguais ou maiores que a produção do Sul da BA, Sudeste do PA e Zona da Cana NE.

---

<sup>31</sup> Foi considerado como aves na pesquisa: galinhas, frangas, frangos e pintos, patos, marrecos, gansos, codornas e galinhas D' angola.

Comparando os quatro principais produtos em área plantada (cana, mandioca, algodão e milho) dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio, com dados sobre os quatro principais produtos agrícolas produzidos e vendidos nas manchas, verificamos que do ponto de vista produtivo, os efeitos dos créditos agrícolas que são colocados a disposição das famílias assentadas, produzem um panorama agrícola relativamente parecido, com tendências produtivas bastante similares.

No Sul da BA os quatro principais produtos agrícolas mais produzidos e vendidos são a mandioca, banana, milho e feijão. No Sertão do CE o milho, feijão, algodão e abóbora. No Entorno do DF milho, arroz, mandioca e cana de açúcar. No Sudeste do PA o milho, arroz, mandioca e abóbora. No Oeste de SC o milho, feijão, mandioca e arroz e na Zona Canavieira do NE a mandioca o feijão, o milho e inhame. Comparativamente os quatro produtos com maior área nos PA's de Teodoro Sampaio, estão entre os principais produtos produzidos e vendidos nas manchas. Essa informação demonstra que os efeitos dos créditos agrícolas que são colocados a disposição das famílias assentadas, do ponto de vista produtivo produzem um panorama agrícola relativamente parecido, com tendências produtivas bastante similares.

De acordo com a metodologia adotada na realização da pesquisa os 9 produtos acima listados são os que mais se destacam em área plantada ou no caso das aves, por exemplo, no valor bruto da produção. Esses produtos agrícolas ocupam 43% da área total dos assentamentos<sup>32</sup> que é de 22.326 hectares. Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, Santa Zélia, São Pedro da Alcídia/Padre Josimo e Vale Verde são os Assentamentos com maior área plantada.

Em linhas gerais os 9 produtos citados são os predominantes. Todavia, no interior dos lotes também foi verificado além da banana e da acerola o plantio de outros tipos de frutas, legumes e verduras todos cultivados de maneira dispersa e em pequena extensão de área dentro do lote.

Em porcentagem é de 14% o valor do número de produtores que plantam mandioca, 13% dos que plantam banana, 12% acerola, 11% abacaxi,

---

<sup>32</sup> Estamos nos referindo ao total da área plantada nos 421 lotes dos 19 assentamentos pesquisados

10% cana, 9% abóbora, 7% Capim napier, 6% milho, 5% melancia, 4% café, 3% algodão, 3% feijão, 2% mamona e 0,1% de arroz.

Comparativamente, com exceção da mandioca e da cana, nota-se que os demais produtos listados entre os mais plantados, segundo número de produtores não ocupam a mesma posição em área plantada. Esse paradoxo entre a diferença de posição no ranking entre os produtos mais plantados em relação à posição ocupada pelos produtos com maior área plantada pode ser entendido como uma típica característica da agricultura camponesa quem tem como referência a diversificação produtiva.

Em média os assentamentos do município produzem entre 10 a 14 tipos de produtos diferentes no lote. Nas tabelas e gráficos referentes às condicionalidades desta dimensão apresentamos a situação da produção agrícola dos 16 principais produzidos por assentamento.

Além da pecuária de leite também verificamos em 5% dos assentamentos, valor equivalente a 23 lotes a criação de gado de corte. Esses 23 lotes são responsáveis pela criação de 465 cabeças de gado bovino. Deste valor o Assentamento Vale Verde com 46% é o com maior produção, seguido dos Assentamentos Vale Verde com 12%, dos Assentamentos Água Branca e Cachoeira do Estreito com 9% cada, do Assentamento Santa Cruz da Alcídia com 6%, do Assentamento Santa Zélia também com 6%, do Santa Vitória com 5% e dos assentamentos Santo Antônio dos Coqueiros, do Vô Tônico e Santa Rita da Serra todos eles com 2% e do Assentamento Santa Terezinha da Alcídia com 1%. A produção deste gado tem como objetivo tanto o autoconsumo das famílias quanto a comercialização.

Com relação à produção de gado leiteiro os assentamentos do município tinham no momento da pesquisa um efetivo de 2.640. Os assentamentos Água Sumida (448), Laudenor de Souza/Porto Alcídia (375) e Santa Zélia (262) são os assentamento com maior número de cabeça em produção. Juntos estes três assentamentos são responsáveis por quase metade 41% do gado em produção. Os assentamentos São Pedro da Alcídia/Padre Josimo com 8% e Santa Terezinha da Água Sumida com 7% compõem a segunda dupla com maior número de cabeças.

Em termos produtivos os assentamentos com maior número de cabeças igualmente são os assentamentos com maior produção de leite. Neste sentido,

juntos os assentamentos Água Sumida, Laudenor e Santa Zélia produzem 44% do valor total do leite dos assentamentos do município que é de 11.358 litros/dia.

Pelo baixo nível tecnológico com que a pecuária leiteira é praticada, conforme veremos na dimensão tecnologia a produtividade média por animal dia é de apenas 5 litros. Do total de pessoas entrevistadas apenas 4% produzem queijo.

Os assentamentos do município de Teodoro Sampaio são responsáveis por 9,2% da produção de leite/dia tomando-se como referencia a produção total dos 105 assentamentos que existiam na região no momento da pesquisa.

Também são criados nos assentamentos cerca de 11.147 cabeças de aves/ano, valor equivalente a 85% ou 357 entrevistas das 421 realizadas. Esse valor representa uma produtividade média de 31 cabeças de aves por produtor/ano e de 3 cabeças de aves por produtor/mês. Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, Santa Zélia e São Pedro da Alcídia/Padre Josimo são os com maior produção de aves e juntos contabilizam 49% da produção. O autoconsumo é o principal destino das aves que são criadas nos assentamentos. Do efetivo de aves (11.147 cabeças) tem-se uma produção média de 4 dúzias de ovos/mês e de 1,6 ovos/dia por família assentada. Esses ovos também são utilizados para o autoconsumo.

A produção de suínos e caprinos que também é utilizada no autoconsumo das famílias é realizada em pequeníssima escala. Apenas 27% dos entrevistados declararam criar suínos, 4% caprinos e 3% ambos, suínos e caprinos. Mantendo a tendência contabilizando 48% os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, Santa Zélia e o assentamento Vale Verde são os com maior número de produtores.

A quase totalidade 91% da mão de obra empregadas na produção agropecuária dos assentamentos é familiar. Além da mão de obra familiar também foram registrados 3% de mão de obra assalariada temporária. Este tipo de mão de obra é utilizado na época do plantio e colheita de algodão, da cana e da mandioca. A troca de dias de serviços entre os vizinhos 42% no pode ser um dos motivos que contribui para a baixa da porcentagem da mão de obra temporária nos assentamentos.

Sobre o assalariamento das famílias do total de entrevistas 334 pessoas ou 79% nunca se assalariaram depois que estão morando no assentamento. Os assentamentos Água Sumida e Santa Zélia são os com maior número de pessoas assalariadas. Das 87 respostas que confirmaram o assalariamento de uma ou até duas pessoas da família 33 delas são oriundas destes assentamentos.

**Dimensão**

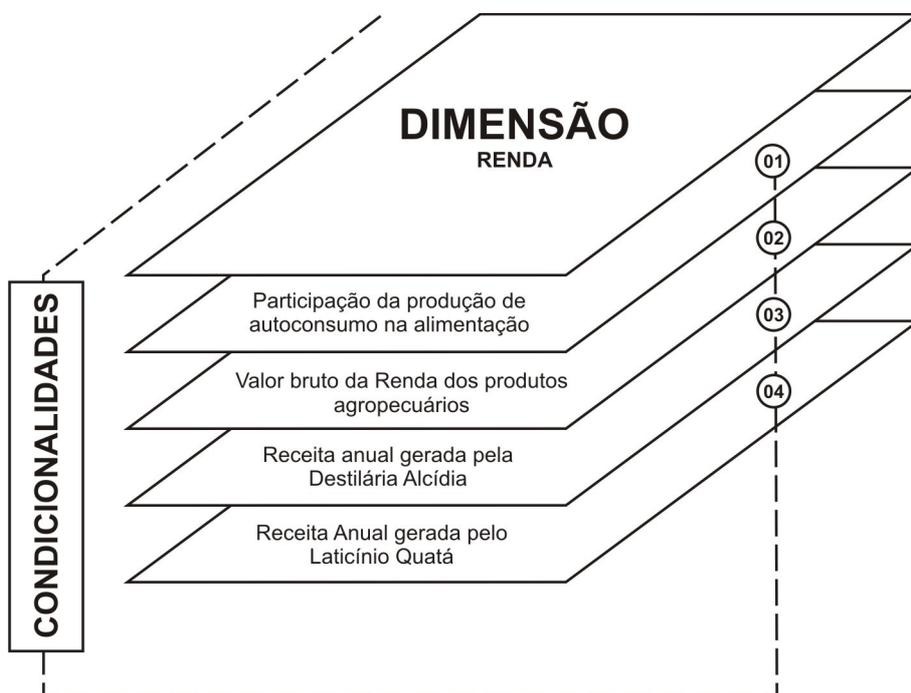
**15**

**RENDA**



*Vegetable Garden in Montmartre, 1887*

## ORGANOGRAMA - CONDICIONALIDADES DA RENDA



## RENDA

As informações sobre renda ora apresentadas denotam o enorme e pouco conhecido potencial e pujança dos assentamentos rurais. Do ponto de vista da análise dos impactos socioterritoriais internos dos projetos de assentamento, a renda é uma dimensão bastante abordada. A análise da renda é utilizada nas pesquisas tanto para comprovar a eficácia quanto o insucesso dos assentamentos rurais. É o paradigma adotado na condução dessas pesquisas que determina o tipo de leitura que é feita da realidade.

Participam na constituição da renda das UTC's do município de Teodoro Sampaio os seguintes produtos agrícolas em ordem de importância: mandioca, cana, algodão, milho, capim napier, feijão, café, abacaxi, banana, manona, abóbora e acerola. Também organizados em ordem de importância os produtos pecuários que participam da constituição da renda são: leite, gado de corte, aves, ovos, suínos e caprinos. A produção de milho, feijão, café, abacaxi, banana, manona, abóbora e acerola são todos destinados a produção de autoconsumo.

São apenas cinco os produtos que participam da constituição tanto da renda de autoconsumo quanto da renda monetária dos assentamentos. São eles: mandioca, cana, algodão, leite e o gado de corte. A renda proveniente da produção de mandioca, cana e algodão ocorrem uma única vez no ano, tendo em vista que essas culturas são anuais, diferentemente do leite que é produzido diariamente.

Considerando-se a área plantada da mandioca, cana e algodão, a produtividade média por hectare e o valor médio que é pago por tonelada estimamos qual a renda média obtida por família assentada com a produção desses produtos agrícolas nos assentamentos de Teodoro Sampaio é de 6 salários mínimos/ano com a produção de mandioca, de 4 salários para a produção de cana e de 0,5 salários para produção de algodão. A renda média gerada por família assentada com a produção de leite gira em torno de 1 salário mínimo/mês.

A partir dessas informações podemos inferir que as famílias assentadas que, por exemplo, conjugam a produção de mandioca com a produção de leite

conseguem gerar uma renda monetária média de 18 salários mínimos/ano, valor equivalente a 1,5 salários mínimos/mês ou R\$ 622,00 reais.

Com base na composição dos rendimentos médios brutos anuais da produção agrícola e animal, vendida entre os anos de 1999/2000 a média nacional da renda por lote é de R\$ 2.100,00, valor equivalente a 5,1 salários mínimos/ano.

Analisada por regiões verificamos que a renda média da região do Sul da BA é de 3,6 salários mínimos/ano, na região do Sertão do CE é 1,2 salários mínimos, no Entorno do DF de 8 salários, no Sudeste PA de 7 salários, no Oeste de SC de 9 salários e na Zona da Cana NE de 4 salários mínimos. Esses valores indicam que comparativamente a renda obtida pelas famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio está acima da média nacional e das médias regionais.

Embora não tenha sido possível aferir valores com os dados levantados 11% dos entrevistados respondeu que produzem doces, pães e artesanatos e 4% que produzem queijo. A percepção das famílias com relação a sua dieta alimentar é de que ela melhorou, comparando o momento antes do assentamento com o momento atual.

Levando-se em conta a percepção das famílias, verificamos que seu poder de compra atual em relação a sua situação anterior melhorou. O aumento do poder de compra das famílias é um tipo de impacto socioterritorial à medida que contribui com a melhoria da sua qualidade de vida.

Essa informação também pode ser interpretada com um tipo de impacto socioterritorial, haja vista que as famílias que antes dos assentamentos dependiam da doação de cestas básicas para se alimentar, agora conseguem produzir parte do alimento consumido e com a renda monetária gerada a partir da exploração agropecuária do lote, comprar nos supermercados do município e região os alimentos que não produzem.

Ao comprarem esses alimentos nos supermercados do município e região novos impactos socioterritoriais são gerados no comércio, na circulação de mercadorias e prestação de serviços. Embora não tenha sido possível levantar informações sobre os impactos dos assentamentos no comércio local, considerando o valor médio da renda média/mês por família assentada vezes o número total de famílias (R\$ 622,00 reais vezes 814) foi possível estimar que a

receita mensal média gerada pelos assentamentos do município gira em torno de R\$ 500.662 mil reais/mês e sua receita anual média em torno de R\$ 6.127.944 que são gastos no município e região pelas famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio.

Adotando-se esta mesma base de cálculo para aferir qual seria a renda média produzida pelas 5.564 famílias que vivem nos 107 assentamentos da região, estimamos que o valor da receita gerada por estes assentamentos seria de R\$ 3.683.368 milhões de reais/mês e R\$ 44.200.416 milhões de reais/ano.

Estes dados reforçam as teses de Ramalho (2001) e Leal (2003) e Silva, Fernandes e Valenciano (2006) de que nenhum outro setor da economia regional tem se mostrado tão dinâmico em termos de geração de renda e emprego como os assentamentos rurais.

Em linhas gerais, a totalidade dos produtos é vendida in natura conforme já apresentamos na dimensão comercialização. Como não é processada a produção agropecuária dos assentamentos do município tem baixo valor agregado e a maior parte da renda fica para as agroindústrias que beneficiam seus produtos.

Investir em políticas públicas destinadas a implantar nas UTC's agroindústrias artesanais compatíveis com a capacidade produtiva dos assentamentos é uma alternativa importante para elevação do valor da renda obtida pelas famílias dos assentamentos do município.

Com base nos dados da Declaração para o Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS – DIPAM também calculamos qual é a receita anual média das duas agroindustriais que se encontram instaladas no município e chegamos aos seguintes valores. A arrecadação anual média com base nas movimentações da Destilaria Alcídia para o município é de 12 milhões e do Laticínio Quatá de 500 mil reais ou meio milhão ano.

Utilizamos esse exemplo para chamar atenção para importância da integração agricultura/indústria no intuito de demonstrar o quanto os produtos agropecuários que passam pelo processo de agroindustrialização aumentando seu valor agregado podem contribuir positivamente para a dinamização da circulação de mercadorias e prestação de serviços do município aumentado a sua receita por meio da arrecadação de tributos.

Dada a grande capacidade produtiva das UTC's do município, investir no processo de agroindustrialização dos produtos agropecuários que são produzidos é uma questão estratégica importante para o desenvolvimento territorial dos espaços do campo e da cidade do município de Teodoro Sampaio.

---

---

**TABELAS E GRÁFICOS DAS  
CONDICIONALIDADES DA DIMENSÃO:  
RENDA**

---

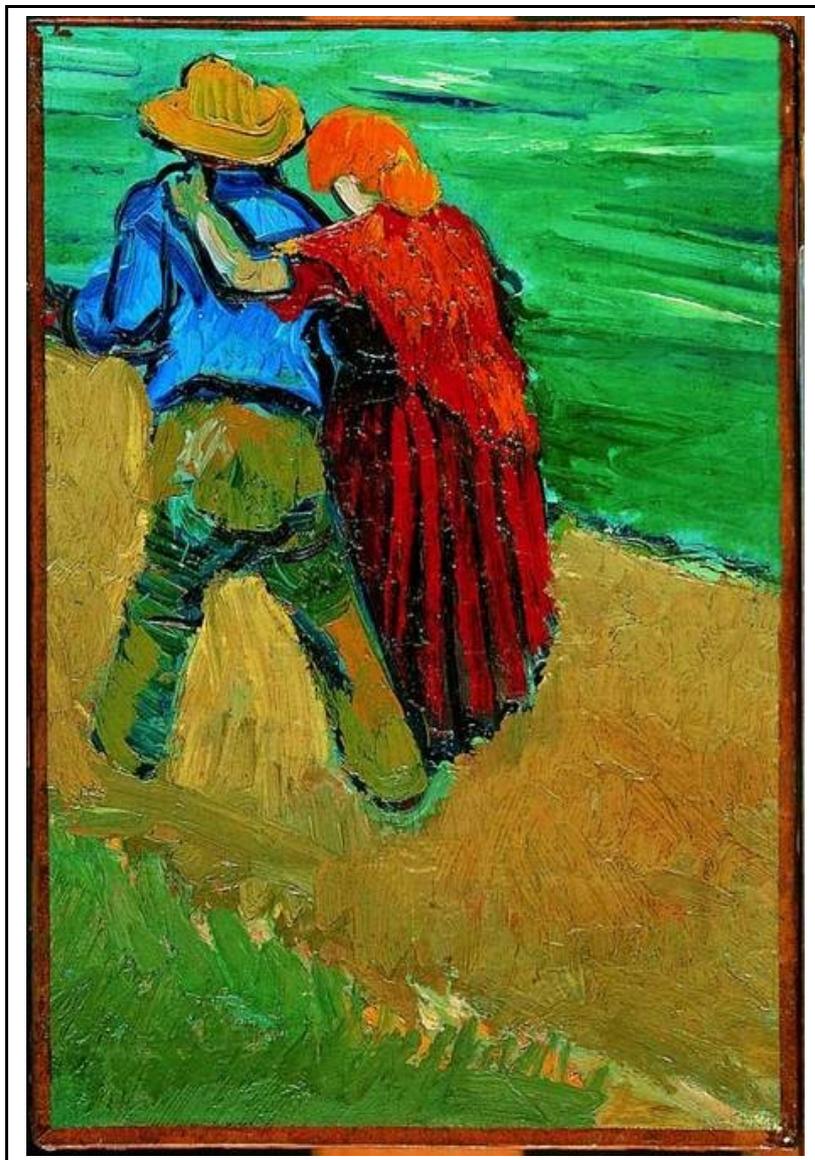
---

<b>Produto</b>	<b>Área plantada em ha</b>	<b>Produtividade média por ha em (t)</b>	<b>Valor médio pago em reais por (t)</b>	<b>Valor em Reais para produção total</b>	<b>Valor em reais por família ano</b>	<b>Valor em salários mínimos ano</b>
Mandioca	452	25 t	98,00	1.106.175	2.627	6
Cana	253	85 t	35,00	751.783	1.786	4
Algodão	87	2,7 t	350,00	81.743	194	0,5

**Dimensão**

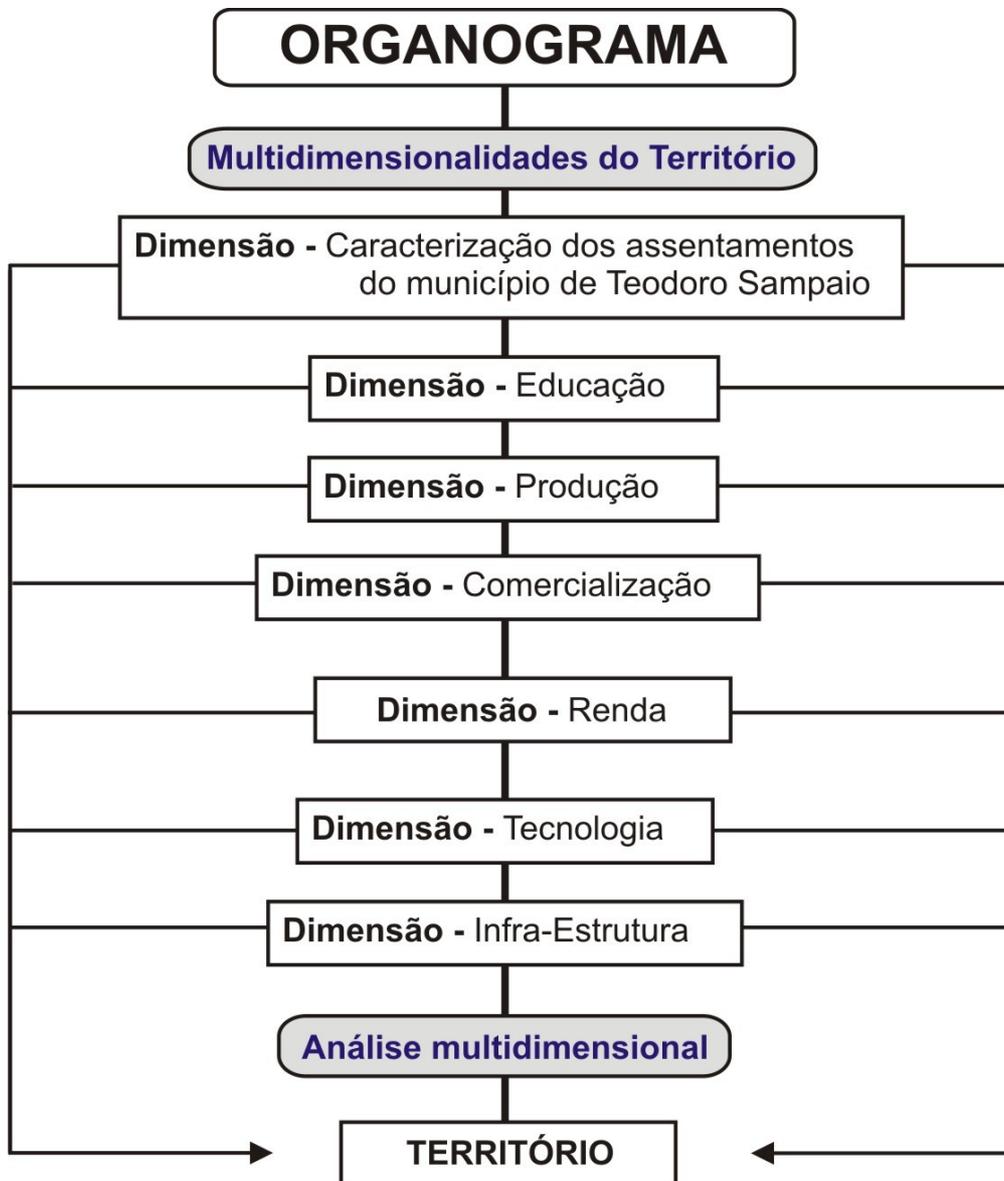
**16**

**ANÁLISE DAS  
MULTIDIMENSIONALIDADES DO  
TERRITÓRIO**



*Van Gogh - Mature walking, 1888*

## ORGANOGRAMA – DIMENSÕES DO TERRITÓRIO



## **16. ANÁLISE DAS MULTIDIMENSIONALIDADES DO TERRITÓRIO**

Nesta parte da dissertação, no intuito de construir algum tipo de padrão analítico que nos possibilitasse verificar a correlação entre as dimensões estudadas em nossa dissertação, realizamos o cruzamento de alguns dados. Entre outros, estes cruzamentos foram feitos com o objetivo de testar nossa hipótese de que a dimensão educacional surte influência sobre todas as demais dimensões, especialmente na produção e renda.

### **16.1. Educação, produção e renda**

Entre os 19 assentamentos, em apenas 1 deles a média de anos de estudos foi de 8 anos. Em 12 assentamentos a média de 6 anos e em 6 assentamentos a média foi de 7 anos.

Analisada essa mesma situação por grupos de tamanho da família, notamos queda dos anos de estudos. Por assentamento, conforme acabamos de apresentar a média de anos de estudos ficou entre 6 e 8 anos. Por tamanho de família a média apresentou queda e ficou entre 5 e 7 anos. Representando 39% do total de entrevistas as famílias com maior número de estudos tem entre 4 e 5 pessoas, ver quadros 2 e 3.

De um contingente populacional de 1.719 pessoas, envolvendo 421 entrevistas, apenas 29% esta estudando. Por outro lado, é a escolaridade desta porcentagem que estuda a responsável pelos indicadores de escolaridade. Sem essa população estudante os valores das porcentagens de escolaridade apresentados seriam ainda mais baixos. Neste sentido, para que haja elevação do nível de escolaridade das famílias assentadas é fundamental que sejam criadas políticas públicas destinadas a aumentar o número de pessoas que estudam.

Conforme já apresentamos na dimensão educação, estas políticas também devem preocupar-se com a continuidade nos estudos da população estudante que se encontra em período de transição entre o ensino fundamental e médio e entre o ensino médio e o ensino superior.

Por conta desta realidade, nossa hipótese inicial de que as famílias com maior escolaridade, igualmente seriam as famílias com maior produtividade e,

portanto as com melhores rendas não foram comprovadas nos cruzamentos realizados. A escolaridade das famílias tem pouco ou quase nada haver com a produção, produtividade e geração de renda das famílias. No âmbito da estrutura familiar os filhos que estudam não estão sendo educada para pensar o desenvolvimento a unidade de produção camponesa.

Conforme pode ser verificado nas tabelas apresentadas não foi possível construir uma tendência onde as famílias com mais anos de estudo também seriam as com melhor desempenho na produção. Tanto a produção como a renda tem muito de aleatório e não seguem um padrão. Entretanto, na tentativa de construir algum padrão analítico calculamos o índice da renda em relação aos anos de estudo e analisando o quartil dos índices chegamos a cinco resultados dos quais apenas dois deles, classificados como muito bom e bom poderiam revelar alguma relação entre a variável renda e anos de estudo ver quadro 1.

Os assentamentos Água Sumida, Laudenor de Souza/Porto Alcídia, São Pedro da Alcídia/Padre Josimo, Vale Verde e Fusquinha/Porto X são os únicos que estão classificados no quartil bom (intervalos de 0,32 a 0,75) o que significa dizer que as dimensões educação e renda destes assentamentos possuem contém e estão mais bem contidas umas nas outras. Nenhum assentamento recebeu a classificação do quartil muito bom (intervalos de 0,75 a 1,00) e todos os demais estão classificados entre o quartil médio (0,18 a 0,32) regular (0,04 a 0,18) e ruim (0,04 a nada).

### QUADRO 1 – ÍNDICE DAS DIMENSÕES

NOME DOS ASSENTAMENTOS	ÍNDICE - TAMANHO DA FAMÍLIA	ÍNDICE - IDADE	ÍNDICE - RENDA	ÍNDICE - ANOS DE ESTUDO	ÍNDICE - RENDA MÉDIA	ÍNDICE - IDADE, RENDA, ANOS DE ESTUDO	ÍNDICE GERAL - RENDA E ESTUDOS	RESULTADO
ÁGUA SUMIDA	0,67	0,67	1,00	0,50	R\$ 0,86	0,71	0,75	BOM
LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	0,33	0,25	0,91	0,00	R\$ 1,00	0,37	0,45	BOM
SANTA ZÉLIA	0,33	0,25	0,49	0,00	R\$ 0,54	0,27	0,25	MÉDIO
SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	0,33	0,33	0,37	0,50	R\$ 0,41	0,38	0,44	BOM
SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	0,33	0,33	0,26	0,00	R\$ 0,29	0,23	0,13	REGULAR
VÓ TONICO	0,00	0,17	0,20	0,00	R\$ 0,33	0,09	0,10	REGULAR
VALE VERDE	0,33	1,00	0,19	1,00	R\$ 0,21	0,63	0,60	BOM
ÁGUA BRANCA I	0,00	0,67	0,19	0,00	R\$ 0,31	0,21	0,09	REGULAR
FUSQUINHA/PORTO X	0,33	0,25	0,17	0,50	R\$ 0,18	0,31	0,33	BOM
SANTA RITA DA SERRA	0,33	0,42	0,15	0,00	R\$ 0,17	0,23	0,08	REGULAR
CACHOEIRA DO ESTREITO	0,33	0,33	0,13	0,50	R\$ 0,14	0,32	0,31	MÉDIO
SANTA VITÓRIA	0,33	0,92	0,08	0,00	R\$ 0,09	0,33	0,04	RUIM
ÁLCÍDIA DA GATA	1,00	0,00	0,06	0,00	R\$ 0,01	0,27	0,03	RUIM
SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	0,67	0,17	0,06	0,00	R\$ 0,04	0,22	0,03	RUIM
SANTA EDWIRGES	0,00	0,08	0,04	0,00	R\$ 0,09	0,03	0,02	RUIM
HAIDEIA	0,67	0,33	0,04	0,00	R\$ 0,01	0,26	0,02	RUIM
SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	0,33	0,25	0,01	0,00	R\$ 0,01	0,15	0,01	RUIM
CÓRREGO AZUL	0,33	0,42	0,01	0,50	R\$ 0,01	0,31	0,25	BOM
SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	0,33	0,00	0,00	0,50	R\$ -	0,21	0,25	BOM

TAMANHO FAMÍLIA PERTENCE AO INTERVALO [3,5]
IDADE [25,37]
RENDA [2805,33495]
ANOS DE ESTUDOS [6,8]
RENDA MÉDIA [701,25; 7660,25]

QUARTIS	
0,04	20%
0,13	40%
0,32	60%
0,75	80%

INTERVALO	
[0;0,04]	RUIM
[0,04; 0,18]	REGULAR
[0,18; 0,32]	MÉDIO
[0,32; 0,75]	BOM
[0,75; 1,00]	MUITO BOM

Recuperando algumas das informações apresentadas na dimensão renda, temos que a renda gerada com a produção de mandioca, cana e algodão, é de 6, 4 e 0,5 salários mínimos/ano respectivamente. Somada a renda média de um salário mínimo/mês obtida com a venda do leite aferimos qual é a renda mensal média das famílias.

Com base nos cálculos das rendas monetárias obtidas com a produção agropecuárias, notamos que as famílias assentadas do município de Teodoro Sampaio sobrevivem com uma renda média de 18 salários mínimos/ano, valor equivalente a 1,5 salários mínimos/mês ou R\$ 622,00 reais<sup>33</sup>. De acordo com IBGE<sup>34</sup> dos 183 milhões de brasileiros no ano de 2006, 29,2% ganhavam entre 1 a 2 salários mínimos.

Comparativamente a qualidade de vida das famílias que moram nos assentamentos e recebem a mesma renda de quem vive na cidade é bem melhor. Com esta renda morando no campo as famílias assentadas podem ter sua casa própria e não precisam pagar aluguel, podem além da renda monetária produzir para seu autoconsumo no lote produtos como frutas, legumes e verduras, gado de corte, aves, suínos e caprinos entre outros.

Com esta mesma renda na cidade, por conta da especulação imobiliária esta família não teria condições de custear seu alguém e com isso teria que viver nas periferias ou em favelas, sujeitando-se a violência urbana característica de adjacências com baixa renda. Nos assentamentos além dos filhos não estarem expostos a violência urbana, estão estudando e com isso são muito menos vulneráveis a terem contato com a criminalidade, com drogas e com a prostituição, diferentemente de um jovem sem ocupação que mora em um ambiente degradante.

---

<sup>33</sup> A renda em questão é a renda bruta. Não foram considerados os custos de produção.

<sup>34</sup> Site do IBGE - <http://www.ibge.gov.br/home/> - documento Brasil em Síntese, acessado em 12/11/2008.

**QUADRO 2 - MÉDIA DOS ANOS DE ESTUDOS, SEGUNDO PORCENTAGEM DOS GRUPOS DE TAMANHO DE FAMÍLIA**

TAMANHO DA FAMÍLIA EM NÚMERO DE PESSOAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS COM ESSE TAMANHO	%	ANOS DE ESTUDO
1	32	8	6
2	60	14	5
3	76	18	6
4	88	21	7
5	76	18	7
6	42	10	6
7	34	8	7
8	6	1	7
9	3	1	6
10	1	0,24	6
11	2	0,48	6
12	1	0,24	5
<b>TOTAL</b>	<b>421</b>	<b>100</b>	

**QUADRO 3 – MÉDIA DOS ANOS DE ESTUDOS POR ASSENTAMENTO**

Nº. DE ENTREVISTAS REALIZADAS	NOME DO ASSENTAMENTO	ANOS DE ESTUDO POR ASSENTAMENTO
25	VALE VERDE	8
60	ÁGUA SUMIDA	7
16	CACHOEIRA DO ESTREITO	7
8	CÓRREGO AZUL	7
22	FUSQUINHA/PORTO X	7
10	SANTO ANTÔNIO DOS COQUEIROS	7
48	SÃO PEDRO DA ALCÍDIA/PADRE JOSIMO	7
15	ÁGUA BRANCA I	6
9	ALCÍDIA DA GATA	6
13	HAIDEIA	6
31	LAUDENOR DE SOUZA/PORTO ALCÍDIA	6
13	SANTA CRUZ DA ALCÍDIA	6
14	SANTA EDWIRGES	6
22	SANTA RITA DA SERRA	6
26	SANTA TEREZINHA DA ÁGUA SUMIDA	6
13	SANTA TEREZINHA DA ALCÍDIA	6
14	SANTA VITÓRIA	6
52	SANTA ZÉLIA	6
10	VÔ TONICO	6

Fonte: Banco de Dados do RIST, 2005

## 16.2. Produção e tecnologia

Presente em 94% dos assentamentos, o leite foi o produto escolhido para fazer o cruzamento com as informações da dimensão tecnologia. Com base nos dados de produção levantados, verificamos que a produtividade média por cabeça/dia nos assentamentos do município é de 5 litros de leite. De acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola – IEA<sup>35</sup> a produtividade média do Estado de São Paulo para pequenos produtores é de 6,1 litros/dia por cabeça de vaca lactante.

Com relação ao uso de tecnologia aplicado a produção de leite 43% dos entrevistados respondeu que não fazem uso de ração especial na época das secas. 100% não usam ordenhamento mecânico, apenas 11% já ouviram falar de técnicas de inseminação artificial, 45% informaram que fazem uso do Piquet, 83% que não recebe assistência técnica e 67% que já fizeram aplicação de práticas de conservação de solos, do tipo curvas de nível não envolveram o melhoramento de pasto. Com base nestes dados, conclui-se que a produção de leite nos assentamentos é feita de maneira artesanal e com baixo uso de tecnologia.

Com isso é possível entender a origem da produtividade média de leite nos assentamentos bem como o seu gigantesco potencial para aumentar a sua produção à medida que o uso da tecnologia for incorporado ao processo produtivo. Essa incorporação de tecnologia se fomentada por políticas públicas de produção e comercialização bem desenhadas, e que envolvam a reativação das obras para o funcionamento da planta do laticínio da COCAMP, podem refletir em médio prazo um relativo aumento na renda das famílias assentadas que produzem leite.

Outros elementos como cultura individualista do produtor; serviços de inspeção sanitária e de controle de qualidade do leite deficientes; gestão ineficiente dos negócios, evidenciada pela carência de controles zootécnicos e econômicos da atividade também podem ser somados as dificuldades que a pecuária leiteira enfrenta no Estado de São Paulo, evidenciando que estes

---

<sup>35</sup> Site <http://www.iea.sp.gov.br/out/index.php> - Documento - Evaluation of the Efficiency of the Small Production of Milk, State of São Paulo: productivity indicators and technical indexes. Acessado em 12/11/2008

problemas não são exclusivamente dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio, mas sim da cadeia produtiva como um todo.

### **16.3. Comercialização e Infra-estrutura**

A rigor as políticas de produção e comercialização são pensadas conjuntamente. Neste sentido, como não existe política pública de produção para os assentamentos, conseqüentemente não vão existir as de comercialização e por essa razão a infra-estrutura básica necessária a manutenção destas duas políticas ainda não se faz presente.

A presença do atravessador que é responsável pela compra de mais da metade dos produtos agrícolas produzidos nos assentamentos é por si só um fortíssimo indicador de que não existe no município uma política de comercialização para os produtos agrícolas dos assentamentos.

Quanto à comercialização da produção de leite ela é feita diretamente com os laticínios em caminhões tanques refrigerados. Há seu tempo os laticínios têm feito investimentos na infra-estrutura dos assentamentos onde fazem a coleta de leite. Estes investimentos se limitam a instalar nos assentamentos tanques refrigeradores de expansão, em atendimento a legislação federal<sup>36</sup>, que passa a determinar regras para o armazenamento e transporte do leite que é processado nestes laticínios.

A partir de 2008 o laticínio Quatá passou a oferecer assistência técnica para as famílias que vendem leite para o laticínio. Este acompanhamento técnico tem como objetivo a melhoria da qualidade do leite tipo C atualmente produzido, para B e A, visando à produção de queijos finos.

Com relação à infra-estrutura, não existem dentro da quase totalidade dos lotes e dos assentamentos, local adequado para o armazenamento da produção tanto agrícola como pecuária. Embora exista sistema de silagem para produção agrícola na COCAMP, localizada na sede do município de Teodoro Sampaio, a cooperativa não tem caminhões para fazer o transporte da produção dos assentamentos até a cooperativa.

Os estados de conservação das estradas que interligam os lotes dentro dos assentamentos não é boa, da mesma forma que também não são as

---

<sup>36</sup> Ver portaria nº. 56 e a instrução normativa nº. 51 apresentada na dimensão comercialização

estradas que interligam os assentamentos com a sede dos municípios de Teodoro Sampaio e dos demais municípios vizinhos.

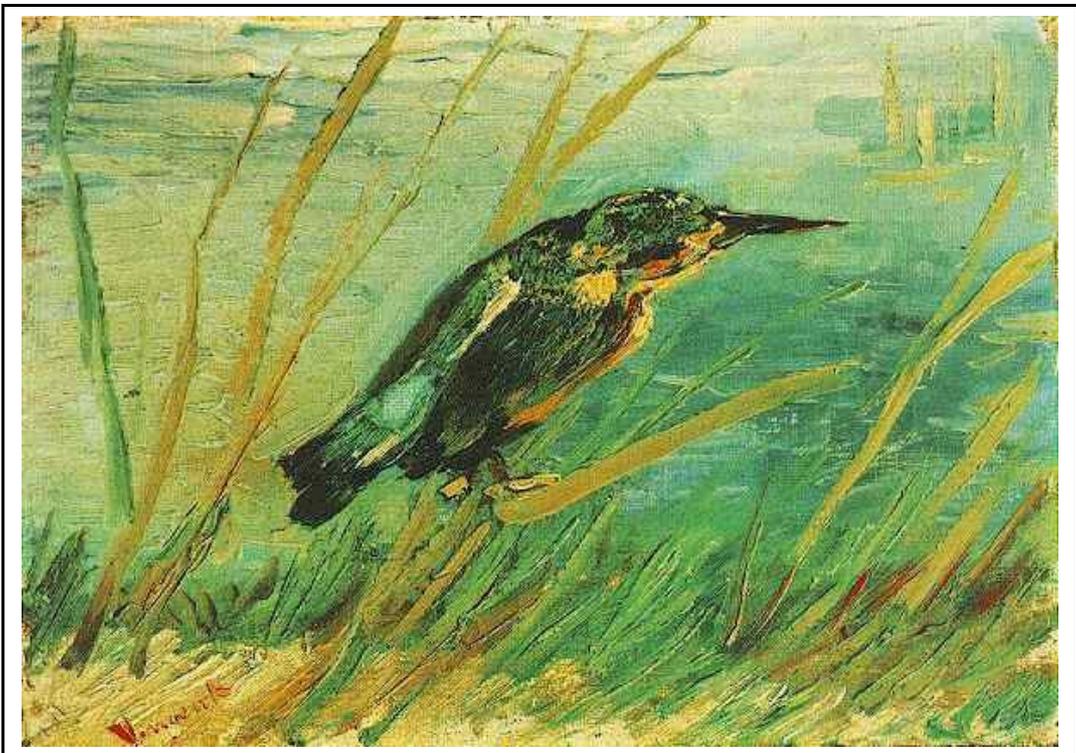
Com relação aos serviços de assistência técnica oferecidos pela infraestrutura estatal do ITESP verificamos que embora as famílias que recebem visitas do órgão disseram que estão satisfeitas, é notório que o número de técnicos agrícolas, agrônomos e veterinários do ITESP de Teodoro Sampaio não são em número suficiente para atender 814 famílias distribuídas nos 19 assentamentos do município.

Pensando em políticas de produção e comercialização para o futuro, sugerimos duas as alternativas. A primeira delas consiste na retomada do projeto COCAMP aproveitamento os investimentos feitos na construção de suas três plantas: despulpamento de frutas, fecularia e laticínio. Por outro lado, a retomada dessa idéia necessitaria para ser viabilizada de uma estrutura de gestão baseada em atribuições profissionais que as lideranças regiões do MST que até então estiveram à frente da cooperativa não possuem. Contudo, por meio de treinamentos, capacitações e resgate de experiências bem sucedidas do MST em outras regiões do país, é possível investir na formação desses quadros administrativos, extremamente importantes para viabilização da cooperativa.

Uma segunda alternativa seria investir na criação de pequenas agroindústrias podendo ou não ser artesanais, dentro dos próprios assentamentos, no intuito de pensar a reorganização do uso do espaço produtivo do lote.

18

REFERENCIAL TEÓRICO



*Kingfisher, The, 1886*

## REFERENCIAL TEÓRICO

ALEGRE, Marcos. Alta Sorocabana: população. Caderno Prudentino de Geografia, n.3, 1982 AGB - Seção Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. Agricultura e capitalismo. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec, 1998.

ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista. FFCLPP – Presidente Prudente, 1972.

ALEGRE, Marcos. Alta Sorocabana: População. Caderno Prudentino de Geografia, n. 3, 1982 AGB – Seção Presidente Prudente.

ANDRADE, Manuel Correia. Lutas camponesas no nordeste. São Paulo: Ática, 1986.

ANTÔNIO, Armando Pereira. O movimento Social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960 a 1990. Tese de Doutorado em Geografia - Universidade de São Paulo, 1990.

ANTÔNIO, Armando Pereira. O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado: os exemplos na Alta Sorocaba no período de 1960 a 1990. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

ARROYO, Miguel Gonzáles (org.). A educação básica e o movimento social do campo. São Paulo: Unicef, 1999.

AUROUX, Sylvan. A filosofia da linguagem. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA (DATALUTA). Relatório Preliminar de 2007. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente. 2007.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. A Alternativa dos Assentamentos Rurais: organização social, trabalho e renda São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BOGO, Ademar. Lições da luta pela terra. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CADERNOS DO ITESP. Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. São Paulo: Página & Letras, 1998.

CHAYANOV, Alexander Von. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú, y publicado por la Cooperativa Editora, Moscú. 1925. Reeditado por: Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

DERRIDA, Jacques. Margens da filosofia. Campinas: Papirus, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano et alli. Inserção sociopolítica da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Bergamasco, Sonia. Aubrée, Marion. Ferrante, Vera Botta. (Org.). Feagri/Unicamp – Uniara – Incra: Campinas, Araraquara, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Observatorio Social de America Latina (Ed. Impresa), Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; NUNES, João Oswaldo Rodrigues; PERUSI, Maria Cristina; SILVA, Anderson Antônio. Uma proposta metodológica: RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. IV Fórum de Ciências da FCT/UNESP – Faculdades de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. Estudos Avançados nº 43. p.239-254, 2001.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Retrato de assentamentos. Araraquara: Unesp/Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural, 1996.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução: Luís Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GERARDI, Lúcia Helena; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. Quantificação em Geografia. São Paulo: Difel, 1981.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria de; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares; LEITE, Sérgio Pereira; CINTRÃO, Rosângela. Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ-NUAP/PPGAS/UFRJ, 2003.

[IBGE \(Rio de Janeiro - RJ\). Produção Agrícola Municipal, 1999. Disponível: site IBGE \(2006\). URL: http://www.sidra.ibge.gov.br/ acessado em 3 de fevereiro de 2006 às 18:00h](http://www.sidra.ibge.gov.br/)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Cadastro e Informática. Evolução da Estrutura Agrária do Brasil, Brasil, Brasília, 1987.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 2000.

LEAL, Gleison Moreira. Os Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos no Município de Teodoro Sampaio – SP. Dissertação de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. 2003

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

LEITE, José Ferrari. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.

LUCKESI, C. C. e PASSOS, E.S. Introdução à filosofia: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTIN, Jean Yves. Les Sans Terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris: L'harmattan, 2001.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORIN, Edgar. As grandes questões do nosso tempo. Lisboa : Notícias, 1994.

NEAD – Núcleo de Estudos, Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília – DF. Apresenta informações sobre a estrutura fundiária brasileira, disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=230>> acesso em: 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PIRES, Raimundo Silva. Assentamento Rural: um novo momento de ocupação econômica no Pontal do Paranapanema. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 2003.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Os Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos no Município de Mirante do Paranapanema – SP. Dissertação

de Mestrado defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. 2001

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. Censo de Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo. Presidente Prudente. FCT/UNESP, 1996

SPADOVEK, Gerd. A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária brasileira. São Paulo. Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)